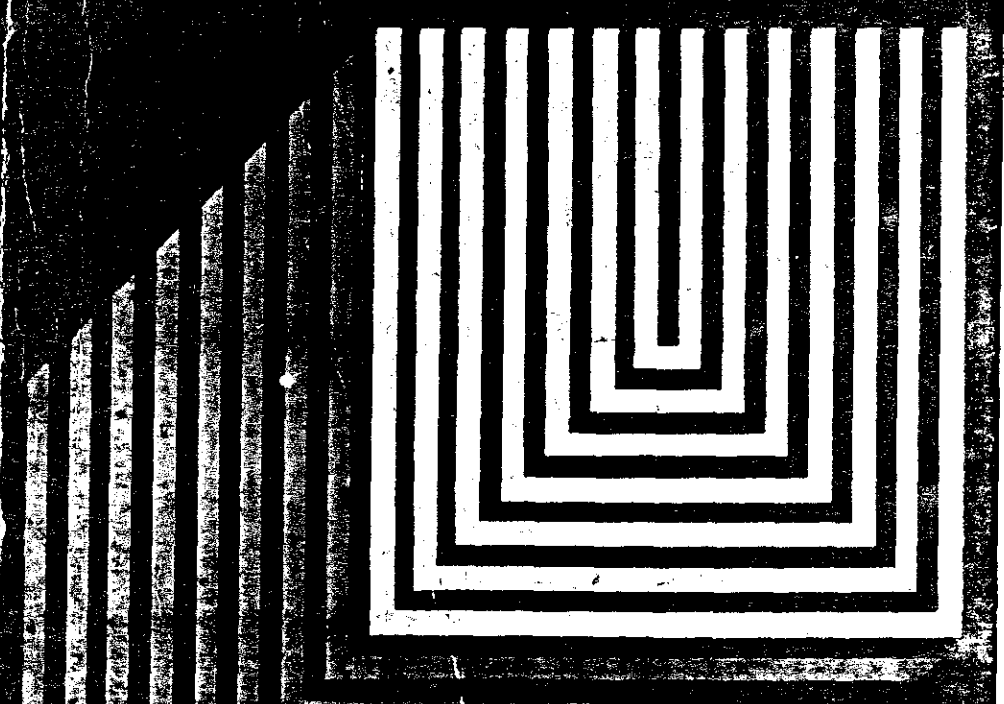
Volume III

escritos políticos

Antonio Gramsci



colecção universidade livre



seara nova

Volumes publicados

1 — *Estilística da Língua Portuguesa*
por Rodrigues Lapa
Esgotado

2 — *Marx/Engels*
por Jean Bruhat

3 — *O Modo de Produção Asiático*
C. E. R. M.

4 — *Camponeses, Sans-Cullotes e Jacobinos*
por Albert Soboul

5 — *Condições Actuais do Humanismo*
por Hector Agosti

6 — *Escritos Políticos* — Vol. I
por Antonio Gramsci

7 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. I
por Maurice Godelier

8 — *Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas* — Vol. II
Antologia de Marx-Engels Lénine

9 — *Estrutura e Dialéctica da Personalidade*
por Alberto L. Merani

10 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. I
por Paul Boccara

11 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. II
por Paul Boccara

12 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. III
por Paul Boccara

13 — *O Capitalismo Monopolista de Estado* — Vol. IV
por Paul Boccara

14 — *Escritos Políticos* — Vol. II
por Antonio Gramsci

15 — *Economia Política do Capitalismo* — Vol. I
por Humberto Pérez González

16 — *Economia Política do Capitalismo* — Vol. II
por Humberto Pérez González

17 — *Sobre o Capital de Marx*
por Friedrich Engels

colecção universidade livre

Tradução de
Manuel Simões

Capa de
Acácio Santos

Rua Bernardo Lima, 42, r/c. — Lisboa

Antonio Gramsci

escritos políticos

Volume III



SEARA NOVA
1977

NOTA PRÉVIA

Na tradução que se apresenta agora, tivemos o cuidado de respeitar tanto quanto possível, a prosa nada fácil de Gramsci (é conhecida a sua tese de obrigar o leitor a um esforço de leitura), os seus períodos dilacerados pela necessidade de exposição do rigor ideológico, o seu «estilo», o que equivale a dizer que procurámos respeitar o homem e o pensador.

Se se considerar, além disso, que estes textos correspondem à juventude do autor (o primeiro dos quais, com efeito, escrito aos 19 anos) e se se tiver presente que correspondem a um momento de pesquisa não só ideológica como linguística, teremos um quadro de condicionalismos que a prosa de Gramsci não deixará de reflectir, tornando-se mais «fluída» à medida que o seu autor avança para a maturidade. (N. do T.)

ÍNDICE

1921

1922

OS PARTIDOS E AS MASSAS (*)

A crise constitucional em que se debate o Partido Socialista Italiano interessa aos comunistas porquanto ela é o reflexo da mais profunda crise constitucional em que se debatem as grandes massas do povo italiano. Deste ponto de vista, a crise do Partido Socialista não pode e não deve ser considerada isoladamente: ela é a parte de um quadro mais extenso que engloba também o Partido Popular e o fascismo.

Politicamente, as grandes massas não existem senão enquadradas nos partidos políticos: as mudanças de opinião que se verificam nas massas sob o estímulo das forças económicas determinantes são interpretadas pelos partidos, que se dividem primeiro em tendências para depois se dividirem numa multiplicidade de novos partidos orgânicos: através deste processo de desarticulação, de neo-associação, de fusão entre o que é homogéneo, revela-se um mais profundo e íntimo processo de decomposição da sociedade democrática para o definitivo alinhamento das classes em luta para a conservação ou conquista do poder de Estado e do poder sobre o aparelho de produção.

No período que vai do armistício à ocupação das fábricas, o Partido Socialista representou a maioria do povo trabalhador italiano, constituída por três classes fundamentais, o proletariado, a pequena burguesia, os camponeses pobres. Destas três classes só o proletariado era essencialmente, e por isso permanentemente, revolucionário: as outras duas classes eram «ocasionalmente» revolucionárias, eram «socialistas de guerra», aceitavam a ideia da revolução em geral pelos sentimentos

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 25-9-1921.

de rebeldia antigovernativa germinados durante a guerra. Uma vez que o Partido Socialista era constituído, na maioria, por elementos pequeno-burgueses e camponeses, poderia ter feito a revolução somente nos primeiros tempos, depois do armistício, quando os sentimentos de revolta antigovernativa eram ainda vivos e activos; por outro lado, sendo o Partido Socialista constituído, na maioria, por pequenos burgueses e camponeses (cuja mentalidade não é muito diferente da dos pequenos-burgueses da cidade), ele não podia deixar de ser oscilante, hesitante, sem um programa nítido e preciso, sem finalidade, sem, especialmente, uma consciência internacionalista. A ocupação das fábricas, essencialmente proletária, encontrou impreparado o Partido Socialista, que era só parcialmente proletário, que se encontrava já, pelos primeiros golpes do fascismo, em crise de consciência nas outras suas partes constitutivas. O fim da ocupação das fábricas desorganizou completamente o Partido Socialista; as crenças revolucionárias infantis e sentimentais caíram completamente; as dores da guerra tinham, em parte, abrandado (não se faz uma revolução com as recordações do passado!); o governo burguês apareceu ainda forte na pessoa de Giolitti e na actividade fascista; os chefes reformistas afirmaram que pensar na revolução comunista em geral era loucura; Serrati afirmou que era loucura pensar na revolução comunista em Itália, naquele período. Só a minoria do Partido, formada pela parte mais avançada e culta do proletariado industrial, não mudou o seu ponto de vista comunista e internacionalista, não se desmoralizou com os acontecimentos quotidianos, não se deixou iludir pelas aparências de robustez e de energia do Estado burguês. Assim nasceu o Partido Comunista, primeira organização autónoma e independente do proletariado industrial, da única classe popular essencialmente e permanentemente revolucionária.

O Partido Comunista não se tornou imediatamente no partido das grandes massas. Isto prova uma única coisa: as condições de grande desmoralização e de grande abatimento em que se tinham precipitado as massas a seguir à falência política da ocupação das fábricas. A fé tinha-se apagado num grande número de dirigentes; o que primeiro se tinha exaltado era hoje escarnecido; os sentimentos mais íntimos e delicados da consciência proletária eram torpemente pisados por esta oficialidade subalterna dirigente, tornada céptica, corrompida no arrependimento e no remorso do seu passado de demagogia maximalista. A massa popular, que imediatamente a seguir ao armistício se tinha alinhado à volta do Partido Socialista, desmembrou-se, liquefez-se, dispersou-se. A pequena burguesia, que tinha simpatizado com o socialismo, simpatizou com o fascismo; os camponeses, já sem o apoio do Partido Socialista, simpatizaram de preferência com o Partido Popular. Mas não ficou sem consequências esta confusão dos antigos efectivos do Partido Socialista com os fascistas, de um lado, com os populares, do outro.

O Partido Popular aproximou-se do Partido Socialista: nas eleições parlamentares, as listas abertas populares, em todas as circunscrições, acolheram centenas e milhares de nomes dos candidatos socialistas; nas eleições municipais, verificadas em alguns concelhos rurais das eleições políticas até agora, muitas vezes os socialistas não apresentaram lista de minoria e aconselharam os seus aderentes a dar os votos à lista popular; em Bérgamo, o fenómeno teve uma manifestação clamorosa: os extremistas populares separam-se da organização branca e fundiram-se com os socialistas, fundando uma Câmara do Trabalho e um semanário dirigido e escrito por socialistas e populares em conjunto. Objectivamente, este processo de reaproximação popular-socialista representa um progresso. A classe camponesa unifica-se, adquire a consciência e a noção da sua solidariedade, despedaçando o invólucro religioso no campo popular, despedaçando o invólucro da cultura anticlerical pequeno-burguesa no campo socialista. Por esta tendência dos seus efectivos rurais, o Partido Socialista afasta-se cada vez mais do proletariado industrial e, portanto, acaba por despedaçar-se aquela forte ligação unitária que o Partido Socialista parecia ter criado entre a cidade e o campo; mas como esta ligação não existia na realidade, nenhum dano efectivo emerge da nova situação. Pelo contrário, torna-se evidente uma vantagem real: o Partido Popular recebe uma forte oscilação à esquerda e torna-se cada vez mais laico; ele acabará por se separar da sua direita, constituída por grandes e médios proprietários das terras, isto é, entrará decididamente no campo da luta de classes com um formidável enfraquecimento do governo burguês.

O mesmo fenómeno se verifica no campo fascista. A pequena burguesia urbana, reforçada politicamente por todos os trânsfugas do Partido Socialista, tinha procurado, depois do armistício, aproveitar a capacidade de organização e de acção

militar adquirida durante a guerra. A guerra italiana foi dirigida, na ausência de um estado-maior eficiente, pela oficialidade subalterna, isto é, pela pequena burguesia. As desilusões sofridas na guerra tinham despertado fortíssimos sentimentos de rebelião antigovernativa nesta classe, a qual, perdida a unidade militar dos seus quadros depois do armistício, se dispersou nos vários partidos de massa, levando-lhes fermentos de rebelião, mas também incerteza, oscilações, demagogia. Caída a força do Partido Socialista depois da ocupação das fábricas, com rapidez fulmínea esta classe, sob o impulso da próprio estado-maior que a tinha explorado na guerra, reconstruiu militarmente os seus quadros e se organizou nacionalmente. Maturação rapidíssima, crise constitucional rapidíssima. A pequena burguesia urbana, brinquedo nas mãos do estado-maior e das forças mais retrógradas do governo, aliou-se aos agrários e despedaçou, por conta dos agrários, a organização dos camponeses. O pacto de Roma entre fascistas e socialistas assinala o ponto de paragem desta política cegamente e politicamente desastrosa para a pequena burguesia urbana, a qual compreendeu que vendia a sua «primogenitura» por um prato de lentilhas. Se o fascismo continuasse as expedições punitivas do tipo Treviso, Sarzana, Roccastrada, a população ter-se-ia insurgido em massa e, na hipótese de uma derrota popular, os pequeno-burgueses não teriam decerto tomado o poder, mas sim o estado-maior e os latifundiários. O fascismo aproxima-se novamente do socialismo, a pequena burguesia procura romper as ligações com a grande propriedade, procura ter um programa político que acaba por se assemelhar estranhamente ao de Turati e d'Aragona.

É esta a situação actual da massa popular italiana: uma grande confusão que se sucede à unidade artificial criada pela guerra e personificada pelo Partido Socialista, uma grande confusão que encontra os pontos de polarização dialéctica no Partido Comunista, organização independente do proletariado industrial; no Partido Popular, organização dos camponeses; e no fascismo, organização da pequena burguesia. O Partido Socialista, que representou, do armistício à ocupação das fábricas, a confusão demagógica destas três classes do povo trabalhador, é hoje o máximo expoente e a vítima mais conspícua do processo de desarticulação (para uma nova, definitiva ordem) de que sofrem as massas populares italianas como consequência da decomposição da democracia.

UM PARTIDO DE MASSAS (*)

O Partido Socialista apresenta-se ao Congresso de Milão [1] com 80 000 inscritos. Algumas considerações sobre os números podem ser úteis, mais do qualquer consideração teórica, para ter uma exacta compreensão da natureza e da actual função do Partido Socialista Italiano.

Depois do Congresso de Livorno, o Partido Socialista era constituído por 98 000 comunistas unitários e por 14 000 reformistas, isto é, por 112 000 inscritos. Depois de Livorno, entraram no partido, pelo menos, 15 000 novos sócios; se hoje os inscritos são 80 000, isto significa que dos 112 000 votantes em Livorno 47 000 desapareceram; os 65 000 que ficaram com os 15 000 novos entrados constituem de facto os actuais efectivos de 80 000.

No Congresso de Livorno, os comunistas unitários eram 98 000; a actual fracção maximalista unitária, continuadora da comunista unitária, terá de 45 000 a 50 000 votos no Congresso de Milão; é claro que os 47 000 que saíram do Partido Socialista, depois de Livorno, são, na quase totalidade, comunistas unitários.

A qualidade dos actuais 80 000 inscritos pode ser compreendida por estas pequenas considerações. O Partido Socialista administra actualmente cerca de 2000 concelhos e 10 000 organizações entre Ligas, Câmaras do Trabalho, cooperativas,

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-10-1921.

(1) Estava em preparação o XVIII Congresso Nacional do Partido Socialista, que se realizou entre 10 e 15 de Outubro de 1921.

caixas mútuas. Se se têm presentes as minorias concelhias e os Conselhos Provinciais, é lícito calcular uma média de 16 conselheiros para os 2000 concelhos administrados como maioria; resulta, portanto, que um partido com 80 000 inscritos conta com 32 000 *conselheiros* municipais. Para as 10 000 organizações económicas não é exagerado calcular (tendo também em conta os cargos múltiplos) três funcionários inscritos no Partido Socialista para cada uma; temos assim um Partido com 80 000 inscritos, o qual, para além de 32 000 conselheiros municipais, inclui ainda 30 000 funcionários de Ligas, de cooperativas, de caixas mútuas; isto é, em 80 000 inscritos tem seguramente 62 000 sócios extreitamente ligados a uma posição económica ou política, tem apenas 18 000 sócios *desinteressados*.

Esta composição explica suficientemente como é que o Partido Socialista, embora já não representando as aspirações e os sentimentos das grandes massas trabalhadoras, continua aparentemente a ser um partido de massas. A história está cheia de fenómenos semelhantes.

O reino dos Borbons, em Nápoles, era «negação de Deus» desde 1848; e todavia continuou a subsistir até 1860 porque tinha um corpo de funcionários entre os melhores de toda a Itália; de 1848 a 1860 o Estado borbónico foi uma simples organização de funcionários, sem consenso em nenhuma classe da população, sem vida interior, sem um fim histórico que lhe justificasse a existência.

O império dos czares tinha demonstrado, em 1905, que estava morto e putrefacto historicamente; tinha contra si o proletariado industrial, os camponeses, a pequena burguesia intelectual, os comerciantes, a enorme maioria da população. De 1905 a 1917, o império dos czares viveu somente porque tinha uma burocracia formidável, viveu somente como organização de funcionários estatais, sem conteúdo ético, sem uma missão de progresso civilizado que lhe justificasse a existência.

O Estado da Áustria-Hungria é o terceiro exemplo, e talvez o mais elucidativo, que oferece a história. Estava dividido em raças inimigas entre si, como hoje são inimigas entre si as diversas tendências do Partido Socialista e, todavia, continuava a subsistir, cimentado unitariamente por uma só categoria de cidadãos, a casta dos funcionários.

Na política internacional, o Estado dos Borbons, o império dos czares, o império dos Asburgo representavam todavia toda a população, da qual pretendiam exprimir a vontade e os sentimentos. Assim hoje o Partido Socialista, organização de 62 000 funcionários da classe trabalhadora, pretende representar a massa trabalhadora, pretende exprimir-lhe a vontade e os sentimentos.

Esta composição do Partido Socialista justifica o nosso cepticismo sobre os resultados do Congresso de Milão. Só entre os 18 000 sócios desinteressados é possível que se verifique uma discussão política; os outros 62 000 só pensam do ponto de vista do seu emprego e do seu cargo. Uma cisão à direita poria em perigo as maiorias dos Conselhos Municipais, uma cisão entre funcionários sindicais, de cooperativas, de caixas mútuas, poria em perigo a situação de cada um; os 62 000 são portanto completamente unitários, até à extrema vergonha. Cremos, por isso, destinada à falência completa a tentativa de Maffi, Lazzari e Riboldi para uma reaproximação da Internacional Comunista; os três podem influir apenas em 18 000 dos 80 000 inscritos no Partido Socialista; na melhor das hipóteses, poderão afastar deste partido 10 000 sócios e a nova cisão não terá qualquer importância política.

A verdade é que o Partido Socialista está morto e putrefacto: um partido operário que em 80 000 sócios tem 62 000 funcionários é apenas uma excrescência mórbida do proletariado, tal como o Estado parlamentar-burocrático é uma excrescência mórbida da colectividade nacional. O fenómeno é, porém, rico de ensinamentos para os militantes comunistas: se é verdade que o Partido Socialista, embora estando morto como consciência política do proletariado, continua a subsistir como aparelho organizativo das grandes massas, isto indica a importância extrema que têm os «funcionários» nas civilizações modernas. Para o Partido Comunista, o problema de se tornar partido das grandes massas e, portanto, partido de governo revolucionário não consiste apenas em resolver a questão de interpretar fielmente as aspirações populares, significa também resolver a questão de substituir os funcionários contra-revolucionários por funcionários comunistas, significa portanto criar um corpo de funcionários comunistas que, porém, diferentemente do que acontece com os socialistas,

sejam estreitamente disciplinados e subordinados aos congressos e ao Comité Central do Partido. Desta verdade, pouco simpática aparentemente, devem convencer-se especialmente os nossos jovens; a realidade é a que é, uma coisa rebelde, e deve ser dominada com meios adequados, embora pareçam pouco revolucionários e pouco simpáticos.

É PRECISO FALAR CLARO (*)

Depois de ter lido o novíssimo manifesto distribuído ao proletariado de Itália e «a todos os explorados» do Partido Socialista e da Confederação Geral do Trabalho [1], cada operário é naturalmente obrigado a interrogar-se e a interrogar: «Que fins comuns podem hoje propor a classe operária e todos os outros explorados? Com que táctica e nos quadros de que novo tipo de organização podem ser alcançados estes fins? Em suma, o que devemos fazer? O Partido Socialista crê amadurecido o tempo para organizar os conselhos dos delegados operários, camponeses e soldados?»

Estas interrogações são perfeitamente justificadas. De facto, o manifesto dos socialistas não se refere apenas à luta sindical para os horários e os salários; convida «todos os explorados» para uma luta unitária contra a especulação, isto é, contra o sistema capitalista em geral, nas suas formas imediatamente concretas de proteccionismo alfandegário, de aumento do custo dos víveres, de desemprego. A luta sindical aparece no

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 29-10-1921.

(1) O *Avanti!* tinha publicado (28 de Outubro de 1921) um apelo, *Al proletariato d'Italia! agli sfruttati tutti!*, no qual se constatava o agudizar-se da situação económica e se confirmava o propósito de conduzir uma «luta implacável contra a política proteccionista» e de «desenvolver uma acção comum e intensa para que as classes dirigentes e dominantes sejam obrigadas a compreender as necessidades das massas. Se não souberem escutar e seguir as nossas admoestações, nós não desarmaremos e desenvolveremos a nossa acção por outros trâmites, até ao fim, para a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e dos consumidores, contra todas as forças da reacção e da exploração».

manifesto apenas como motivo particular de um quadro mais amplo e alargado. Os operários e os camponeses, organizados na Câmaras de Trabalho e nas Federações, aparecem no manifesto apenas como vanguarda do exército que se deseja mobilizar. Porquê? Com que fim? Com que orientação? Não estando à vista, nem eleições parlamentares... nem eleições municipais, a finalidade desta mobilização deveria ser apenas revolucionária, deveria ser: como programa mínimo, a organização de um sistema de conselhos para o controlo da produção e da comercialização, de conselhos eleitos por todos os trabalhadores, manuais e intelectuais, organizados e desorganizados, comunistas, socialistas, sindicalistas, anarquistas, populares; como programa máximo, a organização de conselhos de deputados operários, camponeses e soldados que se proponham lutar para substituir o Parlamento e os Municípios, no poder estatal. O que querem, pois, os socialistas? O manifesto deve ser explicado, deve ser anotado, deve ser esclarecido. As massas operárias não devem continuar a ser adoptadas para exercícios desportivos de dúbia origem e ainda de mais dúbio carácter.

A realidade é demasiado trágica para que se possa brincar com as palavras de duplo sentido. Os comunistas não darão um momento de trégua aos chefes do social-confederalismo: nas assembleias, nos comícios, em todas as reuniões pô-los-ão à prova. Tendo presente que para a luta é necessário chamar não só os operários e os camponeses organizados mas também as grandes massas da população explorada, os comunistas insistirão infatigavelmente na exigência de palavras de ordem precisas, fins reais, métodos concretos de organização e de controlo dos chefes responsáveis pelas grandes massas. Os operários e os camponeses, entrando na luta, arriscam a sua vida e a vida dos seus familiares; se os capitalistas, às primeiras hostilidades de contra-ofensiva proletária, actuaram o *lock-out* geral, o que farão os socialistas? Se uma nova acção fascista for desencadeada em grande estilo contra os trabalhadores, o que farão os socialistas? Se o estado-maior ameaçar um golpe, o que farão os socialistas?

É chegada a hora de assumir toda a responsabilidade das palavras que se atiram ao povo. Até agora, os socialistas actuaram a política do doutor Grillo: assim como o doutor Grillo distribuía receitas à direita e à esquerda desejando aos seus clientes «Que Deus vos ajude!», assim os chefes socialistas

lançam manifestos demagógicos sem se preocuparem com as consequências reais e com os seus resultados práticos. Não se luta sem um programa preciso e sem uma táctica adequada ao programa proposto como finalidade da luta. Não se convidam para a luta as grandes massas populares sem um plano preciso para o seu enquadramento permanente, para a máxima utilização das energias que de tal modo sejam desencadeadas. Os senhores do Partido Socialista e da Confederação Geral do Trabalho devem falar claro; de nenhum modo os comunistas vos deixarão arrastar o proletariado para uma aventura que repita a aventura da ocupação das fábricas. A jogada é muito grave, a jogada é a própria vida dos operários: se os canalhas maximalistas crêem poder refazer uma virgindade revolucionária especulando demagogicamente com o último quarto-de-hora de poder de que ainda sentem poder dispor, encontrarão quem saberá afrontá-los e saberá, sem medo de impopularidade, arrancar-lhes a máscara da cara.

AS MASSAS E OS CHEFES (*)

A luta que o Partido Comunista organizou para realizar a frente única sindical contra a ofensiva capitalista teve o mérito de criar a frente única de todos os mandarins sindicais: contra a *ditadura* do Partido Comunista e do Executivo de Moscovo, Armando Borghi encontra-se de acordo com Ludovico D'Aragona, Errico Malatesta encontra-se de acordo com Giacinto Menotti Serrati, Sbrana e Castrucci encontram-se de acordo com Guarnieri e Colombino. A coisa não nos causa admiração, a nós comunistas. Os camaradas operários que seguiram no *Ordine Nuovo* semanal a campanha desenvolvida para o movimento dos conselhos de fábrica recordam, sem dúvida, como foi por nós prevista também para a Itália este fenómeno que se tinha já verificado nos outros países e podia, portanto, já então ser assumido como universal, como uma das manifestações mais características do actual período histórico.

A organização sindical, quer tivesse uma etiqueta reformista, anarquista ou sindicalista, teria dado lugar ao aparecimento de toda uma hierarquia de pequenos e grandes chefes, cujas notas características eram especialmente a vaidade, a mania de exercer um poder incontrolado, a incompetência, a demagogia desenfreada. A parte mais ridícula e absurda era representada em toda esta comédia pelos anarquistas, os quais eram tanto mais autoritários quanto mais berravam contra o autoritarismo, tanto mais sacrificavam a vontade real das

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 30-10-1921.

grandes massas e o florescimento espontâneo das suas tendências libertárias quanto mais ululavam que queriam liberdade, autonomia, espontaneidade de iniciativa. Especialmente em Itália, o movimento sindical cai por terra e torna-se algazarra de feira: cada um queria criar o seu «movimento», a sua «organização», a «sua verdadeira união» dos trabalhadores. Borghi representou uma marca registada, De Ambris uma outra marca registada, D'Aragona uma terceira marca registada, Sbrana e Castrucci uma quarta marca registada, o capitão Giulietti uma quinta marca registada [1]. Toda esta gente, como é natural, manifestava-se contrária à ingerência dos partidos políticos no movimento sindical, afirmava que o sindicato se basta a si próprio, que o sindicato é o «verdadeiro» núcleo da sociedade futura, que no sindicato se encontram os elementos estruturais da nova ordem económica e política proletária.

No *Ordine Nuovo* semanal examinámos sem preconceitos, com método libertário, isto é, sem nos deixarmos desviar por preconceitos ideológicos (portanto com método marxista, dado que Marx é o maior libertário aparecido na história do género humano), qual é a real natureza e a real estrutura do sindicato [2]. Começámos por demonstrar como é absurdo e pueril sustentar que o sindicato possui em si a virtude de superar o capitalismo: o sindicato, *objectivamente*, não é mais do que uma sociedade comercial, de tipo genuinamente capitalista, a qual tende a realizar, no interesse do proletário, um preço máximo para a mercadoria-trabalho e a realizar o monopólio desta mercadoria no campo nacional e internacional. O sindicato diferencia-se do mercantilismo capitalista só *subjectivamente*, visto que, sendo formado e só podendo ser formado por trabalhadores, tende a criar nos trabalhadores a consciência de que no âmbito do sindicalismo é impossível alcançar a autonomia industrial dos produtores mas que, por isso, é necessário apoderar-se do Estado (isto é, privar a burguesia do poder de Estado) e servir-se do poder estatal para reorganizar todo o aparelho de produção e de comercialização. Demonstrámos depois que o sindicato não pode ser e não pode tornar-se na célula da futura sociedade dos produtores. O sindicato, de facto, manifesta-se em duas formas: na assembleia dos sócios e na burocracia dirigente. A assembleia dos sócios *nunca* é chamada a discutir e a deliberar sobre os problemas da produção e da comercialização, sobre os problemas técnicos industriais. É normalmente convocada para discutir e decidir sobre relações entre patrões e mão-de-obra, isto é, sobre problemas que são próprios da sociedade capitalista e que serão fundamentalmente transformados pela revolução proletária. A escolha dos funcionários sindicais nem sequer se processa no terreno da técnica industrial: um sindicato metalúrgico não pergunta ao candidato funcionário se é competente na indústria metalúrgica, se é capaz de administrar a indústria metalúrgica de uma cidade ou de uma região e da nação inteira; pergunta-lhe simplesmente se é capaz de suster as razões dos operários numa controvérsia, se é capaz de compilar um memorial, se é capaz de dirigir um comício. Os sindicalistas franceses da *Vie ouvrière* [3] procuraram criar, antes da guerra, competências industriais entre os funcionários sindicais: promoveram toda uma série de investigações e de publicações sobre a organização técnica da produção (por exemplo: como é que acontece que a pele de um boi chinês se transforme no sapato de uma *cocotte* parisiense? Que viagem efectua esta pele? Como são organizados os transportes desta mercadoria? Quantas são as despesas de transporte? Como se desenvolve a fabricação do «gosto» internacional em relação aos objectos de pele? etc.); mas esta tentativa redundou num fracasso. O movimento sindical, expandindo-se, criou um corpo de funcionários que está completamente isolado das diversas indústrias e obedece a leis puramente comerciais: um funcionário dos metalúrgicos passa indiferentemente aos pedreiros, aos sapateiros, aos marceneiros; não é obrigado a conhecer as condições reais técnicas da indústria, mas apenas a legislação privada que regula as relações entre patrões e mão-de-obra.

Pode afirmar-se, sem medo de ser desmentido por qualquer demonstração *experimental*, que a teoria sindicalista se revelou

(1) Trata-se dos dirigentes da USI, divididos, na altura da guerra, dos da CGIL, da UIL e da Federação dos Trabalhadores do Mar (autónoma).

(2) Cf. os artigos *Sindicatos e Conselhos* e *Sindicalismo e Conselhos*, pp. 41-46, 59-63 e 161-166 do vol. II da presente edição.

(3) Órgão dos sindicalistas revolucionários franceses, fundado por Pierre Monatte, em Outubro de 1909, de que Gramsci era assíduo leitor.

como um engenhoso projecto sem consistência, construído por homens políticos que odiavam a política só porque ela, antes da guerra, significava apenas acção parlamentar e compromisso reformista.

O movimento sindical não é mais do que um *movimento político*, os chefes sindicais não são mais do que *leaders* políticos que chegam à posição ocupada por agregação em vez de eleição democrática. Em muitos aspectos, os chefes sindicais representam um tipo social semelhante ao *banqueiro*: um banqueiro especialista, que tem um bom golpe de vista para os negócios, que sabe prever com certa exactidão o curso das bolsas e dos contratos, dá crédito ao seu instituto, atrai os poupadores e os que efectuam descontos; um chefe sindical que sabe prever os resultados possíveis num choque das forças sociais em luta e atrai as massas para a sua organização, torna-se num *banqueiro de homens*. Deste ponto de vista, D'Aragona, enquanto era protegido pelo Partido Socialista, que se afirmava maximalista, foi melhor *banqueiro* do que Armando Borghi, emérito aldrabão, homem sem carácter e sem uma direcção política, mais negociante de feira do que banqueiro moderno.

Que a Confederação do Trabalho é essencialmente um movimento político pode ser deduzido pelo facto de a sua máxima expansão coincidir com a máxima expansão do Partido Socialista. Os chefes, porém, crêem poder não fazer caso da política dos partidos, isto é, poder fazer uma política *pessoal*, sem o aborrecimento dos controlos e das obrigações disciplinares. E eis a razão desta revolta tumultuosa dos dirigentes sindicais contra a *ditadura* do Partido Comunista e do famigerado Executivo de Moscovo. As massas compreendem instintivamente que são impotentes para controlar os dirigentes, para lhes impor o respeito pelas decisões das assembleias e dos congressos: por isso as massas *querem* o controlo de um partido sobre o movimento sindical, querem que os dirigentes sindicais pertençam a um partido bem organizado, que tenha uma meta precisa, que seja capaz de fazer respeitar a sua disciplina, que mantenha os compromissos livremente contraídos. A *ditadura* do Partido Comunista não espanta as massas, porque as massas compreendem que esta *terrível ditadura* é a máxima garantia da sua liberdade, é a máxima garantia contra as traições e os imbróglios. A frente única constituída pelos mandarins sindicais de todas as escolas subversivas contra o Partido Comunista demonstra apenas uma coisa: que o nosso Partido se tornou finalmente o partido das grandes massas, que representa deveras os interesses permanentes da classe operária e camponesa. À frente única de todos os estratos burgueses contra o proletariado revolucionário corresponde a frente única de todos os mandarins sindicais contra os comunistas. Giolitti, para vencer os operários, fez a paz com Mussolini e deu as armas aos fascistas; Armando Borghi, para não perder a sua posição de grande *senusso* [4] do sindicalismo revolucionário, pôr-se-á de acordo com D'Aragona, bonzo máximo do reformismo parlamentar.

Que ensinamento para a classe operária! Não deve seguir os homens mas os partidos organizados que aos homens saibam impor disciplina, seriedade, respeito pelos compromissos contraídos voluntariamente.

---

[4] Chefe da confraternidade islâmica chamada *senussia* (fundada em 1837 pelo algerino Mohammed ben Ali Senussi). — *(N. do T.)*

O APOIO DO ESTADO (*)

No belo tempo antigo, quando as recordações do Ressurgimento eram ainda vivas e a conquista da Constituição representava ainda um valor para a grande massa da população italiana, desenvolveu-se uma interessante polémica entre os liberais e os republicanos sobre a natureza e sobre a importância do juramento de fidelidade ao rei que os deputados devem prestar no Parlamento. Os liberais pensavam assim: se os deputados se recusam a prestar este juramento, se os deputados obtêm que a instituição do juramento seja abolida, ao próprio Estado acaba por faltar o seu principal apoio. A Constituição é um pacto recíproco de fidelidade entre o povo e o soberano: se o povo, através das pessoas dos seus representantes, se subtrai à obrigação de fidelidade, se o povo pede, com a abolição do juramento, liberdade de operar contra a Constituição, também o soberano, por direito, acaba por ser desligado dos seus vínculos, também ao soberano é reconhecida a liberdade de organização e de actuar o golpe de Estado contra a Constituição.

O governo representa o soberano no Parlamento Nacional, o governo é, aliás, responsável pelo soberano perante o Parlamento Nacional e perante o povo. Se o governo deixa impunemente violar a Constituição, se o governo permite a formação, no país, de bandos armados, se o governo permite que associações privadas constituam depósitos de armas e munições, se o governo permite que dezenas de milhar de cida-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 13-11-1921.

dãos privados, armados, enquadrados militarmente, com capacete e arma (depois de terem, imperturbados, percorrido o país), invadam a capital e ostentem abertamente a sua «potência», o que significa isto senão ter o governo, responsável pelo soberano, violado o juramento de fidelidade à Constituição? O que significa isto senão que se está preparando, por parte dos organismos estatais que se agrupam no poder executivo, um golpe de Estado? O que significa isto senão que em Itália vivemos já no ambiente de que automaticamente deve desabrochar o golpe de Estado?

O pacto entre o povo e o soberano está, portanto, denunciado, por vontade do poder estatal que representa o segundo. Automaticamente, todos os juramentos de fidelidade estão denunciados. O que liga hoje os empregados ao Governo? O que liga hoje os oficiais à autoridade suprema? A população, pela própria lógica dos acontecimentos, deve dividir-se em duas partes: favoráveis e contrários ao golpe de Estado reaccionário, ou melhor, favoráveis ao golpe de Estado reaccionário e favoráveis a uma insurreição popular capaz de derrotar o golpe de Estado reaccionário. A própria Constituição contempla a eventualidade: reconhece ao povo o direito de se levantar em armas contra qualquer tentativa de infracção à própria Constituição por parte dos poderes estatais. De facto, por que é que um pacto, que só pode ser bilateral, deveria continuar válido para uma parte se a outra parte o infringe? Por que é que um empregado ou um oficial deveria manter-se fiel a uma lei que já não existe? Por que é que deveria conservar os segredos de Estado e não comunicá-los aos partidos revolucionários se conservar estes segredos significa favorecer o golpe de Estado, isto é, a abolição também formal de leis e das liberdades estatutárias, enquanto comunicar estes segredos aos partidos revolucionários significa contribuir para salvar a liberdade popular, significa certamente manter-se fiel ao espírito do juramento prestado?

O Estado burguês vive em grandíssima parte sobre o trabalho e sobre a abnegação de milhares de funcionários civis e militares que cumprem, muitas vezes com verdadeira paixão, o seu dever, que mantêm vivo o sentido da honra, que tomaram a sério o juramento prestado no acto de iniciarem o seu serviço. Se não existisse este núcleo fundamental de pessoas sinceras, lealmente devotadas ao seu emprego, o Estado burguês desabaria num instante como um baralho de cartas.

São estes o verdadeiro, o único apoio do Estado, não decerto os outros, os concussionários, os prevaricadores, os poltrões, os parasitas do Estado. Ora: a quem serve o golpe de Estado? Só pode servir, com efeito, a estes, aos concussionários, aos prevaricadores, aos poltrões, aos parasitas: frequentemente, aliás quase sempre, o golpe de Estado não é mais do que o instrumento da inundície estatal para manter as posições ocupadas e tornadas mortais para a sociedade; esta gente não tem escrúpulos, está-se nas tintas para os juramentos e para a honra, odeia todos os trabalhadores e, antes de mais, os que trabalham nos seus próprios gabinetes e são a reprovação viva da sua desonestidade e do seu parasitismo.

A situação hitórica é hoje esta: só uma grande classe social é capaz de opor-se validamente às tentativas liberticidas da reacção desenfreada, a classe dos operários, o proletariado. Esta classe cumpre hoje a mesma função libertadora que no Ressurgimento foi própria dos liberais. Esta classe tem um seu partido. O Partido Comunista, com o qual devem colaborar todos os elementos desinteressados e sinceros do Estado italiano, que querem manter a fé no seu ofício de vigilantes das liberdades populares contra todos os assaltos das forças obscuras do passado que não quer morrer.

GESTÃO CAPITALISTA E GESTÃO OPERÁRIA (*)

La Perseveranza e alguns outros jornais notoriamente ligados aos interesses do negócio bancário-industrial italiano, procuraram responder às observações feitas por nós sobre as causas que determinaram as duas clamorosas derrotas da Fiat no circuito de Brescia (1). Os escritores destes jornais provavelmente nunca viram uma oficina moderna; certamente ignoram o que seja espírito industrial; sem dúvida que usam de má-fé e partem do princípio (pago) de se insurgirem em defesa dos proprietários, qualquer que seja a contenda, e de acharem que todas as responsabilidades dos males que afligem a produção italiana recaem sobre a classe operária, sobre o bolchevismo, sobre os conselhos de fábrica. As palavras são palavras, as afirmações são afirmações; prestem atenção aos números estes egrégios senhores, peçam aos industriais que publiquem os dados de produção que se referem a estes períodos, característicos da actividade industrial dos metalúrgicos de Turim: 1) da greve de Abril de 1920 à ocupação das fábricas; 2) ocupação das fábricas; 3) da ocupação das fábricas ao *lock-out* de Abril de 1921; 4) da reabertura, com o despedimento dos membros dos conselhos de fábrica e dos grupos comunistas, ao circuito de Brescia.

No período de ocupação e de gestão operária directa, ainda que a maioria dos técnicos e dos administrativos tivesse desertado do trabalho, e uma notável parte dos operários tivesse sido destinada a substituir os desertores e a desem-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 22-11-1921.

(1) Cf. *A derrota da Fiat*, vol. II da presente edição, pp. 365-368.

penhar funções de vigilância e de defesa militar, o nível da produção foi todavia mais elevado do que no período precedente, caracterizado pela reacção capitalista depois da greve de Abril de 1920.

No período sucessivo à ocupação — em que o controlo operário e o poder dos conselhos de fábrica atingiram o máximo de eficiência — a produção da Fiat foi tal, em quantidade e qualidade, que superou em muito a produção do período bélico: de 48 viaturas quotidianas saltou-se para 70 viaturas quotidianas. Os senhores industriais jogaram uma carta suprema com estas novas condições criadas à produção pelo poder dos conselhos de fábrica: propuseram aos operários um projecto de empreitada colectiva. Visto que existiam os conselhos de fábrica, os quais exerciam um controlo real e imediato sobre todas as iniciativas capitalistas, e uma vez que, se controlada, a empreitada colectiva representa um grande passo avante no regime industrial, os operários aceitaram, com algumas modificações, o projecto. Mas os industriais, uma vez introduzida a empreitada colectiva, passaram à ofensiva contra os conselhos e contra os grupos comunistas. O *lock-out* foi proclamado, os operários revolucionários foram despedidos, as secções foram desorganizadas, a reacção mais impiedosa foi introduzida como sistema. As consequências foram desastrosas: o controlo começou a rejeitar até 50 por cento da produção de muitas secções; o nível da produção desce até 15 viaturas por dia. Politicamente, os industriais alcançaram os seus fins: as comissões internas, formadas por socialistas, deixam de causar aborrecimentos aos dirigentes; os operários são disciplinadíssimos; ninguém fala; ninguém se mexe do seu lugar; não se fazem comícios; não circulam jornais subversivos; não se discute. Mas a produção desceu de 70 para 15 viaturas e a qualidade desceu na medida demonstrada pelo circuito de Brescia.

Podem desmentir estes dados os alegres escritores de *Perseveranza* e dos outros jornais «que se preocupam com a sorte da indústria nacional»? Uma coisa resulta evidente das experiências industriais destes anos passados: 1) a classe dominante já não possui um sector de empreendedores capazes de governar a produção industrial; a guerra, se esgotou, com as suas privações e com os seus longos horários de trabalho, a classe operária, esgotou porém, em medida superior, os empreendedores que se perverteram com a especulação bancária e perderam a capacidade de organizar e administrar as grandes massas de oficina; 2) a classe operária, embora não tenha a experiência e a «maturidade» política e técnica da classe dominante, consegue todavia, melhor do que a classe burguesa, gestir a produção. Capitalismo significa hoje desorganização, ruína, desordens contínuas. Para as forças produtivas, não existe outra possibilidade de salvação senão a organização autónoma da classe operária, quer no domínio da indústria quer no domínio do Estado.

O PARTIDO COMUNISTA E AS AGITAÇÕES OPERÁRIAS EM CURSO (*)

Um frémito de luta percorre as filas do proletariado italiano. A máxima depressão da actividade do proletariado é decididamente ultrapassada e a luta de classes vai retomando o ritmo imponente que tinha antes dos acontecimentos do fim de 1920. A ofensiva capitalista, cujo início se pode reconhecer nos episódios de 21 de Novembro de 1920 — há um ano — em Bolonha ([1]), nas suas múltiplas formas, desencadeou-se apenas depois que sobre o moral das massas tinha tido o seu maléfico influxo a desastrosa política do Partido Socialista e da Confederação do Trabalho e, embora aproveitando sobretudo dos erros e das culpas dos dirigentes proletários, não parece ter sido tão perniciosa como aqueles se à sua máxima ferocidade responde a classe operária voltando à combatividade antiga.

Entre o período de lutas operárias que a táctica equívoca dos socialistas então destruiu e o actual, há diferenças profundas de situações e de relações de força. Então parecia deixada aos organismos proletários a iniciativa dos movimentos e a escolha do programa de conquista, e o adversário, patrões e Estado, parecia desorientado e mais ou

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 22-11-1921.

([1]) Trata-se dos famosos «factos do Palácio d'Accursio», uma obscura provocação que assinalou o início do terrorismo em Emilia. Dez cidadãos bolonheses foram mortos com bombas de mão diante do edifício municipal.

menos passivo. Hoje, pelo contrário, é a burguesia, com uma série de armas bem temperadas, que se move contra o proletariado e o assalta no terreno político com a reacção e com o fascismo, e no terreno económico com o *lock-out* e as denúncias dos pactos de trabalho então conquistados.

Segundo os socialistas de direita, foi um erro ter-se proposto, naquele período, favoráveis objectivos revolucionários muito grandiosos e irreais não se assegurando mais limitadas conquistas; nas quais todavia o proletariado se teria solidamente reforçado. Mas aqueles não aludem a conquistas económicas, visto que estas, na realidade, se verificaram em vasta escala, e evidentemente falam de um programa político cuja realização, no terreno político, é impedida pela conclamada aspiração da conquista de todo o poder para a classe operária.

Mas aqueles não dizem nem mostram que forma de regime, a não ser a posse integral da força estatal por parte dos trabalhadores, teria garantido o proletariado do contra-ataque burguês. Se a ofensiva burguesa derivou da reacção contra o peso que tinha assumido a vontade dos organismos proletários no andamento da vida social e da consciência que, em correspondência com esta influência aparente não existia uma sólida organização de luta, é fácil perceber como maiormente ela se teria desencadeado se as massas tivessem apoiado a sua influência social não na sua organização mas em ulteriores concessões abtidas com meios pacíficos de hipotéticos aliados escolhidos entre a esquerda burguesa, no terreno das combinações parlamentares ou de qualquer simulacro de crise de regime; ora, na realidade, o único meio de impedir o regresso ofensivo burguês era o desarme do aparelho burguês de governo e da própria burguesia e a directa gestão dos poderes e da força armada por parte do proletariado: ou seja, a sua ditadura revolucionária.

Na situação hodierna, em que a burguesia tende para uma própria ditadura económica e política que deixe imutadas as formas do seu regime mas consiga demolir as fortalezas da organização operária e empurre o proletariado para as condições de antes da guerra e mais atrás ainda, os expoentes da social-democracia, a quem nem sequer pode servir o cómodo *alibi* com que respondiam então, já não ousam formular qualquer programa. Sustentam, ou melhor efectuam, o recuo sem luta para não serem obrigados a admitir a necessidade do armamento não só ideal mas também material do proletariado para a luta de classes, do qual deriva necessariamente o programa de consolidação deste aparelho de luta num aparelho de poder revolucionário.

Os comunistas, pelo contrário, coerentes com as acusações que no «feliz» período dos anos 1919 e 1920 faziam à política dos socialistas de direita, incapaz de utilizar cada etapa percorrida lutando ao lado do proletariado para a organização das suas faculdades revolucionárias, fora do e contra o Estado burguês, como única garantia da defesa daquelas conquistas e da sua integração até à emancipação proletária, os comunistas, dizia, sustentam hoje que o proletariado deve aceitar da situação os eloquentes ensinamentos de luta que dela derivam e deve enfrentar os conflitos com as forças adversárias com uma visão geral das suas tarefas, preparando o movimento único de toda a classe trabalhadora no plano revolucionário.

Se o facto de considerar como isoladas as acções individuais e o encorajar a táctica de ocupar sucessivamente e com pouco dispêndio de energia as posições individuais possíveis podia ter um sentido no período do avanço, aquele método equivale hoje, evidentemente, a expor-se a certa derrota.

Os comunistas traçaram o plano de acção proletária ao canalizarem todas as lutas numa única acção da frente única dos trabalhadores que tenha como posição toda a defesa das conquistas operárias que a ofensiva burguesa acaba de insidiar [2]. Este plano está a traçar-se nos próprios acontecimentos que de modo quase automático conduzem os trabalhadores ao alargamento da base dos conflitos, fundindo-os com aqueles pelos quais são provocadas outras categorias e reunindo reivindicações políticas e económicas.

Enquanto esta síntese dos esforços se completa programaticamente na palavra de ordem do Partido Comunista que

(2) Depois do Conselho de Verona da Confederação Geral do Trabalho, o Comité Executivo e o Comité Sindical do Partido Comunista tinham repetido num comunicado o convite para a formação de uma frente única sindical, afirmando que «a luta deve continuar entre os quadros da Confederação Geral do Trabalho» uma vez que «a saída das suas filas seria o maior serviço que se podia prestar aos contra-revolucionários que ainda a dirigem».

deve servir como guia da acção operária, existem, na realidade, coeficientes que se opõem à sua realização, o principal, entre estes, a posição dos dirigentes de direita. A acção para a frente única proletária aparece assim como uma dupla luta: contra a burguesia nas frentes determinadas pelos seus ataques e contra os sociais-democratas que impedem à organização proletária uma resposta com o alargamento da frente à táctica burguesa, que consiste em bater sucessivamente e separadamente as forças operárias.

O Partido Comunista entende em toda a sua complexidade esta situação, e as dificuldades que se opõem à realização da plataforma de acção única que ele propôs (que culminaria na greve geral nacional, colocando a luta numa via decididamente revolucionária) não o impedem de seguir e sustentar todas as fases da luta defensiva proletária que, embora enredada pela ditadura social-democrática sobre as organizações, se desenvolve por sucessivas acções até à extensão da frente.

Por isso os comunistas têm uma tarefa precisa, ainda que não tenha sido aceite pelos seus adversários a força de acção que eles consideram e que é a única que apresenta as verdadeiras possibilidades de uma vitória proletária. A falta de realização, por parte de todas as massas, da sua táctica, não é para eles, desde o início, uma razão de passividade ou um *alibi* para as suas responsabilidades; eles apresentam-se na primeira fila para a luta, a luta em duas frentes, contra o aberto adversário burguês e contra o derrotismo interno dos oportunistas.

O Partido Comunista está, portanto, na primeira linha das experiências de acção alargada que hoje se desenvolvem e que sem dúvida são o prelúdio de mais vastas batalhas. É certo que se estas tentativas das massas falirem, será por efeito da influência dos sociais-democratas que afrouxam a difusão do movimento e que procurarão explorar as eventuais derrotas proletárias como consequência do método da extensão da acção, quando seriam apenas consequência da demasiado tardia extensão. Mas isto não impede que, cumprindo grandes esforços, não se possa obter que também por esta via, tornada menos directa pela força dos derrotistas, se possa construir o aguerrimento do proletariado para as lutas supremas revolucionárias. Estamos, portanto, depois de bem estabelecidas todas as responsabilidades, no cerne da luta nas greves gerais da Liguria e da Venezia Giulia (³); pedimos a extensão do movimento dos ferroviários contra a aplicação do artigo 56 (⁴).

É preciso lutar contra esta situação para extrair de cada episódio um resultado de experiências e de treino revolucionários, com o olhar sempre voltado para o objectivo: acção geral única de todos os trabalhadores.

O nível da combatividade proletária crescerá através destes episódios à medida que o Partido Comunista aparecer a enfrentar o derrotismo dos amarelos, os quais esperam, talvez não menos do que os burgueses autênticos, a reviravolta que atire o proletariado para o pântano morto da passividade e do desalento.

Mas dos mais víscidos aos mais cínicos inimigos do movimento proletário parece que todos sentem soprar um outro vento: o da grande tempestade revolucionária.

(³) Na Liguria, em apoio aos metalúrgicos que faziam greve há algumas semanas contra a ameaçada redução dos salários, estabeleceu-se a greve geral de 17 a 21 de Novembro. Na Veneza Giulia, contra a decisão dos industriais metalúrgicos de Trieste em efectuarem o *lock-out* nos estaleiros navais de Trieste e Muggia e reduzirem os salários no estaleiro de Monfalcone, foi declarada a greve geral em toda a região. Também em Livorno os metalúrgicos estavam em greve.

(⁴) Em Nápoles, em 6 de Novembro, os ferroviários tinham retomado a greve em defesa do princípio do dia de trabalho de oito horas e contra a aplicação do art.º 56, de 7 de Julho de 1907, já sepultado depois da agitação de 1920, que estabelecia o despedimento para os ferroviários em greve.

UM GOVERNO QUALQUER (*)

No armamento fraseológico do Partido Socialista, a fórmula do *governo melhor* foi definitivamente substituída pela nova fórmula do *governo qualquer*: o Partido Socialista confessa abertamente ter renunciado a todas as conquistas no campo legal; afirma já não ser sequer um partido de reformas graduais e de *conquistas morais*; contenta-se em obter, por parte do governo, as garantias elementares para a segurança e a incolumidade pessoal das massas camponesas.

Para medir toda a grandeza do retrocesso feito pelos socialistas, basta recordar a posição polémica assumida pelos chefes sindicais do movimento camponês no Congresso de Livorno. Nino Mazzoni tinha sustentado no Congresso Provincial de Reggio Emilia da fracção concentracionista (1) que a tese comunista da conquista violenta do Estado era destituída de qualquer fundamento razoável e de senso comum, visto que o Estado eram efectivamente os camponeses. Para Mazzoni o problema não era já o de conquistar o Estado com a força armada da classe trabalhadora mas, simplesmente, o de organizar as conquistas parciais do Estado já verificadas por virtude traumatúrgica dos chefes sindicais e municipais, de organizar no Parlamento o Estado de facto. No Congresso de Livorno, Mazzoni confirmou e ampliou a sua tese: para Mazzoni, na Itália, diferentemente dos outros

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 1-12-1921.

(1) Concentracionista foi chamada a fracção socialista de direita, agrupada à volta de Turati e Prampolini, que se constituiu em Setembro de 1920 em Reggio Emilia.

países e especialmente da Rússia, a vanguarda socialista era constituída não pelo proletariado urbano mas pelas massas trabalhadoras rurais. A tese comunista da revolução, concebida como essencialmente proletária e urbana, e a tese comunista como revolução proletária que liberte os camponeses dos resíduos da opressão e da exploração feudal, permitiram a Mazzoni bombardear o edifício granítico da maioria maximalista-unitária com argúcias vulgares e piadas banais.

A um ano de distância, cada operário ou camponês, mesmo mediocremente inteligente, foi posto na situação de julgar, pelos acontecimentos, qual das duas correntes socialistas, a comunista ou a reformista, tinha sabido prever o desenvolvimento da história e tinha sabido indicar a táctica melhor para salvar a classe trabalhadora da ruína económica e da escravidão política. A classe camponesa, não obstante o controlo de milhares de municípios, de dezenas de milhar de cooperativas e de Ligas, foi completamente vencida. Sucedeu até que, na província de Rovigo, onde as organizações camponesas tinham conseguido conquistar a quase totalidade das administrações locais, a reacção foi mais feroz e encontrou menos resistência. A classe camponesa italiana foi repelida para uma situação de escravidão pior do que a feudal: já não tem liberdade de reunião, já não tem liberdade de Imprensa, já não tem liberdade de associação, já não tem liberdade de ir e vir, nem sequer a liberdade de viver. Nas cidades, embora a derrota clamorosa dos camponeses tenha tido repercussões frequentemente mortais, desmoralizando e humilhando largos estratos do proletariado, vive-se ainda, resiste-se, luta-se; nas cidades sucedem-se incessantemente desesperadas tentativas para organizar um exército de trabalhadores e torná-lo capaz de combater contra a guarda branca.

Cada operário e camponês está hoje persuadido que só da cidade pode sair o grito de libertação do povo trabalhador italiano, que a emancipação das massas oprimidas e exploradas só pode ser assegurada por um Estado operário que, tendo organizado um potente exército vermelho e uma implacável rede de instituições policiais ou judiciárias com elementos operários, reconquiste sistematicamente os territórios invadidos e destruídos pelo fascismo e os liberte dos depósitos de armas e das conjuras reaccionárias. O Partido Socialista, pelo contrário, completamente desmoralizado e corrompido pela derrota sofrida nas províncias agrícolas, recua cada vez mais. Os chefes socialistas reconhecem que o povo italiano foi atirado para a situação existente durante o regime feudal; mas diferentemente dos partidos liberais que então representavam as forças oprimidas, os dirigentes socialistas renunciam à preparação da insurreição armada, renunciam à violência, entregam-se a um *governo qualquer*, isto é, ao nosquismo (*) que num primeiro tempo pode até reprimir o fascismo agrário mas não pode certamente reprimir o fascismo agrário sem reprimir simultaneamente as forças revolucionárias urbanas; isto é, sem criar as condições melhores para o renascer, a breve termo, de um fascismo agrário ainda mais impiedoso e atroz do que o actual.

As massas proletárias e camponesas apreenderam, porém, da experiência histórica mais do que os dirigentes socialistas: eis por que elas se reúnem cada vez mais numerosas e confiantes à volta do Partido Comunista que continua as tradições dos jacobinos da Revolução francesa contra os girondinos. Sim, os comunistas são jacobinos mas para o interesse do proletariado e das massas rurais traídas hoje pelos socialistas, como há mais de um século os interesses da classe revolucionária eram traídos pelos girondinos.

(*) De Gustavo Noske, político alemão, social-democrata. Ministro da Guerra, foi responsável pela opressão contra os espartaquistas (1918-1919). — *(N. do T.)*

O PAPA E A IGREJA CISMÁTICA (*)

A união da Igreja romana com a Igreja greco-cismática, ou ortodoxa como vulgarmente se diz também no Ocidente, é uma antiga aspiração do papado. A Igreja cismática compreende o oriente mediterrânico, a Grécia, os Balcãs, a Rússia. Toda a política de Benedito XV perante a Rússia dos Sovietes apoiou-se no antigo sonho da unidade religiosa católico-cismática. É bom, portanto, que se digam duas palavras nestas férias do trono pontifício.

A Igreja cismática está muito menos longe da Igreja romana do que os protestantes das várias seitas. Destacou-se do regaço da catolicidade por voltas do ano mil, por motivos relacionados com a teologia e também por motivos mais importantes de mentalidade e de temperamento.

Não faltaram, de vez em quando, tentativas sérias de unidade e de conciliação. E já modernamente, Leão XIII fez esforços notáveis para a fusão das duas Igrejas. Nem faltaram, nos últimos decénios, episódios de bispos das duas Igrejas que claramente se permitiram gestos de colaboração e amizade recíproca.

Benedito XV tomou uma posição ainda mais resoluta para a conciliação das duas Igrejas.

Entre outras coisas, fundou em Roma o Instituto Oriental Romano e dele quis assumir a presidência, confiando as funções de secretário a alguém da sua confiança, conhecedor do Oriente e das questões eclesiásticas orientais, o cardeal

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 27-1-1922.

Marini. A propósito de tal instituto, escreve o *Popolo Romano:*

Este Instituto, nos propósitos do Papa, devia centralizar todas as relações do papado com os católicos e também os não católicos do Oriente. Com os quais, portanto, o pontífice, na qualidade de presidente, criava contactos ininterruptos, completamente fora da burocracia da Cúria, maliciosa e frequentemente boicotadora.

Não é de hoje o dissídio entre a burocracia romana da catolicidade e as Igrejas do Oriente. Ciosas da sua autonomia, estas nunca conseguiram, não podiam e não podem conseguir agradar aos prelados da Cúria, cujo sonho é o poder absoluto de domínio, a centralização absoluta, nas suas mãos, de todos os interesses espirituais e temporais do orbe católico. É desgraçadamente a deformação íntima de todas as burocracias omnipotentes e centralizadoras, de que não se salva sequer — embora não esteja inquinada mais do que qualquer outro organismo social — a Igreja católica.

Não se pode verdadeiramente dizer que a *Propaganda fide* tenha deixado desenvolver-se, sem contrastes e obstáculos, o plano de Benedito. Existe ainda hoje um dissídio não transcurável acerca do controlo que a dita congregação desejaria exercer sobre o Colégio dos Maronitas, que os católicos libaneses mantêm em Roma. Mas as conjuras e as artes dos prelados da Cúria encontraram sempre uma barreira intransponível na firme vontade do pontífice, o qual, antes de fechar os olhos, teve a alegria de ver o seu instituto em pleno desenvolvimento, centro importantíssimo de estudos, aberto, sem distinção — e isto honra a sua serenidade espiritual —, aos católicos como aos ortodoxos, como a todos os cristãos orientais. Os programas do Instituto, deste ponto de vista, não puderam deixar de provocar o escândalo dos Merry del Val, dos De Lai, dos Billot e dos jesuítas.

É evidente que Benedito XV, reunindo em Roma os católicos de todas as Igrejas orientais e até os ortodoxos ou cristãos em geral, para se instruírem sobre o verdadeiro conteúdo da doutrina católica, tornava ao grande sonho da união das Igrejas do Oriente e tendia a reforçar, perante elas, o prestígio e influência de Roma. A este sonho sacrificou, com uma generosidade que cada sacerdote do Oriente vos descreve com profunda comoção, não só as ambições dos prelados recalcitrantes mas os seus principais recursos financeiros.

A posição de Benedito XV em relação à Rússia mirava claramente traduzir em factos o antigo sonho que duplicaria o número de católicos.

A passagem da ortodoxia greco-cismática ao catolicismo romano não deveria significar um salto dos ritos greco-cismáticos para o ritual latino. A Igreja católica possui já um rito grego, que usa oficialmente a língua grega, tem um organismo exterior conforme às tradições peculiares dos patriarcas bizantinos e orientais, permite o matrimónio dos padres. Mesmo o espírito político-religioso do rito grego (católico)

é informado por uma orientação de máxima adaptação às tradições e ao temperamento oriental.

Isto depende de um critério político e também de um critério de respeito pelas tradições. Enquanto no Ocidente a patrística antiga grega é posta em segundo lugar pela latina e os evangelhos oficiais são latinos, no Oriente, pelo contrário, não é possível prescindir do facto de a história antiga da religião ser sobretudo grega como gregos são originariamente todos os evangelhos, gregos na maior parte os padres. O carácter greco-oriental é essencialmente pedante e sofista em filosofia e em religião. Enquanto as tradições da Igreja ocidental são sobretudo práticas, as da Igreja oriental, desde os mais antigos tempos, são teológicas, disputadoras, subtis. Os fundamentos filosóficos e teológicos do catolicismo foram elaborados quase exclusivamente na Igreja oriental, antes que ocorresse a cisão em duas confissões distintas. Actualmente, portanto, a Igreja greco-cismática é minada por uma corrupção talvez ainda mais profunda do que a que existe na Igreja romana.

De qualquer modo, a Igreja romana tem no seu espírito conciliador e no rito greco-católico uma base para a almejada união.

Permanecem fundamentalmente dois factos que constituem dificuldades sérias.

Primeiro. A derivação do Espírito Santo só do Pai, como crêem os cismáticos, enquanto os católicos afirmam, no *Credo*, que ele procede tanto do Pai como do Filho. Sobre estas subtilezas seria provavelmente possível um acordo.

Segundo. O reconhecimento da preeminência do bispo de Roma. Aqui a questão é intrincadíssima e espinhosíssima. A Igreja grega antiga (católica) teve sempre muita autonomia e importância em relação à Igreja ocidental para que a sua herdeira cismática possa aceitar sem mais discussão o papado de Roma. Em nenhum caso a Igreja cismática acederia aos preliminares de acordo senão com a condição de discutir pelo menos tudo o que o papado foi lentamente conquistando, de predomínio e de atribuições, a partir do cisma até hoje. E isto foi um processo do papado, cada vez mais monárquico, verdadeiramente gigantesco, que se traduziu em artigos de fé e culminou no concílio realizado por Pio IX em 1869, onde — no meio de violentas oposições dos bispos — foi estabelecida a infalibilidade do Papa.

É preciso ainda acrescentar que a parte mais intransigente da Igreja cismática não só nega que o bispo de Roma seja, preferentemente ao patriarca de Constantinopla, o sucessor de Pedro, mas nega até que Cristo tenha conferido a Pedro uma real preeminência sobre os outros apóstolos com as famosas palavras: «Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo domum meam»; e com a outra passagem: «Pasce oves meas.»

Monsenhor Geremia Bonomelli, no seu livro *Viaggio in Oriente*, apresentava conclusões muito pessimistas sobre a possibilidade de um acordo próximo com o elemento greco-oriental-cismático. Provavelmente, se uma probabilidade de união, ainda que remota, alguma vez se apresentar, será na Rússia e nos países eslavos que o Papa procurará abrir uma brecha.

A SUBSTÂNCIA DA CRISE (*)

A queda de Bonomi [1], diz-se, foi provocada por uma manobra de corredor não muito clara, ou na qual de claro há apenas a ambição de um grupo de politiqueiros. E está bem. O Parlamento inteiro é, em relação ao país, um corredor obscuro e sem saída, no qual também os factos e os contrastes mais profundos são obrigados a assumir aquela forma, visto que a gente que o frequenta não consegue nenhuma outra. Mas nem sempre, sob esta forma, deixa de haver uma substância de mais séria consideração. Existe ela no caso actual?

Que através dos acontecimentos políticos dos últimos meses se estava completando em Itália uma série de transformações de carácter substancial, é coisa sobre a qual tivemos outras vezes ocasião de insistir. Como base desta transformação, a tentativa de fazer aderir ao Estado italiano estratos profundos das massas trabalhadoras das cidades e do campo e, deste modo, libertar o Estado da crise que o atormenta; como instrumentos desta acção, os dois partidos «sociais-democratas» típicos: o popular e o socialista. Entre o Partido

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-2-1922.

[1] O Gabinete Bonomi declarou-se demissionário em 2 de Fevereiro, em seguida ao voto de desconfiança do partido da Democracia Social (Giovanni Amendola), agrupamento parlamentar resultante da fusão entre a Democracia Liberal e os demo-sociais. O voto de desconfiança tinha sido motivado pela recusa de Bonomi em conceder fundos ao erário para salvar o Banco de Desconto, cuja falência tinha prejudicado numerosos pequenos poupadores meridionais de quem a Democracia Social era de facto a expressão.

Popular e o Socialista actuou-se, por isso, uma curiosa divisão do trabalho. Combatendo-se em alguns lugares e sobre alguns terrenos, noutros colaborando, noutros ainda dividindo-se oportunamente as partes e as zonas de influência, populares e socialistas completaram e estão completando uma obra comum: a de preparar as bases do futuro Estado social-democrata italiano. A demagogia e o oportunismo mentiroso e hipócrita são os meios com os quais se procura, tanto por uns como por outros, alcançar o objectivo. O facto é tão verdadeiro que em algumas zonas, especialmente agrícolas e de pequenas regiões, existem estratos inferiores de população trabalhadora que já não fazem distinção entre os dois partidos. A colaboração está já em acto; e o facto de se realizar primeiro na base do que nos órgãos directivos superiores, é índice da sua correspondência com uma situação nova que se está criando e da qual é necessário ter presente.

Mas se esta é uma realidade, a outra realidade com a qual se deve contar é a formação tradicional do Estado italiano, resultante da prevalência de uma classe dirigente que tem interesses opostos aos das massas e quer exercer sobre elas um domínio com a violência e com o engano. Há muito que os populares consideraram o problema de estabelecer um acordo com esta classe dirigente e até o resolveram sem, todavia, perder o seu carácter de partido aderente e representante de vastas massas organizadas. Com a acção que desenvolveram, quer no Parlamento quer no país, deram pois já o exemplo do que será a social-democracia italiana, do modo como o novo regime reassumirá em si as linhas mais desonestas das nossas tradicionais «camorras» (*) com traços novos do Estado social-democrata, sem preconceitos, demagogo, hipócrita, corruptor e corrompido. Deste ponto de vista, Bonomi foi um verdadeiro precursor.

Para alcançar completamente o objectivo, é porém necessário atravessar períodos de ajustamento. Um deles foi representado pela crise de violência do fascismo. Hoje, até no partido fascista existem os sintomas evidentes da degeneração social-democrata. Valha por todos o comportamento assumido em relação aos assuntos bancários (2). A violência

(*) V. vol. I, nota da p. 197.

(2) Os fascistas, especialmente os nacionalistas de *Idea nazionale*, tinham atacado violentamente o governo pelo comportamento assumido durante a crise bancária.

organizada fora dos quadros legais do Estado é, de resto, característica de todos os regimes aparentemente «democratas», formados no pós-guerra.

Uma outra fase do período de ajustamento é representada pelas crises parlamentares. No Parlamento deve-se completar a soldagem entre os elementos directivos das velhas e das novas «camorras» (*). Requere-se, por isso, que alguns homens sejam eliminados, outros impelidos avante, que se reconheçam certos direitos conquistados e que se trave o ardor prematuro dos recém-chegados. É todo um trabalho do qual deve sair a nova casta dos dirigentes.

É claro que este modo de considerar a questão leva a negar qualquer valor às distinções parlamentares oficiais, pelo que poderá existir um governo de direita ou um governo de esquerda, ou um governo intermédio de «transição». E se tudo isto é terminologia vazia, ainda menos valem os programas e até os homens. As bases sobre as quais todos estavam de acordo, mais ou menos, não são difíceis de encontrar. O que mais importa, porém, não são tanto elas como o processo geral através do qual o Estado italiano, sem mudar a sua natureza fundamental, tende a mudar as suas bases na esperança de se reforçar e de poder gozar de um novo período de vida tranquila.

Um elemento novo seria dado, diz-se, pela posição dos socialistas. Mas não é verdade. Eles entram na linha deste processo geral e quanto dissemos atrás sobre a analogia entre a acção dos populares e a dos socialistas poupa-nos agora maiores explicações. A única diferença reside na falta de participação no governo, o que obriga os socialistas a serem ainda mais hipócritas e mentirosos do que os outros, a terem não apenas duas, mas três ou quatro máscaras com as quais escondem o seu rosto verdadeiro. Os socialistas não pedem mais do que dar a sua contribuição à obra comum de reconstrução e de reforço do Estado. Seja de que modo falem, quer usem a desfaçatez de Stenterello, quer repisem a estupidez de Turati, quer hasteiem o galhardete da intransigência ou papagueiem como o papagaio do *Avanti!*, cada uma das suas palavras e cada um dos seus comportamentos são vantajosos para a burguesia e para o Estado, porque serve para impedir que as massas vejam claro no curso dos factos que

(*) V. vol. I, nota da p. 197.

se estão desenvolvendo, que as massas se dêm conta das cadeias que se aprestam para confirmar à volta dos seus pulsos os novos pregadores de liberdade, de reformas e de conquistas positivas.

Este é, pois, para nós, o ponto central da situação actual. É preciso tornar claro às massas de operários e camponeses de Itália que cada apoio por elas dado aos demagogos dos partidos sociais-democratas — socialista e popular — é um contributo para a reconstrução do organismo que há decénios os priva da liberdade, do bem-estar, e os submete à escravidão, aos sofrimentos e à morte. A luta contra a social-democracia, a luta contra o Partido Socialista traidor, identifica-se com a luta para a libertação do proletariado de Itália de qualquer escravidão.

GIOLITTI E OS POPULARES (*)

A política tradicional de Giolitti, que foi a política do Estado italiano nestes primeiros vinte anos do século vinte, para além da tentativa, nunca realizada no terreno parlamentar, de incorporar o movimento operário no mecanismo governativo, consistiu na tentativa de açambarcar os votos dos camponeses católicos para a fortuna política do chamado Partido Liberal Democrata, isto é, para o partido dos industriais e dos comerciantes. A hierarquia eclesiástica tinha sido, até ao aparecimento do giolittismo, o instrumento de que se serviam os agrários para dominar politicamente, e não só economicamente, a classe dos camponeses: para os bons ofícios da hierarquia eclesiástica, os agrários conseguiam ter no Parlamento um partido, o Liberal Conservador, guiado por Sonnino e defendido pelo *Giornale d'Italia*, que podia permitir-se, de vez em quando, o luxo de constituir um governo e de mantê-lo por cem dias. Para impor definitivamente o monopólio governativo dos maiores interesses industriais e bancários, Giolitti cultivou amorosamente, no campo católico, o nascimento e o desenvolvimento da mesma rede de cooperativas e de pequenos bancos de poupança que tinha amorosamente cultivado no campo socialista: obteve os resultados que tinha esperado. O pacto Gentiloni assinalou a passagem da hierarquia eclesiástica dos serviços do Partido Conservador, isto é, de Sonnino e dos agrários, ao serviço do Partido Democrata, isto é, dos banqueiros, dos industriais e de Giolitti.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 22-2-1922.

A formação do Partido Popular, isto é, a organização da classe dos camponeses como classe independente, e o seu desenvolvimento, ocorrido no sentido de o Partido Popular se libertar quase completamente da facção de direita, constituída por latifundiários e velhos aristocratas, mudou o terreno de manobra política do «grande» estadista de Dronero. Tanto os agrários como os industriais e os banqueiros estão limitados no Parlamento a terem partidos numericamente insignificantes: coligaram-se e encontraram o seu *leader* precisamente no deputado Giolitti. Giolitti, tradicionalmente homem de esquerda, hoje tornou-se homem de extrema-direita; o *Giornale d'Italia*, o órgão tradicional dos agrários, o apoiador dos «fascios» torcanos e emilianos, tornou-se hoje o executor mais encarniçado de Giolitti, do homem que por vinte anos mais asperamente tinha combatido, do homem para quem, em 1917, pedia explicitamente que fosse levado aos tribunais militares. Com a tolice brutal que os distingue, os agrários, afoitos pela existência da organização militar fascista, reconquistada na economia nacional a supremacia pela queda da indústria e da banca, declaram abertamente quererem voltar à situação política existente no nosso país antes do pacto Gentiloni. Durante o conclave, o *Giornale d'Italia* ameaçou abertamentamente desencadear uma tempestade anticlerical se para o governo da Igreja não fosse eleito um «intransigente», isto é, se o Vaticano não voltasse à política de Pio X, contrária à formação, em Itália, dos partidos parlamentares católicos e favorável à política dos aristocratas e dos conservadores. O conclave elegeu, pelo contrário, um pontífice ainda mais conciliador e popularista do que Benedito XV [1] e o Partido Popular vingou-se das tolas ameaças do *Giornale d'Italia* opondo o seu veto a um governo de Giolitti. Se se procuram as forças políticas, realmente agentes no país, abaixo da coreografia parlamentar, a derrota de Giolitti é sem dúvida a manifestação de uma crise de regime em Itália. A classe dos camponeses é a única classe pequeno-burguesa que conservou uma função produtiva na sociedade moderna: por isso ela se pode unificar politicamente e introduzir um elemento novo no Parlamento, mudando radicalmente os termos tradicionais do equilíbrio democrata, isto é, provocando uma crise de regime que poderia até aprofundar-se. Não existe, na verdade, nenhuma contradição essencial entre catolicismo e república: Radich, na Croácia, chefe do partido dos camponeses, é republicano e circunda a sua pregação com um halo de coreografia religiosa que atinge profundamente a fantasia dos estratos campesinos...

[1] Como sucessor de Benedito XV, foi eleito o cardeal Achille Ratti, Pio XI.

ENSINAMENTOS (*).

As conclusões que se podem extrair do andamento desta manifestação do Primeiro de Maio são confortantes.

A manifestação foi positiva como intervenção de massas, como extensão de solidariedade operária. Demonstrou como o proletariado italiano, apesar da reacção, é sempre *vermelho*. E foi também positiva como prova de espírito de combatividade que desperta nas filas dos trabalhadores.

Os fascistas preocuparam-se em demonstrar, com o seu comportamento e com as suas próprias declarações, que se tratava de uma manifestação antifascista. E tal foi o significado da abstenção do trabalho e da intervenção de grandíssimas massas em manifestações, de um canto ao outro da Itália, e sem excluir as zonas mais controladas pelo fascismo. Se os cortejos não se organizaram isso deve-se à imposição do governo: se tivesse sido possível organizá-los, hoje contaríamos um maior número de mortos operários mas também um maior número de mortos fascistas.

Ao lado da confortante constatação da vastidão e imponência da manifestação e do elevado moral das massas, devemos, todavia, apresentar o que a *organização* deixou em geral a desejar.

A coisa não se apresenta sem razões: a táctica da unidade de frente adoptada neste primeiro de Maio por todos os organismos proletários, experiência da Aliança do Trabalho Italiana, trouxe ao mesmo tempo este benefício e esta des-

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 5-5-1922.

vantagem que devem ser atentamente considerados pelos comunistas. Limitamo-nos aqui a apontar brevemente para o facto, tendo presente o comunicado difundido pelo Comité da Aliança do Trabalho, depois do Primeiro de Maio.

Com a táctica da unidade de frente, puderam agrupar-se nos comícios do primeiro de Maio grandes multidões operárias mesmo onde era bem claro na consciência, desde a última intervenção, que não se tratava da costumada e tradicional coreografia mas de uma jornada de luta. Mas esta demonstração da aversão do proletariado à reacção e ao fascismo, do espírito de classe que hoje anima as grandes multidões de trabalhadores, não é suficiente para poder abater o fascismo e a reacção. O fascismo não será sufocado por unanimidades platónicas: os revólveres e os punhos não serão tornados impotentes com o facto de se lançar um colchão por cima. O fascismo não tem o número mas tem a organização, unitária e centralizada, e nisso consiste a sua força, integrada na centralização do poder oficial burguês.

A Aliança do Trabalho[1], que hoje permitiu agrupar massas imponentes, deve tornar-se capaz de enquadrá-las com disciplina unitária. Aqui reside o papel dos comunistas para conseguir este resultado, em direcção ao qual só se deu o primeiro passo. Quando for possível às grandes reuniões contar com o concurso proletário e, ao mesmo tempo, com uma racional preparação das nossas forças, então o proletariado poderá dominar o seu inimigo. Neste Primeiro de Maio pôde notar-se que os comícios e os movimentos acordados pelas organizações aliadas evidenciavam a falta de um mínimo de preparação organizativa mesmo no modesto efeito da sua protecção dos ataques adversários, e isto dependia do facto de não ser bem claro quem tinha organizado os comícios e disposto o plano do seu desenvolvimento em todos os aspectos. Os *comités* locais da Aliança são apenas de recente formação e não têm clara consciência organizativa e suficientes poderes.

Todavia é já uma grande vantagem ter podido organizar reuniões comuns das massas, porque isto eleva o moral proletário e permite aos comunistas levar ao protelatariado a sua palavra franca. Um ulterior desenvolvimento da interessante experiência italiana da táctica da frente única conduzirá à integração, com esta vantagem inegável, a da efectiva e íntima unidade de organização.

O argumento presta-se a importantíssimas considerações: queremos agora apenas notar que o terreno sindical sobre o qual a Aliança se constitui permite aos comunistas uma pressão para que ela se torne cada vez mais estreita organizativamente, alcançando-se assim a unidade sindical proletária que sempre auspiciámos e que só o programa do Partido Comunista pode e deverá encher de conteúdo revolucionário.

Por agora é de reagir contra o carácter preguiçoso e incerto manifestado até hoje pela direcção da Aliança do Trabalho. Os comunistas já formularam, de modo preciso e concreto, as suas propostas para o desenvolvimento, para a animação, para o potencial da Aliança, que poderia, se a campanha não fosse estimulada energicamente antes (paralelamente às eloquentes experiências da acção proletária), degenerar numa burocrática e obstrucionista diplomacia de dirigentes hesitantes e oportunistas. Quanto são urgentes as propostas comunistas demonstra-o o comportamento passivo da Aliança em relação às gravíssimas provocações de que foram vítimas as multidões operárias no Primeiro de Maio e, não obstante os apelos à acção vindos de tantas partes, demonstra-o a sua insensibilidade à pressão exercida hoje pelo proletariado italiano disposto a proceder rapidamente no caminho da contra-ofensiva. E demonstra-o, eloquentíssimo documento, o comunicado difundido pelo *comité* nacional que, com as suas frases vulgares e banais, declina a sugestão vinda das massas que anseiam pela luta: comunicado sobre o qual não queremos escrever outro comentário, seguros que, como a questão está já irrevogavelmente posta perante as massas, assim estas não deixarão de as comentar e julgar para extrair desta desilusão novo motivo para prosseguir no áspero mas seguro caminho da sua desforra.

[1] A Aliança do Trabalho foi constituída em 20-2-1922 entre os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, a União Sindical Italiana, a União Italiana do Trabalho, o Sindicato dos Ferroviários e a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Portos. Gramsci temeu, desde a sua fundação, que a Aliança se tornasse num organismo burocrático e estimulou a sua transformação em bases democráticas, eleitas nos locais de trabalho, na periferia.

UMA CARTA A TROTSKY SOBRE O FUTURISMO (*)

Eis as respostas às perguntas que me dirigiu sobre o movimento futurista italiano (1).

Depois da guerra, o movimento futurista em Itália perdeu inteiramente os seus traços característicos. Marinetti dedica-se muito pouco ao movimento. Casou-se e prefere dedicar as suas energias à mulher. No movimento futurista participam actualmente monárquicos, comunistas, republicanos e fascistas. Há pouco tempo, em Milão, fundou-se um semanário político, *Il Principe*, que representa ou procura representar as mesmas teorias que Machiavelli pregava pela Itália de Quinhentos, isto é, a luta entre os partidos locais que conduzem a nação para o caos deveria ser resolvida por obra de um monarca absoluto, um novo César Bórgia, que se ponha à cabeça de todos os partidos que se combatem. A folha é dirigida por dois futuristas: Bruno Corra e Enrico Settimelli. Ainda que Marinetti, em 1920, durante uma manifestação patriótica em Roma, tenha sido preso por um enérgico discurso contra o rei, agora colabora neste semanário.

(*) Publicada em Lev Trotskij, *Literatura i revoljutsija*, Moscovo, 1923.

(1) Trotsky, que preparava um volume sobre o argumento da relação entre literatura e revolução, interpelou entre outros Gramsci, naquele período em Moscovo, que respondeu com esta carta, datada de 8 de Setembro de 1922. Trotsky inseriu-a no volume. Cf., para o contexto, Leão Trotsky, *Letteratura, arte, libertà*, Milão, 1958, pp. 3-78.

Os mais importantes expoentes do futurismo de antes da guerra tornaram-se fascistas, com excepção de Giovanni Papini, que se tornou católico e escreveu uma *História de Cristo*. Durante a guerra, os futuristas foram os mais tenazes apoiadores da «guerra até ao fim» e do imperialismo. Só um futurista, Aldo Palazzeschi, era contra a guerra. Rompeu com o movimento e ainda que fosse um dos escritores mais interessantes, acabou por se calar como literato. Marinetti, que sempre tinha elogiado em todas as direcções a guerra, publicou um manifesto em que demonstrava que a guerra era o único meio higiénico para o mundo. Tomou parte na guerra como capitão de um batalhão de carros armados e o seu último livro, *L'alcova di acciaio*, constituiu um hino entusiasta aos carros armados na guerra. Marinetti compôs um opúsculo, *In disparte del comunismo*, no qual desenvolve as suas doutrinas políticas, se se podem em geral definir como doutrinas as fantasias deste homem, que às vezes é espirituoso e sempre é notável. Antes da minha partida de Itália, a secção de Turim do *Proletkult* tinha solicitado a Marinetti, por ocasião da abertura de uma exposição de quadros de trabalhadores membros da organização, que lhe ilustrasse o significado. Marinetti aceitou com agrado o convite, visitou a exposição com os trabalhadores e exprimiu em seguida a sua satisfação por se ter convencido que os trabalhadores tinham pelas questões do futurismo muito mais sensibilidade do que os burgueses. Antes da guerra os futuristas eram muito populares entre os trabalhadores. A revista *Lacerba*, que tinha uma tiragem de vinte mil exemplares, era difundida entre os trabalhadores na proporção de quatro quintos. Durante as muitas manifestações da arte futurista nos teatros das grandes cidades italianas sucedeu que os trabalhadores defendiam os futuristas contra os jovens semi-aristocratas ou burgueses que lutavam contra os futuristas.

O grupo futurista de Marinetti já não existe. A velha revista de Marinetti, *Poesia*, é agora dirigida por um certo Mario Dessí, um homem sem a mínima capacidade intelectual e organizativa. No Sul, especialmente na Sicília, aparecem muitas folhas futuristas, nas quais Marinetti escreve artigos: mas estes folhetos são publicados por estudantes que trocam por futurismo a ignorância da gramática italiana. O grupo mais forte, entre os futuristas, são os pintores. Em Roma há uma exposição estável de pintura futurista,

que foi organizada por um fotógrafo falido, um certo Anton Giulio Gragaglia, um agente para o cinema e para os artistas. Dos pintores futuristas, o mais conhecido é Giacomo Balla. D'Annunzio nunca tomou oficialmente posição sobre o futurismo. É preciso dizer que, quando apareceu, o futurismo assumiu um expresso carácter antidannunziano. Um dos primeiros livros de Marinetti intitula-se *Les Dieux s'en vont, D'Annunzio reste*. Ainda que durante a guerra os programas políticos de Marinetti e de D'Annunzio concordassem em muitos pontos, os futuristas permanecem antidannunzianos. Quase não se interessaram pelo movimento fiumano (*), ainda que mais tarde tenham tomado parte nas demonstrações.

Pode dizer-se que, depois da conclusão da paz, o movimento futurista perdeu inteiramente o seu carácter e dissolveu-se em correntes diversas que se formaram em consequência da guerra. Os jovens intelectuais eram, em geral, muito reaccionários. Os trabalhadores, que viam no futurismo os elementos de uma luta contra a velha cultura académica italiana, ossificada, estranha ao povo, devem hoje lutar com as armas na mão pela sua liberdade e têm escasso interesse pelas velhas disputas. Nas grandes cidades industriais o programa do *Proletkult*, que visa o despertar do espírito criativo dos trabalhadores na literatura e na arte, absorve a energia daqueles que têm ainda tempo e vontade para se ocuparem de semelhantes questões.

(*) Movimento político nacionalista. — *(N. do T.)*

A NOSSA PERSPECTIVA SINDICAL (*)

No *Sindacato Rosso*, de 15 de Setembro, o camarada Nicola Vecchi [1] repropõe uma sua velha tese: — É preciso constituir um organismo nacional sindical de classe, autónomo e independente de todos os partidos e transitoriamente independente de todas as Internacionais.

Qual deve ser a nossa posição em face de uma tal proposta? Qual deve ser a directriz de propaganda dos comunistas para marginalizar, no meio das massas, possíveis correntes de opinião de acordo com a tese do camarada Vecchi? Qual é, concretamente, na actual situação, a nossa perspectiva sindical: isto é, de que modo entendemos mantermo-nos em contacto com as grandes massas proletárias, para lhes interpretar as necessidades, para lhes recolher e concretizar as vontades, para ajudar o processo de desenvolvimento do proletariado para a sua emancipação, que continua não obstante todas as repressões e toda a violência da infame tirania fascista?

Como linha de princípio, somos contra a criação de novos sindicatos. Em todos os países capitalistas, o movimento sindical desenvolveu-se num sentido determinado, dando lugar ao nascimento e ao progressivo desenvolvimento de uma deter-

---

(*) Assinado Antonio Gramsci, in *Lo Stato operaio* (semanário do PCI), a.I, n.º 8, Milão, 18-10-1923.

(1) Sindicalista revolucionário da USI, da corrente favorável à adesão da própria organização à Internacional sindical vermelha que se constituiu em Moscovo. O *Sindacato Rosso* era o periódico da corrente sindical comunista da CGL.

minada grande organização, que se encarnou com a história, com as tradições, com os hábitos, com os modos de pensar da grande maioria das massas proletárias. Cada tentativa feita para organizar separadamente os elementos sindicais revolucionários faliu por si e só serviu para reforçar as posições hegemónicas dos reformistas na grande organização. Que resultado extraíram os sindicalistas em Itália com a criação da União Sindical? Só conseguiram influenciar parcialmente e episodicamente a massa dos operários industriais, isto é, da classe mais revolucionária da população trabalhadora. Durante o período da morte de Umberto I, na guerra líbica, conquistaram a direcção das grandes massas agrárias da planície padana e das Puglie, obtendo apenas este resultado: estas massas, que então mal tinham entrado no campo da luta de classes (naquele período verificou-se precisamente uma transformação da cultura agrária que aumentou em cerca de 50 por cento a massa dos trabalhadores agrícolas), afastaram-se ideologicamente do proletariado de oficina e de sindicalistas anarquistas até à guerra líbica, isto é, no período em que o proletariado se radicalizava, passaram sucessivamente a reformistas, constituindo, depois do armistício e até à ocupação das fábricas, a passiva massa de manobra que os dirigentes reformistas lançavam, em cada momento decisivo, entre os pés da vanguarda revolucionária.

O exemplo americano é ainda mais característico e significativo do que o exemplo italiano. Nenhuma organização atingiu o nível de abjecção e de servilismo contra-revolucionário como a organização de Gompers (2). Mas isto queria dizer que os operários americanos eram abjectos e servos da burguesia? Não, certamente! e todavia permaneciam agarrados à organização tradicional. Os IWW (3) (sindicalistas revolucionários) faliram na sua tentativa de conquistar de fora as massas controladas por Gompers, afastaram-se delas, fizeram-se massacrar pela guarda branca. Pelo contrário, o movimento guiado pelo camarada Forster, no interior da Federação Americana do Trabalho, com palavras de ordem

(2) Samuel Gompers (1850-1925), dirigente sindical americano, imprimiu uma orientação extremamente reformista e apolítica à Federação Americana do Trabalho, de que foi por muito tempo secretário-geral.

(3) Industrial Wolkers of the World.

que interpretavam a situação real do movimento e os sentimentos mais profundos dos operários americanos, conquista um sindicato a seguir ao outro e mostra claramente como é débil e incerto o poder da burguesia gompersiana.

Nós somos, pois, como linha de princípio, contra a criação de novos sindicatos. Os elementos revolucionários representam a classe no seu todo, são o momento mais altamente desenvolvido da sua consciência com a condição de estarem com as massas, de lhes dividirem os erros, as ilusões, os desenganos. Se uma disposição dos ditadores reformistas obrigasse os revolucionários a sair da Confederação Geral do Trabalho e a organizarem-se à parte (o que naturalmente não pode excluir-se), a nova organização deveria apresentar-se e ser verdadeiramente dirigida com o único objectivo de obter a reintegração, de obter novamente a unidade entre a classe e a sua vanguarda mais consciente.

A Confederação Geral do Trabalho, no seu todo, representa ainda a classe operária italiana. Mas qual é o actual sistema de relações entre a classe operária e a Confederação? Responder exactamente a esta pergunta quer dizer, quanto a mim, encontrar a base concreta do nosso trabalho sindical e, portanto, estabelecer a nossa função e as nossas relações com as grandes massas.

A Confederação Geral do Trabalho reduziu-se, como organização sindical, aos seus termos mínimos, a um décimo talvez da sua potencialidade numérica de 1920. Mas a fracção reformista que dirige a Confederação manteve quase intactos os seus quadros organizativos, manteve nos locais de trabalho os seus militantes mais activos, mais inteligentes, mais capazes, e digamos francamente a verdade, que sabem trabalhar melhor, com maior tenacidade e perseverança do que os nossos camaradas.

Uma grande parte, a quase totalidade dos elementos revolucionários que nos passados anos tinham adquirido capacidades organizativas e directivas e hábitos de trabalho sistemático foram, pelo contrário, massacrados ou emigraram ou dispersaram-se.

A classe operária é como um grande exército privado, de repente, de todos os seus oficiais subalternos; num tal exército seria impossível manter a disciplina, a unidade, o espírito de luta, a unicidade de perspectiva só com a existência de um estado-maior. Cada organização é um complexo arti-

culado que só funciona se existir uma adequada relação numérica entre as massas e os dirigentes. Nós não temos quadros, não temos ligações, não temos serviços para abraçar com a nossa influência as grandes massas, para potenciá-las, para as fazer tornar a ser um instrumento eficaz de luta revolucionária. Os reformistas estão enormemente em melhores condições do que nós, neste ponto, e exploram habilmente a sua situação.

A fábrica continua a subsistir e organiza naturalmente os operários, agrupa-os, põe-nos em contacto entre si. O processo de produção manteve o seu nível dos anos 1919-1920, caracterizado por uma função cada vez mais obstrucionista do capitalismo e, portanto, por uma cada vez mais decisiva importância do operário. O aumento dos preços de custo, determinado pela necessidade de manter mobilizados permanentemente 500 000 esbirros fascistas, não é decerto uma prova brilhante de o capitalismo ter readquirido a sua juventude industrial. O operário é portanto naturalmente forte na fábrica, está concentrado, está organizado na fábrica. Pelo contrário, encontra-se isolado, disperso, débil, fora da fábrica.

No período de antes da guerra imperialista era a relação inversa a que se verificava. O operário estava isolado na fábrica e unido fora: pressionava do exterior para obter uma melhor legislação de oficina, para diminuir o horário de trabalho, para conquistar a liberdade industrial.

A fábrica operária está hoje representada pela Comissão Interna. Surge imediata e espontânea a pergunta: porque é que os capitalistas e fascistas, que quiseram a destruição dos sindicatos, não destroem também as Comissões Internas? Enquanto o sindicato perdeu organizativamente terreno sob a perseguição da reacção, porque é que a Comissão Interna alargou, pelo contrário, a sua esfera organizativa? É um facto que em quase todas as fábricas italianas se obteve isto: a existência de uma só CI, todos os operários, e não só os organizados, votam nas eleições da CI. Toda a classe operária está, portanto, hoje organizada nas CI que perderam assim, definitivamente, o seu carácter estritamente corporativo.

Esta é, objectivamente, uma grande conquista de amplíssima significação: serve para indicar que, não obstante tudo, na dor sob a opressão do tacão ferrado dos mercenários fascistas, a classe operária, ainda que molecularmente, se desenvolve no sentido da unidade, no sentido de uma maior homogeneidade organizativa.

Porque é que os capitalistas e fascistas permitiram e continuam a permitir que uma tal situação se tenha formado e se mantenha?

Para o capitalismo e para o fascismo é necessário que a classe operária seja privada da sua função histórica de guia das outras classes oprimidas da população (camponeses, especialmente do Sul e das ilhas — pequenos burgueses urbanos e rurais), isto é, é necessário que seja destruída a organização externa à fábrica, e concentrada territorialmente (sindicatos e partidos), que exerce um influxo revolucionário em todos os oprimidos e subtrai ao governo a base democrática do poder. Mas os capitalistas, por motivos industriais, não podem querer que todas as formas de organização sejam destruídas: na fábrica, só é possível a disciplina e o bom andamento da produção se existir, pelo menos, um mínimo de constitucionalidade, um *mínimo* de consenso por parte dos trabalhadores.

Os fascistas mais inteligentes, como Mussolini, são os primeiros a persuadirem-se da não expansividade da sua ideologia «superior às classes» para além do próprio círculo daquele estrato pequeno-burguês que, não exercendo nenhuma função na produção, não tem consciência dos antagonismos sociais. Mussolini está persuadido que a classe operária nunca perderá a sua consciência revolucionária e considera necessário que se permita um mínimo de organização. Controlar, com o terror, as organizações sindicais entre limites estreitíssimos, significa colocar o poder da Confederação na mão dos reformistas: convém que a Confederação exista como embrião e que se articule num sistema disperso de CI, de modo que os reformistas controlem toda a classe operária, sejam os representantes de toda a classe operária.

Esta é a situação italiana, este é o sistema de relações que hoje existe em Itália, entre a classe operária e as organizações. As indicações são claras para a nossa táctica:

1) Trabalhar na fábrica para construir grupos revolucionários que controlem as CI e as empurrem para alargar cada vez mais a sua esfera de acção;

2) Trabalhar para criar ligações entre as fábricas, para imprimir à actual situação um movimento que siga a direc-

ção natural de desenvolvimento das organizações de fábrica: da CI ao conselho de fábrica.

Só assim nós estaremos no terreno da realidade, em contacto estreito com as grandes massas. Só assim, no trabalho operoso, no calor mais ardente da vida operária, conseguiremos recriar os nossos quadros organizativos, fazer saltar da grande massa os elementos capazes, conscientes, plenos de ardor revolucionário porque sabedores do seu valor e da sua insuprimível importância no mundo da produção.

O PROBLEMA DE MILÃO (*)

É preciso pôr com grande precisão e com grande franqueza aos operários de Milão o problema... de Milão. Porque é que em Milão, grande cidade industrial, que só por si representa mais de um décimo dos operários de fábrica de toda a Itália, porque é que em Milão não surgiu uma grande organização revolucionária enquanto o movimento sempre foi revolucionário? Porque é que em Milão nunca existiram mais de três mil organizados no Partido Socialista? Porque é que em Milão, mesmo quando o movimento atingia a sua altura máxima, mandavam efectivamente os reformistas? Porque é que em Milão todas as associações operárias, sindicais, cooperativas, mútuas, estiveram sempre nas mãos dos reformistas ou semi-reformistas, mesmo quando as massas se apresentavam nas vias do mais entusiástico impulso revolucionário?

É preciso pôr nítida e francamente o problema às massas e chamá-las para o resolver com os seus próprios meios, com a sua vontade, com os seus sacrifícios. O problema é vital, é o mais importante problema da revolução italiana. É possível pensar numa revolução italiana se a esmagadora maioria do proletariado de Milão não foi primeiro nitidamente conquistada para uma concepção precisa e aguda do que será a ditadura proletária, dos sacrifícios e esforços inauditos que ela pedirá às massas trabalhadoras? Em Milão existem os maiores centros vitais do capitalismo italiano: o capitalismo italiano só pode ser decapitado em Milão.

(*) Não assinado, *L'Unità*, 21-2-1924.

Para a revolução italiana existe já um problema cheio de incógnitas, o de Roma, da capital política e administrativa, onde não existe um proletariado industrial numeroso que possa impor-se à numerosa burguesia: os fascistas mostraram uma das soluções que pode ter o problema de Roma. Mas ela seria utópica para a revolução proletária sem uma nítida vitória em Milão, se em Milão, não se cria uma situação pela qual dezenas e dezenas de milhar de operários devotos, entusiastas e que tenham ideias muito claras e fins muito precisos, possam ser armados e solidariamente enquadrados. O problema de Milão não é portanto uma questão local: é um problema nacional e, em certo sentido, também internacional. Os operários de Milão devem persuadir-se disto e da compreensão dos deveres formidáveis que pesam sobre eles; devem extrair toda a energia e todo o entusiasmo que são necessários para levar a termo o trabalho necessário.

Não seria difícil alcançar as causas remotas e próximas pelas quais em Milão se criou a actual situação, na qual, é inútil escondê-lo, são os reformistas que têm o efectivo controlo das massas. Poucas grandes fábricas, número infinito de pequeníssimas oficinas, grande quantidade de pequeno-burgueses dedicados ao comércio, grande número de empregados, tradição democrática fortíssima nos velhos operários, etc., etc.. Mas a nós basta-nos recordar o impulso revolucionário sempre demonstrado pelas massas operárias de Milão para chegarmos a estas conclusões:

1) A situação actual criou-se pelos erros do Partido Socialista nos anos do pós-guerra.

2) É possível, com um trabalho assíduo, paciente, quotidiano, de cada hora, com a mais devota abnegação dos melhores operários, mudar a situação.

O Partido Socialista não se preocupou com a importância enorme que Milão teria tido na revolução e nunca procurou criar uma grande organização política. Nos anos 1919-1920, para estar à altura das suas funções de centro organizativo da economia nacional, Milão deveria ter uma secção socialista com, pelo menos, 30-40 000 sócios: coisa muito possível numa cidade que conta cerca de 300 000 trabalhadores quando a grande maioria segue o Partido que afirma querer a revolução. Em Milão, pelo contrário, parecia que os operários fossem de propósito mantidos à distância da organização do Partido. Os círculos de bairro só tinham uma escassa importância e, por outro lado, acolhiam só os inscritos no Partido. Na secção, os elementos operários não tinham a possibilidade de fazer escutar a sua voz. A tribuna era sempre ocupada pelos grandes ases da demagogia reformista e maximalista, que falavam horas e horas sobre grandes problemas da política internacional ou... municipal, não uma discussão séria sobre problemas mais intimamente operários, como os conselhos de fábrica, as células de oficina, o controlo operário, na discussão dos quais até o mais simples operário teria tido uma competência e pontos de vista a expor. Quem trabalhava eram os reformistas: o esqueleto inteiro da organização operária milanesa era constituído pelos reformistas. Sapientemente escalonados em todos os pontos estratégicos mais importantes, sabendo trabalhar silenciosa e metodicamente, sabendo dobrar-se e desaparecer quando o turbilhão revolucionário se tornava mais violento, os reformistas soldaram fortíssimas cadeias entre as quais a classe operária milanesa circula hoje sem sequer se dar conta. Era típico de Milão e extremamente significativo da ausência de uma organização revolucionária, quando o movimento de rua atingia o seu máximo, quando de todos os ângulos da cidade se agitavam as massas até nos seus elementos mais míseros e apolíticos, o facto de os anarquistas se imporem na direcção; quando o movimento era médio e bastavam as grandes palavras, então os maximalistas eram os leões; quando, pelo contrário, existia estagnação e só as forças mais activas organizadas eram visíveis, então a direcção era dos reformistas. O regime fascista reduziu aos mínimos termos o movimento de classe e os reformistas triunfam em toda a linha.

O que significa tudo isto? Que nós, os operários revolucionários, trabalhamos muito mal. Só pela nossa incapacidade, só pelo nosso torpor, os reformistas são fortes e parecem representar as massas. É preciso, portanto, aprender a trabalhar, é preciso expor em cada fábrica, em cada casa, em cada bairro, o problema de como trabalhar para conquistar a simpatia das grandes massas, da parte mais pobre da classe operária que é também a mais numerosa e que dará as mais consistentes e fiéis filas de soldados à revolução.

É preciso discutir e fazer discutir. As nossas colunas têm também, e especialmente, este objectivo.

«CHEFE» (*)

Cada Estado é uma ditadura. Cada Estado não pode deixar de ter um governo constituído por um número restrito de homens que, por sua vez, se organizam à volta de um dotado de maior capacidade e de maior clarividência. Até quando for necessário um Estado, qualquer que seja a classe dominante, pôr-se-á o problema de ter chefes, de ter um «chefe». Que alguns socialistas, os quais se dizem ainda marxistas e revolucionários, digam querer a ditadura do proletariado mas não querer a ditadura dos «chefes», não querer que o comando se individualize, se personalize; que se diga querer a ditadura mas não querê-la na forma em que é historicamente possível, só revela todo um objectivo político, toda uma preparação teórica «revolucionária».

Na questão da ditadura proletária, o problema essencial não é o da personificação física da função de comando. O problema essencial consiste na natureza das relações que os chefes ou o chefe têm com o Partido da classe operária, das relações que existem entre este Partido e a classe operária: são elas puramente hierárquicas, de tipo militar, ou são de carácter histórico e orgânico? O chefe, o Partido, são elementos da classe operária, são uma parte da classe operária, representam-lhe os interesses e as aspirações mais profundas e vitais, ou são dela uma excrescência, ou são uma simples sobreposição violenta? Como se formou este Partido,

(*) Assinado Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, III série, quinzenal, a.I, n.º 1, 1-3-1924.

como se desenvolveu, por que processo se verificou a selecção dos homens que o dirigem? Porque é que se tornou o Partido da classe operária? Aconteceu isto por acaso? O problema passa a ser o de todo o desenvolvimento histórico da classe operária, que lentamente se constitui na luta contra a burguesia, regista uma vitória ou outra, sofre muitas derrotas; e não apenas da classe operária de um país, mas de toda a classe operária mundial, com as suas diferenciações superficiais e todavia tão importantes em cada momento separado, e com a sua substancial unidade e homogeneidade.

O problema passa a ser o da vitalidade do marxismo, do seu ser ou não ser a interpretação mais segura e profunda da natureza e da história, da possibilidade de dar também um método infalível à intuição genial do homem político, um instrumento de extrema precisão para explorar o futuro, para prever os acontecimentos de massa, para os dirigir e, portanto, controlá-los.

O proletariado internacional teve e tem ainda um vivo exemplo de um partido revolucionário que exerce a ditadura da classe; teve, e já não tem infelizmente, o exemplo vivo mais característico e expressivo do que seja um chefe revolucionário, o camarada Lenine.

O camarada Lenine foi o iniciador de um novo processo de desenvolvimento da história (mas foi-o porque era também o expoente e o último mais individualizado momento), de todo um processo de desenvolvimento da história passada, não só da Rússia mas do mundo inteiro. Tinha-se tornado, por acaso, o chefe do Partido Bolchevista? Foi por acaso que o Partido bolchevista se tornou no partido dirigente do proletariado russo e, portanto, da nação russa? A selecção durou trinta anos, foi muito fatigante, assumiu frequentemente as formas aparentemente mais estranhas e absurdas. Teve lugar no campo internacional, em contacto com as mais avançadas civilizações capitalistas da Europa central e ocidental, na luta dos partidos e das fracções que constituam a II Internacional antes da guerra. Continuou no seio da minoria do socialismo internacional que ficou imune, pelo menos parcialmente, do contágio social-patriótico. Continuou na Rússia na luta para ter a maioria do proletariado, na luta para compreender e interpretar as necessidades e aspirações de uma classe camponesa inumerável, dispersa por um imenso território. Continua ainda, cada dia, porque em cada dia precisa de compreender, prever, prover. Esta selecção foi uma luta de fracções, de pequenos grupos, foi luta individual, quis dizer cisões e unificações, paragens, exílio, prisão, atentados: foi resistência contra o desânimo e contra o orgulho, quis dizer sofrer a fome tendo à disposição milhões em ouro, quis dizer conservar o espírito de um simples operário no comboio dos czares, não desesperar mesmo se tudo parecia perdido, mas recomeçar, com paciência, com tenacidade, mantendo todo o sangue-frio e o sorriso nos lábios quando os outros perdiam a cabeça. O Partido Comunista Russo, com o seu dirigente Lenine, tinha-se de tal modo ligado a todo o desenvolvimento do seu proletariado russo, a todo o desenvolvimento, portanto, da inteira nação russa, que não é possível imaginar sequer um sem o outro, o proletariado classe dominante sem que o Partido Comunista seja o partido de governo e, portanto, sem que o Comité Central do Partido seja o inspirador da política do governo; sem que Lenine fosse o chefe do Estado. O próprio pensamento da grande maioria dos burgueses russos que diziam: uma república com Lenine como chefe, sem o Partido Comunista, seria até o nosso ideal — tinha um grande significado histórico. Era a prova de que o proletariado exercia não só um domínio físico mas dominava também espiritualmente. No fundo, confusamente, até o burguês russo compreendia que Lenine não poderia tornar-se e permanecer chefe do Estado sem o domínio do proletariado, sem que o Partido Comunista fosse o partido do governo: a sua consciência de classe impedia-os ainda de reconhecer, para além da sua derrota física, imediata, também a sua derrota ideológica e histórica; mas a dúvida já os assaltava e esta dúvida exprimia-se naquela frase.

Apresenta-se uma outra questão. É possível, hoje, no período da revolução mundial, que existam «chefes» fora da classe operária, que existam «chefes» não marxistas, que não estejam ligados estreitamente à classe que encarna o desenvolvimento progressivo de todo o ser humano? Temos em Itália um regime fascista, temos como chefe do fascismo Benito Mussolini, temos uma ideologia oficial onde o «chefe» é divinizado, é declarado infalível, é preconizado organizador e inspirador de um renascido Sagrado Império Romano. Vemos impressos nos jornais, diariamente, dezenas e centenas

de telegramas de homenagem das vastas tribus locais ao «chefe». Vemos as fotografias: a máscara mais dura de um rosto que já vimos nos comícios socialistas. Conhecemos aquele rosto: conhecemos aquele rodar dos olhos nas órbitas que, no passado, com a sua ferocidade mecânica, devia causar vómitos à burguesia e hoje ao proletariado. Conhecemos aquele punho sempre fechado como ameaça. Conhecemos todo este mecanismo, todo este armamento e compreendemos que isso possa impressionar e mover a maçã-de-Adão à juventude das escolas burguesas; é verdadeiramente impressionante, mesmo visto de perto, e causa espanto. Mas «chefe»? Vimos a semana vermelha de Junho de 1914. Mais de três milhões de trabalhadores nas ruas, respondendo ao apelo de Benito Mussolini, que há cerca de um ano, desde o excídio de Roccagorga, os tinha preparado para a grande jornada, com todos os meios de propaganda postos à disposição do «chefe» do Partido Socialista de então, de Benito Mussolini: desde a vinheta de Scalarini ao grande processo no Tribunal de Milão. Três milhões de trabalhadores vieram para a rua: faltou o «chefe», que era Benito Mussolini. Faltou como «chefe», não como indivíduo, porque contam que, como indivíduo, era corajoso e que em Milão desafiava o cordão e as armas dos carabineiros. Faltou como «chefe» porque não era tal, porque, segundo a sua própria confissão nem sequer conseguia vencer, no interno da direcção do Partido Socialista, as miseráveis intrigas de Arturo Vella ou de Angelica Balabanof.

Ele era então, como hoje, o tipo concentrado do pequeno-burguês italiano, raivoso, feroz mistura de todos os detritos deixados no solo nacional pelos vários séculos de dominação dos estrangeiros e dos padrões: não podia ser o chefe do proletariado; passou a ser o ditador da burguesia que ama as faces ferozes quando volta a ser borbónica, que espera ver na classe operária o mesmo terror que sentia por aquele rodar dos olhos e aquele punho fechado estendido numa ameaça.

A ditadura do proletariado é expansiva, não repressiva. Verifica-se um contínuo movimento da base para a cúpula, uma contínua renovação através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens. O chefe que hoje choramos encontrou uma sociedade em decomposição, uma poeira humana sem ordem nem disciplina, porque em

cinco anos de guerra tinha-se esgotado a produção nascente de toda a vida social. Tudo foi reordenado e reconstruído, da fábrica ao governo, sob a direcção e o controlo do proletariado, com os meios de uma classe nova no governo e na história.

Benito Mussolini conquistou o governo e mantém-no com a repressão mais violenta e arbitrária. Não pensou organizar uma classe mas só o pessoal de uma administração. Desmontou alguns maquinismos do Estado, mais para ver como eram feitos e adquirir a prática no ofício do que por uma necessidade originária. A sua doutrina está toda na máscara física, no rodar dos olhos nas órbitas, no punho fechado sempre estendido numa ameaça...

Roma não é estranha a estes cenários cheios de pó. Viu Rómulo, viu César Augusto e viu, no seu crespúsculo, Rómulo Augustolo (*).

(*) Último rei romano do Ocidente, deposto em 476 por Odoacro. — *(N. do T.)*

CONTRA O PESSIMISMO (*)

Não pode existir modo melhor para comemorar o quinto aniversário da Internacional Comunista, da grande associação mundial de que nos sentimos, nós revolucionários italianos, mais do que nunca parte activa e integrante, do que fazer um exame de consciência, um exame do pouquíssimo que fizemos e do imenso trabalho que ainda devemos desenvolver, contribuindo assim para classificar a nossa situação, contribuindo especialmente para dissipar esta obscura e grave nuvem de pessimismo que oprime os militantes mais qualificados e responsáveis e que representa um grande perigo, o maior talvez do momento actual, pelas suas consequências de passividade política, de torpor intelectual, de cepticismo em relação ao futuro.

Este pessimismo está estreitamente ligado à situação geral do nosso país; a situação explica-o mas não o justifica, naturalmente. Que diferença existiria entre nós e o Partido Socialista, entre a nossa vontade e a tradição do Partido Socialista, se também nós soubéssemos trabalhar e fôssemos activamente optimistas só nos períodos das vacas gordas, quando a situação é propícia, quando as massas trabalhadoras se movem espontaneamente, por impulso irresistível e os partidos proletários se podem acomodar na brilhante posição da mosca de cavalariça? Que diferença existiria entre nós e o Partido Socialista, se também nós, embora partindo de outras considerações, de outros ponto de vista, tendo embora um

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-3-1924.

maior sentido de responsabilidade e demonstrando tê-lo com a preocupação activa de preparar forças organizativas e materiais idóneas para defender qualquer eventualidade, nos abandonássemos ao fatalismo, nos abanássemos na doce ilusão que os acontecimentos só se podem desenvolver segundo uma determinada linha de desenvolvimento, a por nós prevista, na qual encontrarão infalivelmente o sistema de diques e canais por nós predisposto, nele se canalizando e tomando forma e potência histórica? É este o nó do problema que se apresenta confusamente embrulhado porque a passividade parece exteriormente trabalho entusiasta, porque parece existir uma linha de desenvolvimento, um filão em que operários suam e se afadigam a cavar meritoriamente.

A Internacional Comunista foi fundada em 5 de Março de 1919, mas a sua formação ideológica e orgânica verificou-se só no II Congresso, em Julho-Agosto de 1920, com a aprovação do Estatuto e das 21 condições. A partir do II Congresso, começa em Itália a campanha para o saneamento do Partido Socialista, começa à escala nacional porque tinha já sido iniciada em Março precedente pela secção de Turim com a moção a apresentar na iminente Conferência Nacional do Partido, que de facto se devia realizar em Turim, mas não tinha encontrado repercussões notáveis (na Conferência de Florença da fracção abstencionista, realizada em Julho de 1920 [1], antes do II Congresso, foi rejeitada a proposta feita por um representante de *Ordine Nuovo* [2] para alargar a base da fracção, tornando-a comunista, sem a condição abstencionista que praticamente tinha perdido a sua razão de ser). O Congresso de Livorno e a cisão ocorrida no Congresso de Livorno foram extensivos ao II Congresso, às suas 21 condições, foram apresentados como uma conclusão necessária das deliberações «formais» do II Congresso. Este foi um erro e hoje podemos avaliar-lhe toda a extensão pelas consequências que teve. Na verdade, as deliberações do II Congresso eram a interpretação viva da situação italiana, como de toda a situação mundial, mas nós, por uma série de razões, não partimos,

[1] A conferência realizou-se em Maio.

[2] O próprio Gramsci, que nele tomou parte como observador.

para a nossa acção, do que sucedia em Itália, dos factos italianos que davam razão ao II Congresso, que eram uma parte, e das mais importantes, da substância política que animava as decisões e as medidas organizativas tomadas pelo II Congresso: nós, porém, limitámo-nos a bater sobre as questões formais, de lógica pura, de coerência pura, e fomos derrotados porque a maioria do proletariado organizado politicamente não nos deu razão, não veio connosco, embora tivéssemos da nossa parte a autoridade e o prestígio da Internacional, que eram enormes e sobre os quais nos tínhamos fiado. Não tínhamos sabido conduzir uma campanha sistemática capaz de alcançar e obrigar à reflexão todos os núcleos e os elementos constitutivos do Partido Socialista, não tínhamos sabido traduzir em linguagem compreensível a todos os operários e camponeses italianos o significado de cada um dos acontecimentos italianos dos anos 1919-20: não soubemos, depois de Livorno, pôr o problema da razão pela qual o Congresso teve aquela conclusão, não soubemos pôr o problema praticamente de modo a encontrar-lhe a solução, de modo a continuar a nossa específica missão que era a de conquistar a maioria do proletariado. Fomos — é preciso dizê-lo — arrastados pelos acontecimentos, fomos, sem o querer, um aspecto da dissolução geral da sociedade italiana, tornada uma mistura incandescente onde se fundiam todas as tradições, todas as formações históricas, todas as ideias prevalentes, algumas vezes sem resíduo: tínhamos uma consolação à qual nos agarrámos tenazmente, a de que ninguém se salvava, a de que nós podíamos afirmar ter previsto matematicamente o cataclismo, quando os outros se abandonavam na mais feliz e idiota das ilusões.

Depois da cisão de Livorno, entrámos num estado de necessidade. Só esta justificação podemos dar às nossas posições, à nossa actividade depois da cisão de Livorno: a necessidade que se punha cruamente, na forma mais exasperada, no dilema de vida ou morte. Tivemos que nos organizar em partido no fogo da guerra civil, cimentando as nossas secções com o sangue dos mais devotos militantes; tivemos que transformar, no próprio acto da sua constituição, da sua inscrição, os nossos grupos em destacamentos para a guerrilha, da mais atroz e difícil guerrilha que nunca uma classe operária teve que combater. Conseguiu-se todavia: o Partido foi constituído e fortemente constituído; é uma falange de aço, muito pe-

quena certamente para entrar numa luta contra as forças adversárias mas suficiente para se tornar a armadura de uma mais vasta formação, de um exército que, para nos servirmos da linguagem histórica italiana, possa fazer suceder a batalha do Piave à rota de Caporetto.

Eis o problema actual que se põe inexoravelmente: constituir um grande exército para as próximas batalhas, constituí-lo enquadrando-o nas forças que de Livorno até hoje demonstraram saber resistir sem hesitações e sem recuos ao ataque vibrado violentamente pelo fascismo. O desenvolvimento da Internacional Comunista, depois do II Congresso, oferece-nos o terreno próprio para isso, interpreta — com as deliberações do III e do IV Congressos, deliberações integradas pelas dos Executivos alargados (3) de Fevereiro e Junho de 1922 e de Junho de 1923 — mais uma vez, a situação e as necessidades da situação italiana. A verdade é que nós, como Partido, já demos alguns passos em frente nesta direcção: só nos resta avaliá-los e continuar com ousadia. Que significado têm, de facto, os acontecimentos desenvolvidos no seio do Partido Socialista com a cisão dos reformistas num primeiro momento, com a exclusão do grupo de redactores de *Pagine Rosse* num segundo momento e com a tentativa de excluir toda a fracção aderente à III Internacional num terceiro e último momento (4)? Têm este preciso significado: que, enquanto o nosso Partido era obrigado, como secção italiana, a limitar a sua actividade à luta física de defesa contra o fascismo e à conservação da sua estrutura primordial, ele, como partido internacional, operava, continuava a operar para abrir novas perspectivas para o futuro, para alargar o seu círculo de influência política, para fazer sair da neutralidade uma parte das massas que primeiro estava a olhar, indiferente ou titubeante. A acção da Internacional,

(3) Sessões especiais plenárias do Comité Executivo, «alargadas» porque nelas tomavam parte representantes comunistas que não eram membros do Comité.

(4) A revista *Pagine Rosse* publicava-se em Milão desde Junho de 1923 e representava as posições da corrente dita precisamente «terzinternazionalista» ou «terzina» porque propugnava o regresso do PSI às filas da Internacional Comunista.

por algum tempo, foi a única que permitiu ao nosso Partido ter um contacto eficaz com as grandes massas, que conservou um fermento de discussão e um princípio de movimento em estratos conspícuos da classe operária que nos seria impossível, na situação dada, alcançar de outro modo. Foi sem dúvida um grande sucesso ter arrancado blocos do bando do Partido Socialista, ter obtido, quando a situação parecia pior, que da amorfa gelatina socialista se constituíssem núcleos, os quais, não obstante tudo, afirmavam ter fé na revolução mundial, os quais, com os factos, quando não com as palavras que parecem queimar mais do que os factos, reconheciam ter errado em 1920-21-22. Esta foi uma derrota do fascismo e da reacção: se quisermos ser sinceros, foi a única derrota física e ideológica do fascismo e da reacção nestes três anos de história italiana.

Ocorre reagir energicamente contra o pessimismo de alguns grupos do nosso Partido, mesmo dos mais responsáveis e qualificados. Ele representa, neste momento, o mais grave perigo, na situação nova que se está formando no nosso país e que encontrará a sua sanção e a sua clarificação na primeira legislatura fascista. Aproximam-se grandes lutas, talvez mais sanguinosas e pesadas do que as dos anos passados: é necessária por isso a máxima energia dos nossos dirigentes, a máxima organização e centralização da massa do Partido, um grande espírito de iniciativa e uma grande presteza na decisão. O pessimismo toma prevalentemente este tom: voltamos a uma situação pré-Livorno, teremos que refazer o mesmo trabalho que fizemos antes de Livorno e que pensávamos definitivo. É preciso demonstrar a cada camarada como é errada, política e teoricamente, esta posição. Será preciso, decerto, lutar ainda fortemente: a tarefa do núcleo fundamental do nosso Partido que se constituiu em Livorno não acabou decerto ainda e não terminará por um certo período (será ainda vivo e actual mesmo depois da revolução vitoriosa). Mas já não nos encontraremos numa situação pré-Livorno porque a situação mundial e italiana não é, em 1924, a de 1920, porque nós próprios já não somos os de 1920 e nunca mais quereríamos voltar a esse tempo. Porque a classe operária italiana mudou muito e já não será a coisa mais simples deste mundo fazê-la reocupar as fábricas, tendo, como ca-

nhões, tubos de estufa, depois de lhe ter enchido as orelhas e removido o sangue com a torpe demagogia das feiras maximalistas. Porque existe o nosso Partido, que é alguma coisa, que demonstrou ser alguma coisa e no qual nós temos uma confiança ilimitada, como na parte melhor, mais sã e mais honesta do proletariado italiano.

O MEZZOGIORNO E O FASCISMO (*)

Facto saliente da luta política actual italiana é a tentativa de solução que o Partido Nacional Fascista quis dar das relações entre estado-governo e o Mezzogiorno.

O Mezzogiorno tornou-se a reserva da opsição constitucional. O Mezzogiorno manifestou mais uma vez a sua distinção «territorial» do resto do Estado, a sua vontade de não se deixar absorver impunemente num sistema unitário exasperado — que significaria só acréscimo das antigas opressões e das velhas explorações — entricheirando-se atrás de uma série de posições constitucionais parlamentaristas, de democracia formal, que têm todavia o seu valor e o seu significado se o Partido Nacional Fascista considerar oportuno, só para decapitar o movimento dos seus chefes Orlando, De Nicola, fazer as concessões que acabou por fazer. Mussolini, em suma, não fez mais do que aplicar a táctica giolittiana numa situação nova, extremamente mais difícil e complicada do que todas as situações passadas, com uma população que, pelo menos parcialmente, despertou e começou a participar na vida pública, num período em que a diminuída emigração põe com maior violência os problemas de classe que tendem a tornar-se problemas «territoriais» porque o capitalismo se apresenta como estrangeiro na região e como estrangeiro se apresenta o governo que do capitalismo administra os interesses.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 15-3-1924.

Muitos camaradas perguntam-se frequentemente maravilhados o porquê da atitude de oposição ao fascismo dos dois grandes jornais da Itália setentrional, o *Corriere della Sera* e *La Stampa*. Não criou o fascismo a situação que estes jornais queriam? Não contribuíram potentemente estes dois jornais para a fortuna do fascismo nos anos 1920-21? Porque é que hoje trabalham em sentido inverso, trabalham para subtrair ao fascismo a sua base popular, para lhe minar o terreno debaixo dos pés, introduzindo a confusão e orientando as massas pequeno-burguesas para os «ideais de liberdade»?

Evidentemente que o *Corriere della Sera* e *La Stampa* não são dois jornais «puros» que tendem só a manter e alargar o círculo dos seus assinantes e leitores, insistindo em motivos simpáticos à mentalidade das massas: se assim fose, a esta hora os dois jornais conheceriam já o ferro e a gasolina das esquadras fascistas e a «ocupação» por parte dos redactores fiéis aos novos patrões. O *Corriere* e *La Stampa* não foram ocupados, não se deixaram ocupar porque não foram ocupados e não se deixaram ocupar estas três ordens de «instituições» nacionais: o estado-maior, os bancos (ou seja a banca comercial que exerce um incontrastado monopólio), a Confederação Geral da Indústria.

La Stampa e o *Corriere* são tradicionalmente os dois representantes destas «instituições», os dois partidos destas institutições nacionais. *La Stampa*, mais «esquerda», põe hoje abertamente a questão de um governo radical-socialista como possível sucessor do fascismo, não seria sequer alheia a uma experiência do tipo «Mac Donald» em Itália: *La Stampa* vê o perigo meridional e procura resolvê-lo determinando a entrada da aristocracia operária no sistema de hegemonia governativa setentrional-piemontesa, isto é, procura obter que as forças revolucionárias do Mezzogiorno sejam decapitadas nacionalmente, que se torne impossível uma aliança entre as massas camponesas do Sul que nunca poderão, sozinhas, derrubar o capitalismo, e a classe operária do Norte, comprometida e desonrada numa aliança com os exploradores. O *Corriere* apoiou Salandra e Nitti, os dois primeiros presidentes meridionais (os presidentes sicilianos representavam a Sicília e não o Mezzogiorno porque a questão siciliana é notoriamente distinta da questão do Mezzogiorno), era

favorável à «Intesa» e não à Alemanha como *La Stampa*, é permanentemente partidário do comércio livre e não só nos períodos eleitorais giolittianos como *La Stampa*, não se atemorizava, como *La Stampa* durante a guerra, que o aparelho estatal passasse das mãos da burocracia maçónica giolittiana para as mãos dos «pugliesi» de Salandra: o *Corriere* é mais agarrado ao conservadorismo, faria até aliança com os reformistas mas só depois da passagem destes por muitas humilhações; o *Corriere* quer um governo «Amendola», isto é, que a pequena burguesia meridional e não a aristocracia operária do Norte entre oficialmente no sistema de forças realmente dominantes: quer em Itália uma democracia rural, que tenha em Cadorna o seu chefe militar e não em Badoglio como quereria *La Stampa*, que tenha como chefe político um Poincaré italiano, não um Briand italiano. O *Corriere* não se espanta como *La Stampa* que se viva novamente um período como o decénio 1890-1900, um período em que as insurreições dos camponeses meridionais se aliam automaticamente às insurreições operárias das cidades industriais, em que aos «fascios» sicilianos corresponde um «'98 milanês»: o *Corriere* tem confiança nas «forças naturais» e nos canhões de Bava-Beccaris. *La Stampa* crê que Turati-D'Aragona-Modigliani sejam armas muito mais seguras do que os canhões para domar as revoltas dos camponeses e para fazer ocupar as fábricas ocupadas.

Às concepções precisas e orgânicas do *Corriere* e de *La Stampa*, o fascismo contrapõe discursos e medidas puramente mecânicas e ridiculamente coreográficas.

O fascismo é responsável pela destruição do sistema de proteccionismo operário conhecido com o nome de «corporativismo reggiano», de «evangelismo prampoliniano», etc., etc.. O fascismo tirou aos «democratas» a arma mais forte para fazer desviar para os operários o ódio das massas camponesas que deve afluir sobre os capitalistas. O «parasitismo vermelho» já não existe: mas as condições do Mezzogiorno não melhoraram por isso. Ao «parasitismo vermelho» sucedeu o «parasitismo tricolor»: como evitar que o camponês meridional veja no fascismo a síntese concentrada de todos os seus opressores e os seus exploradores? Voltado o baralho de cartas do reformismo «emiliano-romagnolo», foi preciso escolher a

guarda real, a quem não se podia continuar a dar de beber as bebidas antioperárias. Os industriais alguma coisa fizeram para ajudar Mussolini: a Confederação Geral da Indústria, na sua conferência de Junho de 1923, falou assim pela boca do presidente Benni: «Assim também se terminará certamente depressa uma outra acção longa e complexa que iniciámos para o Mezzogiorno de Itália. Queremos levar a nossa contribuição, como uma acção prática, ao ressurgimento da Itália meridional e insular, onde já se manifestam prometedores os primeiros indícios de um salutar despertar económico. É uma obra não simples: mas é necessário que a classe industrial se lhe dedique, porque é interesse de todos que o conjunto da nação se amalgame ainda mais com base nos interesses económicos.» Os industriais ajudam Mussolini com as belas palavras; mas às belas palavras seguiram-se, pouco depois, factos mais expressivos do que as palavras: a conquista da sociedade algodoeira do Salernitano e a transferência das máquinas, camufladas como ferro velho, para a zona têxtil lombarda.

A questão meridional não pode ser resolvida pela burguesia senão transitoriamente, episodicamente, com a corrupção ou com o ferro e com o fogo. O fascismo exasperou a situação e esclareceu-a em grande parte. O facto de não se ter posto com clareza o problema, em toda a sua extensão e com todas as suas posíveis consequências políticas, impediu a acção da classe operária e contribuiu, em grande parte, para a falência da revolução dos anos 1919-1920.

O problema é hoje ainda mais complicado e difícil do que naqueles anos, mas é um problema central de qualquer revolução no nosso país e de qualquer revolução que queira ter um amanhã e por isso deve ser posto ousada e decididamente. Na actual situação, com a depressão das forças proletárias que existe, as massas camponesas meridionais adquiriram uma importância enorme no campo revolucionário. Ou o proletariado, através do seu partido político, consegue neste período criar um sistema de aliados no Mezzogiorno ou então as massas camponesas procurarão dirigentes políticos na sua própria zona, isto é, abandonar-se-ão completamente nas mãos da pequena burguesia de Amendola, tornando-se uma reserva da contra-revolução, chegando até ao separatismo e ao apelo dos exércitos estrangeiros no caso de uma revolução puramente industrial do Norte. A palavra

de ordem do Governo operário e camponês deve por isso ter em especial conta o «Mezzogiorno», não deve confundir a questão dos camponeses meridionais com a questão em geral das relações entre cidade e campo num todo económico organicamente submetido ao regime capitalista: a questão meridional é também questão territorial e é deste ponto de vista que deve ser examinada para estabelecer um programa de governo operário e camponês que queira encontrar larga repercussão nas massas.

O PROGRAMA DE «L'ORDINE NUOVO» (*)

Começamos com uma constatação material: os primeiros dois números já saídos de *Ordine Nuovo* tiveram uma difusão (uma difusão *efectiva*) que foi superior à mais alta difusão alcançada nos anos 1919-20. Muitas consequências se poderiam tirar desta operação. Apontamos apenas duas: 1) Que uma revista do tipo de *Ordine Nuovo* representa uma necessidade fortemente sentida pela massa revolucionária italiana na situação actual; 2) que é possível assegurar a *Ordine Nuovo* as condições de uma vida financeiramente autónoma do balanço geral do nosso Partido; ocorre só para isso organizar o consenso que se verificou espontaneamente, organizá-lo para que ele encontre o modo de continuar a manifestar-se, embora a reacção, como é provável, queira intervir para o sufocar, para impedir qualquer ligação entre *L'Ordine Nuovo* e os seus leitores ou até para não permitir que a revista, num dado momento, se publique em Itália.

A difusão alcançada pelos primeiros dois números só pode depender da posição que *L'Ordine Nuovo* tinha adquirido nos primeiros anos da sua publicação e que consistia essencialmente nisto: 1) Em ter sabido traduzir em linguagem histórica italiana os principais postulados da doutrina e da táctica da Internacional Comunista. Nos anos 1919-20 isto significou a palavra de ordem dos conselhos de fábrica e do controlo da produção, isto é, a organização de massa de todos os produtores para a expropriação dos expropriadores, para a subs-

(*) Assinado Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, 1/15-4-1924.

tituição da burguesia pelo proletariado no governo da indústria e, portanto, necessariamente do Estado; 2) Em ter mantido no Partido Socialista, que então significava a maioria do proletariado, o programa integral da Internacional Comunista e não só uma parte. Por isso, no II Congresso Mundial, o camarada Lenine disse que o grupo de *Ordine Nuovo* era a única tendência do Partido Socialista que representava fielmente a Internacional em Itália; por isso também as teses compiladas pela redacção de *Ordine Nuovo* e apresentadas ao Conselho Nacional de Milão, de Abril de 1920, pela secção de Turim, foram pelo II Congresso indicadas explicitamente como base de reorganização revolucionária em Itália.

O nosso programa actual deve reproduzir, na situação hoje existente em Itália, a posição assumida nos anos 1919-20. Deve espelhar a situação objectiva hodierna, com as possibilidades que se oferecem ao proletariado para uma acção autónomia, de classe independente; deve continuar, nos termos políticos actuais, a tradição de intérprete fiel e integral do programa da Internacional Comunista. O problema urgente, a palavra de ordem hoje necessária é a do governo operário e camponês: trata-se de popularizá-la, de adequá-la às condições concretas italianas, de demonstrar como ela nasce de cada episódio da nossa vida nacional, como ela resume e contém em si todas as reivindicações da multiplicidade de partidos e de tendências em que o fascismo desagregou a vontade política da classe operária mas especialmente das massas camponesas. Isto não significa naturalmente que devamos transcurar as questões mais propriamente operárias e industriais, pelo contrário. A experiência demonstrou, também em Itália, que importância assumiram, no período actual, as organizações de fábrica; da célula de Partido até à Comissão Interna, à representação de toda a massa. Acreditamos, por exemplo, que hoje não existe sequer um reformista que queira sustentar que nas eleições de fábrica têm direito de voto só os organizados; quem quer que recorde as lutas que foi necessário conduzir à volta deste ponto, tem um elemento para medir o progresso que a experiência obrigou a fazer também aos reformistas. Todos os problemas da organização de fábrica serão por nós, portanto, repostos em discussão, porque

(1) Cf. pp. 83 do presente volume.

só através de uma potente organização do proletariado, alcançada com todos os sistemas possíveis em regime de reacção, a campanha para o governo operário e camponês pode não transformar-se numa repetição da... ocupação das fábricas.

No artigo *Contra o pessimismo* (1), publicado no último número, chamámos a atenção para a linha que o nosso Partido deve ter nas suas relações com a Internacional Comunista. Aquele artigo não foi a expressão de um só indivíduo, mas o resultado de todo um trabalho de aproximação e de troca de opiniões entre os velhos redactores e amigos de *Ordine Nuovo;* antes de ser um início foi, portanto, a resultante do pensamento de um grupo de camaradas, aos quais não se pode negar certamente o conhecimento, por experiência directa e por longos hábitos de trabalho activo, das necessidades do nosso movimento. O artigo suscitou algumas reacções que não nos admiraram, porque é inelutável que três anos de terrorismo e portanto de ausência de grandes discussões tenham criado, mesmo entre óptimos camaradas, um certo espírito sectário de fracção. Esta constatação poderia dar lugar a toda uma série de consequências: a mais importante parece-nos a da necessidade de todo um trabalho para fazer alcançar às massas do nosso Partido um nível político igual ao alcançado pelos maiores partidos da Internacional. Nós somos hoje, relativamente, pelas condições criadas pelo terror branco, um pequeno partido, mas devemos considerar a nossa actual organização, dadas as condições em que vive e se desenvolve, como o elemento destinado a enquadrar um grande partido de massas. Deste ponto de vista devemos ver todos os nossos problemas e julgar também os camaradas, individualmente. Compara-se frequentes vezes o período fascista ao período da guerra. Pois bem: uma das fraquezas do Partido Socialista foi a de não ter pensado, durante a guerra, no núcleo dos 20-25 000 socialistas que permaneceram fiéis, de não o ter considerado como o elemento organizador das grandes massas que afluiria depois do armistício. Aconteceu assim que em 1919-20 este núcleo foi submerso pela onda dos novos elementos e foi submersa ao mesmo tempo a prática organizativa, a experiência adquirida pela classe operária nos anos mais negros e duros. Nós seríamos criminosos se caíssemos no mesmo erro. Cada um dos membros actuais do Partido, pela selecção que se verificou, pela força de sacrifício demonstrada, deve-nos ser pessoalmente querido, deve

ser, pelo centro responsável, ajudado a melhorar-se, a extrair das experiências atravessadas todos os ensinamentos e todas as indicações que comportam. Neste sentido, *Ordine Nuovo* propõe-se cumprir uma função especial no quadro geral da actividade de Partido.

Ocorre, portanto, organizar o consenso que já se manifestou. Esta é a função, especialmente, dos velhos amigos e assinantes de *Ordine Nuovo*. Dissemos que ocorrerá recolher em seis meses 50 000 liras, quantia necessária para garantir a vida independente da revista. Com este objectivo é necessário que se determine um movimento de 500 camaradas e que cada um dos quais se proponha recolher 100 liras, em seis meses, no círculo dos seus amigos e conhecidos. Organizaremos uma lista exacta destes elementos que querem colaborar com a nossa actividade: serão como que os nossos fiduciários. A recolha das subscrições pode ser assim composta: 1) Subscrições isoladas, de pouco dinheiro ou de muitas liras; 2) Assinaturas de apoio; 3) Quotas para sustentar as despesas iniciais de um curso por correspondência de organizadores e propagandistas do Partido: estas quotas não poderão ser inferiores a 10 liras e darão direito a receber um número de lições que será determinado pelas despesas conjuntas de impressão e de transporte.

Através deste mecanismo, cremos poder recriar um aparelho que substitua o existente em 1919-20 em regime de liberdade e através do qual *Ordine Nuovo* se mantinha estreitamente em contacto com as massas nas fábricas e nos círculos operários. O curso por correspondência deve tornar-se a primeira fase de um movimento para a criação de pequenas escolas de Partido, aptas a criar organizadores e propagandistas bolchevistas, não maximalistas, isto é, que tenham cabeça, para além de pulmões e garganta. Por isso estaremos sempre em correspondência epistolar com os melhores camaradas, para lhes comunicar as experiências que neste campo se fizeram na Rússia e nos outros países, para perspectivá-los, para lhes aconselhar os livros que devem ler e os métodos a aplicar. Cremos que, neste sentido, muito devem trabalhar especialmente os camaradas emigrados: onde quer que exista no estrangeiro um grupo de 10 camaradas deve surgir uma escola de Partido; os elementos mais antigos e mais práticos devem ser os instrutores destas escolas, fazer participar os mais jovens da sua experiência, contribuir para elevar o nível

político das massas. Decerto que não é com estes meios pedagógicos que pode ser resolvido o grande problema histórico da emancipação espiritual da classe operária: mas não é a resolução utópica deste problema o que nós nos propomos. A nossa tarefa limita-se ao Partido, constituído por elementos que, pelos simples facto de terem aderido ao Partido, já demonstraram terem alcançado um notável grau de emancipação espiritual: a nossa tarefa é a de melhorar os nossos quadros, de torná-los idóneos para afrontarem as próximas lutas. Praticamente, estas apresentar-se-ão também nestes termos: a classe operária, tornada prudente pela reacção sanguinosa, por um certo tempo não se fiará, no seu conjunto, nos elementos revolucionários, quererá vê-los no trabalho prático, quererá ensaiar-lhes a seriedade e a competência. Devemos ser capazes, também neste terreno, de bater os reformistas, que são, sem dúvida, o partido que tem hoje os quadros melhores e mais numerosos. Se não procurarmos obter isto, nunca faremos muitos passos em frente. Os velhos amigos de *Ordine Nuovo*, especialmente os que trabalharam em Turim nos anos 1919-20, compreendem bem toda a importância deste problema, porque recordam como em Turim se conseguiu eliminar os reformistas das posições organizativas só à medida que dos conselhos de fábrica se formavam camaradas operários capazes de trabalho prático e não somente de gritar: Viva a Revolução! Recordam também como em 1921 não foi possível tirar aos oportunistas algumas posições importantes como Alessandria, Biella, Vercelli, porque não tínhamos elementos organizativos à altura das tarefas; as nossas maiorias perderam-se, nestes centros, pela nossa fraqueza organizativa. Pelo contrário: noutros centros, por exemplo em Veneza, bastou um só elemento capaz para nos fazer conquistar a maioria, depois de um diligente trabalho de propaganda e de organização das células de fábrica e de sindicato. A experiência de todos os países demonstrou esta verdade; que as situações mais favoráveis podem voltar-se pela fraqueza dos quadros do partido revolucionário: as palavras de ordem servem só para fazer entrar em movimento e dar a perspectiva geral às grandes massas; ai do partido responsável, porém, se não pensou na sua organização prática, em criar uma estrutura que as discipline e as torne permanentemente potentes: a ocupação das fábricas ensinou-nos muitas coisas neste sentido.

Para ajudar as escolas de Partido no seu trabalho propomo-nos publicar toda uma série de opúsculos e alguns livros. Entre os opúsculos, indicamos: 1.°) Estudos elementares do marxismo; 2.°) Uma exposição da palavra de ordem do governo operário e camponês aplicada à Itália; 3.°) Um pequeno manual do propagandista que contenha os dados mais essenciais sobre a vida económica e política italiana, sobre os partidos políticos italianos, etc., isto é, os materiais indispensáveis para a propaganda geral feita à leitura em comum dos jornais burgueses. Queríamos fazer uma edição italiana do *Manifesto dos Comunistas* com as notas do camarada D. Riasanof: no seu conjunto, estas notas são um tratado completo, de forma popular, das nossas doutrinas. Queríamos também publicar uma antologia do materialismo histórico, isto é, uma recolha dos fragmentos mais significativos de Marx e Engels que dêem um quadro de conjunto das obras destes nossos dois grandes mestres.

Os resultados até agora obtidos autorizam-nos a esperar que se poderá continuar com segurança e com sucesso. Ao trabalho, portanto: os nossos melhores camaradas devem persuadir-se que se trata também de uma afirmação política, de uma manifestação da vitalidade e da capacidade de desenvolvimento do nosso movimento, de uma demonstração, portanto, antifascista e revolucionária.

PROBLEMAS DE HOJE E DE AMANHÃ (*)

De um antigo assinante e amigo de *Ordine Nuovo* (¹) recebemos esta carta:

Parece-me que o nosso desacordo é simplesmente de ordem cronológica: aceito uma grande parte daquilo que me escreve mas como soluções de problemas que se apresentarão *depois* da queda do fascismo; é utilíssimo estudá-los e prepararmo-nos para os enfrentar; mas os problemas de *hoje* são muito diferentes. Falemos disto. Confirmo a minha opinião de que a classe operária está completamente ausente da vida política; e só posso concluir que o Partido Comunista, *hoje*, não pode fazer nada ou quase nada de positivo. A situação é parecida, de modo impressionante, à de 1916-17, até o meu estado de ânimo, que me diz ser comum aos outros amigos que lhe escrevem. As minhas opiniões políticas não mudaram, ou pior, tornei-me obstinado; precisamente como era obstinado até 1917, no socialismo pacifista de 1914-15, do qual retirei a descoberta, feita depois de Caporetto e da Revolução Russa de Novembro, de que as armas estavam precisamente nas mãos dos operários-soldados. Desgraçadamente a analogia não chega a este ponto; mas como então, embora tomando em conta, raciocinando, que a guerra havia de acabar um dia, todos «sentiam» que nunca mais acabaria e não se via *como* poderia chegar a paz — assim acontece hoje com o fascismo. Não é preciso tanto esforço para aceitar a sua opinião de que este estado de coisas não pode durar e que graves acontecimentos são iminentes; é perfeitamente lógico mas não se «sente» nem se «vê». Não será possível uma acção política operária até que os problemas concretos que se apresentam a cada operário forem resolvidos individual e privadamente, como hoje: há que salvar o emprego, o salário, a casa e a família; o sindicato

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 1/15-4-1924.

(¹) Trata-se do prof. Piero Sraffa, amigo pessoal de G., que tomou parte, como jovem estudante socialista, no movimento «ordinovista» de 1919-20.

e o Partido não podem conceder qualquer ajuda, pelo contrário; só se obtém um pouco de paz tornando-nos o mais pequenos possível, pulverizando-nos; e aumenta um pouco o salário trabalhando muito e procurando trabalhos extraordinários, fazendo concorrência aos outros operários, etc.: a verdadeira negação do Partido e do sindicato. A crise económica atenuou-se por fim, de tal modo que se existisse um mínimo de liberdade sindical e de ordem pública seria possível a recuperação das organizações, das greves, etc. (como, por exemplo, em Inglaterra). A questão urgente, prioritária em relação a qualquer outra, é a da «liberdade» e da «ordem»: depois virão as outras, mas por agora não podem sequer interessar os operários. Ora um afrouxamento da pressão fascista não creio que possa ser obtido pelo Partido Comunista: é o momento das oposições democráticas e parece-me necessário deixar organizá-las e até ajudá-las. É necessário, antes de mais, uma «revolução burguesa», que permitirá depois o desenvolvimento de uma política operária. Em substância, parece-me que, como durante a guerra, não se pode fazer mais do que esperar que passe. Gostaria de saber a sua opinião a este respeito. Não me parece que a minha seja inconciliável com o facto de ser comunista, ainda que indisciplinadamente: a função que atribuo às «esquerdas» desenvolver-se-á, creio, muito rapidamente, e decerto que ao PC não conviria comprometer-se com elas, até porque não traria qualquer contributo a uma campanha de tal género. Mas parece-me que é também um erro pôr-se abertamente contra elas e insistir demasiado (como faz, por exemplo, *l'Unità*) na zombaria da «liberdade» burguesa: bonita ou feia, é a coisa de que os operários sentem hoje mais fortemente a necessidade e é o pressuposto de cada conquista ulterior. Precisamente como durante a guerra o neutralismo não era decerto uma política socialista: mas foi decerto a melhor política, entre as possíveis, para o Partido Socialista porque era a mais sentida pelas massas. O PC não pode, pela contradição, fazer a campanha para a liberdade e contra a ditadura em geral: mas comete um erro grave quando dá a impressão de sabotar uma aliança das oposições, como fez com a precipitada declaração de participação na luta eleitoral, quando os outros partidos fingiam ameaçar com a abstenção. A sua função é, por agora, a da mosca de cavalariça porque, *depois*, será necessário para um partido de massas ter-se distinguido na luta contra o fascismo: ainda, como durante a guerra. E entretanto será bom que, aproveitando esta experiência, se prepare um programa concreto para depois: então apresentar-se-á decerto em primeiro plano a questão meridional e a da unidade. Mas não hoje: a batalha dos fascistas para terem na lista Orlando e C. não creio que tenha o significado que lhe atribuiu; pode ser explicada mais simplesmente como um óbvio expediente eleitoral, necessário para evitar um fiasco; esta explicação é também mais digna do prefeito de Nápoles e de Mussolini. Você diz exactamente que o fascismo está desagregando a unidade do Estado e a questão é actual e urgente; mas não creio que seja do género que refere; mais do que uma questão social, parece-me um problema de polícia. O facto é que o fascismo paga os seus aderentes, mais do que com dinheiro, com migalhas de autoridade do Estado, com a autorização de serem prepotentes, por passatempo e por interesse privado; o remédio encontrar-se-á numa polícia eficiente e independente dos *ras*,

não importa depois se centralizada ou local. Em suma, volta-se à questão da ordem pública, não à territorial.

Vi com verdadeira comoção o primeiro número de *Ordine Nuovo*. Espero que, como já em 1919, saberá encontrar a palavra de ordem que hoje falta e que ocorre. Espero também que saberá fazer o processo ao passado: mas não para determinar as culpas e os méritos dos indivíduos e dos partidos, não para repetir «já o tinha dito»; sobretudo não o processo aos adversários mas a si próprios e aos próprios camaradas, o que é mais útil e é a única coisa que torna útil a experiência; é preciso decerto muita coragem para fazer uma auto-autópsia mas o velho *Ordine Nuovo* talvez a tenha. — S.

Elementos liquidadores

Estão contidos nesta carta todos os elementos necessários e suficientes para liquidar uma organização revolucionária como é e deve ser o nosso Partido. E todavia tal não é a intenção do amigo S., o qual, embora não inscrito, embora viva à margem do nosso movimento e da nossa propaganda, tem fé no nosso Partido e considera-o o único capaz de resolver permanentemente os problemas surgidos e a situação criada pelo fascismo. É puramente pessoal a posição assumida na carta? Não cremos. Ela não pode deixar de ser a posição de um largo sector de intelectuais que nos anos 1919-20 simpatizavam com a revolução proletária e que a seguir não quiseram prostituir-se com o fascismo triunfante, ela é também, inconscientemente, a posição de uma parte do próprio proletariado, até de camaradas do Partido que não souberam resistir ao estilicídio quotidiano dos acontecimentos reaccionários, no estado de isolamento e de dispersão criado pelo terror fascista: isto torna-se evidente por toda uma série de factos e é confessado abertamente pela correspondência privada. O amigo S. não se coloca na perspectiva de um partido organizado: fogem-lhe, por isso, as suas consequências e as muitas contradições em que cai e chega até ao absurdo, pondo a claro, ele próprio, a fraqueza e a falsidade dos seus raciocínios.

S. crê que o futuro será do nosso Partido. Mas como poderia continuar a existir, como poderia desenvolver-se o Partido Comunista — isto é, como poderia encontrar-se capaz, depois da queda do fascismo, de dominar e guiar os acontecimentos se hoje se reduzisse a nada, na posição de absoluta passividade desejada pelo próprio S.? A predestinação não

existe para os indivíduos e muito menos para os partidos: existe apenas a actividade concreta, o trabalho ininterrupto, a contínua adesão à realidade histórica em desenvolvimento, que dão aos indivíduos e aos partidos uma posição de preeminência, uma tarefa de guia e de vanguarda. O nosso Partido é uma fracção organizada do proletariado e das massas camponesas, das classes que hoje são oprimidas e esmagadas pelo fascismo; se o nosso Partido não encontrasse também para *hoje* soluções autónomas, próprias, dos problemas gerais italianos, as classes que são a sua base natural mudar-se-iam, no seu conjunto, para correntes políticas que de tais problemas dão uma solução que não seja a fascista. Se isto acontecesse, o facto teria um imenso significado histórico, quereria dizer que o actual não é um período revolucionário socialista mas que vivemos ainda numa época de desenvolvimento burguês capitalista, que não faltam só as condições subjectivas de organização, e de preparação política mas também as objectivas e materiais para o advento do proletariado ao poder. Então também a nós se poria verdadeiramente o problema de assumir não uma posição autónoma revolucionária mas a de simples fracção radical das oposições constitucionais chamadas pela história para serem as realizadoras da «revolução burguesa», isto é, de uma etapa imprescindível e inevitável do processo que desembocará no socialismo. A situação italiana autoriza a acreditar nisso? O próprio S. não o crê porque escreve que a tarefa das oposições constitucionais será cronologicamente brevíssima, sem imediatos desenvolvimentos para uma revolução proletária. S. refere-se ao período da guerra, põe como exemplar a atitude do Partido Socialista durante a guerra. Logo se torna evidente, mesmo depois de uma pequena e apressada análise, como é absurda tal referência e como não dá razão ao seu autor. O neutralismo socialista foi uma táctica essencialmente oportunista ditada pela tradicional necessidade de ter em equilíbrio as três tendências de que o Partido se compunha, que indicaremos com os três nomes de Turati, Lazzari, Bordiga, nada mais: não foi uma linha política estabelecida depois de um exame das circunstâncias e das relações de força existentes em Itália em 1914-15, resultou da concepção da «unidade do Partido acima de tudo, mesmo acima da revolução» que é própria ainda do maximalismo. Que o amigo S., só depois da revolução de Novembro e da rota de

Caporetto, tenha descoberto que as armas estavam nas mãos dos operários-soldados, demonstra apenas como esta táctica oportunista tinha deixado na escuridão as massas socialistas sobre as discussões já verificadas a este propósito no campo internacional. A esquerda de Zimmerwald já desde 1915 fizera esta «descoberta» que tinha determinado a táctica do Partido bolchevista russo: por isso à rota dos exércitos russos, depois das ofensivas impostas ao Governo de Kerensky pela «Intesa», se seguiu a revolução proletária, a transformação da guerra imperialista em guerra civil; à rota de Caporetto seguiu-se apenas uma moção em que se limitavam a reafirmar a oposição parlamentar ao governo e a recurso dos créditos militares.

A atitude assumida, durante a guerra, pelo Partido Socialista Italiano ilumina também os acontecimentos posteriores até ao Congresso de Livorno, até ao Congresso Socialista de Roma e à formação do Partido Unitário. É a mesma táctica, no fundo, que se reveste de novos aspectos pela nova situação: a mesma táctica de passividade, de «neutralismo», da unidade pela unidade, do partido pelo partido, da fé na predestinação de o Partido Socialista vir a ser o partido dos trabalhadores italianos. Que resultados tem hoje este comportamento, quando existem o Partido Unitário à direita e o Partido Comunista à esquerda, é claro também para o amigo S.: crises internas em permanência, cisões a seguir a cisões que nunca resolvem a situação porque a tendência comunista renasce continuamente e a direita, favorável à fusão com os unitários, continuamente se reforçam.

Resíduos de velhas ideologias

O amigo S. não conseguiu ainda destruir em si todos os resíduos ideológicos da sua formação intelectual democrático-liberal, isto é, normativa e kantiana, não marxista e dialéctica. Que significado têm as suas afirmações de que a classe operária está «ausente», que a situação é contrária ao sindicato e ao Partido, que a violência fascista é um problema de «ordem», isto é, de «polícia» e não um problema «social»?

A situação italiana é certamente complicada e contraditória, mas não tanto que não se possam já colher marcadas linhas unitárias de desenvolvimento. O proletariado, isto é a

classe revolucionária por excelência, é a minoria do povo trabalhador oprimido e explorado pelo capitalismo e está centralizado prevalentemente numa única zona, a setentrional. Nos anos 1919-20 a força política do proletariado consistia em encontrar-se *automaticamente* à cabeça de todo o povo trabalhador, em centralizar *objectivamente* na sua acção directa e imediata contra o capitalismo todas as revoltas dos outros estratos populares, amorfos e sem perspectiva. A sua fraqueza demonstrou-se por não ter organizado estas relações revolucionárias, por nem sequer se ter posto o problema da necessidade de organizar estas relações num sistema político concreto, num programa de governo. A repressão fascista, seguindo a linha do mínimo esforço, começou com os outros estratos sociais e culminou contra o proletariado. A repressão sistemática e legal mantém-se hoje contra o proletariado, afrouxou pelo contrário na periferia contra os estratos que em 1920 lhe eram apenas objectivamente aliados e que se reorganizam e retornam parcialmente à luta, assumindo o carácter atenuado de oposição constitucional, isto é, o seu mais destacado carácter pequeno-burguês. O que significa, portanto, que a classe operária está «ausente»? A «presença» da classe operária, tal como o amigo S. a entende, significaria a revolução, porque significaria de novo, como em 1919-20, que à cabeça do povo trabalhador está não os pequeno-burgueses democratas mas a classe mais revolucionária da nação. Mas o fascismo é, de facto, a negação de tal estado de coisas, o fascismo nasceu e desenvolveu-se para destruir um tal estado de coisas e para impedir que ressurja. Como se põe hoje o problema, portanto? Parece-nos que se põe nestes termos: A classe operária está e permanecerá ainda «ausente» na medida em que o Partido Comunista permitir às oposições constitucionais o monopólio de despertar para a luta os estratos sociais que historicamente são os aliados do proletariado. O aparecimento e o reforço das oposições constitucionais infunde nova força no proletariado que de novo aflui ao Partido e aos sindicatos. Se o Partido Comunista intervém activamente no processo de formação das oposições, trabalha para determinar na base social das oposições uma diferenciação de classes, obtendo que as massas camponesas se orientem para um programa de governo operário e camponês, eis que o proletariado já não está «ausente» como dantes, eis uma linha de trabalho político em que se

resolvem os problemas de hoje e os de amanhã, em que se prepara e se organiza o amanhã e não se espera apenas o destino.

Esta linha de trabalho político é, portanto, contrária tanto às oposições constitucionais como ao fascismo, mesmo que a oposição constitucional sustenha um programa de liberdade e de ordem que seria preferível ao de violência de arbítrio do fascismo. A verdade é que oposição constitucional nunca actuará o seu programa que é um puro instrumento de agitação contra o fascismo: não o actuará porque isso significaria a verificação, a breve prazo, de uma tal «catástrofe» e não o actuará porque todo o desenvolvimento da situação é controlado em Itália pela força armada da Milícia Nacional. O desenvolvimento da oposição e o carácter que ela assume são todavia fenómenos muito importantes, são os documentos da impotência do fascismo para resolver os problemas vitais da nação, são um chamamento quotidiano para a realidade objectiva que nenhuma rajada de más palavras pode anular. Para nós representam o ambiente em que nos devemos mover e trabalhar, se queremos permanecer aderentes à realidade histórica, sem nos tornarmos uma seita de contemplativos, em que devemos procurar o concreto das nossas palavras de ordem e dos nossos programas imediatos de acção e de agitação.

Três pontos resumidores

Podemos resumir assim os pontos da nossa concepção das necessidades e das tarefas actuais do movimento proletário em contraposição à do amigo S.:

1) Dar ao nosso Partido uma consciência mais viva dos problemas concretos que a situação criada pelo fascismo pôs à classe operária, de modo que a organização não seja um fim em si mas se torne um instrumento para a agitação das palavras de ordem revolucionárias no meio das mais largas massas;

2) Trabalhar para a unidade política do proletariado sob a bandeira da Internacional Comunista, apressando o processo de decomposição e recomposição iniciado no Congresso de Livorno;

3) Estabelecer concretamente o significado italiano da palavra do governo operário e camponês, dar a esta palavra uma substância política nacional, o que não pode acontecer se não se examinam os problemas mais vitais e urgentes das massas camponesas, em primeiro lugar, portanto, os problemas específicos que se resumem na expressão geral de «questão meridional».

Os intelectuais como o amigo S., que não se deixaram arrastar pelo fascismo, que de uma maneira ou de outra não quiseram renegar o seu comportamento dos anos 1919-20, podem novamente encontrar em *Ordine Nuovo* um centro de discussão e de repensamento (²).

(²) A. Gramsci comenta também esta carta recebida de Piero Sraffa numa carta endereçada de Viena a Togliatti, Scoccimarro, Leonetti, etc., em 21-3-1924, anunciando que Sraffa tem intenção de colaborar na imprensa do partido e reflectindo sobre um ponto político importante levantado pelas objecções do amigo, a perspectiva para a qual se encaminha a situação política. «É possível — pergunta Gramsci aos seus interlocutores — pensar que se passa do fascismo à ditadura do proletariado? Que fases intermédias são possíveis e prováveis?... Penso que na crise que atravessará o país, terá a primazia o partido que melhor tiver compreendido este processo necessário de transição e der portanto, às grandes massas a impressão de seriedade.» Cf. Palmiro Togliatti, *La formazione del gruppo dirigente del Partido Comunista Italiano*, cit., p. 246.

A CRISE DA PEQUENA BURGUESIA (*)

A crise política determinada pelo assassínio de Matteotti (¹) está ainda em pleno desenvolvimento e não se pode ainda dizer quais serão as suas orientações conclusivas.

Apresenta aspectos diversos e múltiplos. Relevamos, antes de mais, a luta que se reacendeu à volta do governo entre forças adversas do mundo plutocrático e financeiro para a conquista, por parte de uns, e a conservação, por parte de outros, de uma influência predominante no Governo do Estado. À oligarquia financeira que desemboca na banca comercial contrapõem-se as forças que outrora se agrupavam à volta da falida banca de desconto e que hoje tendem a reconstituir um organismo financeiro próprio que deveria subtrair a predominante influência da primeira. A sua palavra de ordem é «constituição de um governo de reconstrução nacional» com a eliminação do estorvo (entendam-se os patrocinadores da actual política financeira). Trata-se, em substância, de um grupo de tubarões não menos nefastos do que os outros que, sob a máscara da indignação pelo assassínio de Matteotti e em nome da «justiça», procuram apossar-se das caixas do Estado. O momento é bom e naturalmente procuram não deixá-lo fugir.

Do ponto de vista da classe operária, o facto mais importante é porém um outro e precisamente a repercussão fortíssima que os acontecimentos destes dias têm tido nas

(*) Não assinado, *L'Unità*, 2-7-1924.

(¹) 10 de Junho de 1924.

classes média e pequeno-burguesa: a crise da pequena burguesia precipita-se.

Se se consideram as origens e a natureza social do fascismo, compreender-se-á a importância enorme deste elemento que vem fragmentar as bases do domínio fascista. Esta improvisa e radical mudança da opinião pública, polarizada à volta dos partidos da chamada «oposição constitucional», põe estes partidos na primeira fila da luta política: estes devem ter em conta, como alguns estratos da própria classe operária, as necessidades e condições que tal luta impõe.

No campo operário, não faltou a imediata repercussão desta mudança de forças: o proletariado tem hoje a sensação de já não estar isolado na luta contra o fascismo e, para além do imutável espírito antifascista que o anima, isto determina no seu ânimo a convicção de que a ditadura fascista poderá ser abatida e num período de tempo muito mais breve do que seria pensável no passado. O facto de a revolta moral da população contra o fascismo se ter manifestado na classe operária, embora com parciais greves, como forma enérgica de luta; o facto de ter sentido a necessidade e ter considerado possível, em certas condições, a greve geral nacional contra o fascismo, demonstra que a situação vai mudando com uma rapidez totalmente imprevista. Quem tiver dúvidas a este respeito que vá contactar com os operários e sentirá como são acolhidos os melancólicos comunicados da Confederação Geral do Trabalho implorando calma, nos quais se definem «elementos irresponsáveis» e «agentes provocadores» quantos fazem propaganda para a acção: estávamos habituados a ler outrora esta linguagem nos comunicados da polícia...

Pelo comportamento e pela conduta dos vários partidos alinhados hoje na frente da luta antifascista, pode-se desde já fazer uma primeira constatação: a impotência da oposição constitucional.

Com a oposição ao fascismo, estes partidos tinham evidentemente a tendência, no passado, para atrair a pequena burguesia e, em parte, os estratos da burguesia que, vivendo à margem da plutocracia dominante, se ressentem em parte das consequências do seu predomínio absoluto e esmagador na vida económica e financeira do país. Tendem para sistemas menos ditatoriais de governo. Estes partidos podem

dizer, hoje, terem alcançado o objectivo que constitui para eles a premissa para conduzir a sério a luta contra o fascismo. A sua acção, porém, que na situação actual deveria ter um valor decisivo, mostra-se incerta, equívoca e insuficiente. Reflecte, em substância, a impotência da pequena burguesia para enfrentar sozinha a luta contra o fascismo, impotência determinada por um complexo de razões, das quais deriva igualmente a atitude característica destas classes eternamente oscilantes entre o capitalismo e o proletariado.

Cultivam a ilusão de resolver a luta contra o fascismo no terreno parlamentar, esquecendo que a natureza fundamental do governo fascista é a de uma ditadura armada, não obstante todas as insígnias constitucionais que procura colar à Milícia Nacional. Esta, por outro lado, não eliminou a acção do terrorismo e da ilegalidade: o fascismo, na sua verdadeira essência, é constituído pelas forças armadas operando directamente por conta da plutocracia capitalista e dos agrários. Abater o fascismo significa, em definitivo, esmagar definitivamente estas forças e isso só se pode obter no terreno da acção directa. Qualquer solução parlamentar será impotente. Qualquer que seja o carácter do governo que de tal solução pudesse derivar, quer se trate da reforma do governo de Mussolini ou do advento de um governo chamado democrático (o que, por outro lado, é muito difícil), a classe operária não poderá ter nenhuma garantia de que os seus interesses e os seus direitos mais elementares serão tutelados, mesmo nos limites consentidos por um Estado burguês e capitalista, até que estas forças não forem eliminadas.

Para obter isto ocorre lutar contra elas no terreno em que é possível vencer seriamente, isto é, no terreno da acção directa. Seria uma ingenuidade confiar esta tarefa ao Estado burguês, quer seja liberal ou democrata, o qual não hesitaria em recorrer à sua ajuda no caso de não se sentir bastante forte para defender o privilégio da burguesia e manter submetido o proletariado.

De tudo isto deriva a conclusão de que uma real oposição ao fascismo só pode ser conduzida pela classe operária. Os factos demonstram como correspondia à realidade a posição por nós assumida por ocasião das eleições gerais, opondo à oposição constitucional a «oposição operária» como a única base real e eficaz para abater o fascismo. O facto de forças não operárias confluírem na frente da luta antifascista não

muda a nossa afirmação segundo a qual a classe operária é a única classe que pode e deve ser o guia director nesta luta.

A classe operária deve encontrar, porém, a sua unidade, na qual encontrará toda a força necessária para enfrentar a luta. Por isso a proposta do Partido Comunista a todos os organismos proletários para uma greve geral contra o fascismo; por isso a nossa atitude perante as impotentes lamúrias sociais-democratas.

SIM, A HORA DA COERÊNCIA (*)

Volta de novo a acusação de sectarismo nas gazetas da social-democracia dirigida à atitude dos comunistas em relação ao assassínio de Giacomo Matteotti.

Esta acusação de sectarismo não é, porém, nova contra os comunistas. A social-democracia de todos os países, para se subtrair aos seus compromissos contraídos com as massas trabalhadoras, nunca encontrou melhor expediente na sua luta contra o proletariado revolucionário do que o de mostrar como fátuos «nefelibatas» os socialistas marxistas revolucionários, isto é, os comunistas, que crêem no Marx da I Internacional dos Trabalhadores e não naquele que em nome da social-democrata república alemã trata os negócios dos herdeiros de Stinnes. Mas que espécie de nefelibatas eram os comunistas e continuam hoje a sê-lo demonstraram-no e demonstram-no os comunistas russos que há sete anos dirigem o primeiro Estado proletário, o mais vasto do mundo em território e população.

Pelo contrário, o que é que demonstraram saber fazer os «práticos» da social-democracia chegados ao poder? Em sete meses de governo o presidente da II Internacional, o senhor MacDonald, só geriu mais ou menos bem os negócios do odiadíssimo capitalismo burguês. E isto di-lo aquele terrível... comunista que é o ex-primeiro inglês, Lloyd George. Na Alemanha, o social-democrata Ebert, em diversos anos de poder, só soube lançar a areia sobre todos os tratados e as provi-

(*) Não assinado, *L'Unità*, 22-8-1924.

5

dências que estabelecem a fome dos operários alemães, condenados hoje a dez horas de trabalho e a salários insuficientes em relação ao alto custo de vida.

É tudo quanto fizeram os sociais-democratas à escala internacional para merecer o título de estrategas da luta operária contra o capitalismo. E nem sequer recordamos que tem lugar o décimo aniversário da guerra, as responsabilidades da social-democracia no prolongamento da última guerra, na preparação da outra que se avizinha, para vergonha, ou melhor, por motivo do próprio proclamado social-pacifismo internacional.

Sectários? Nefelibatas? O órgão da social-democracia italiana não nos assusta por isso. Sabemos o que queremos e é precisamente esta nossa clareza que desconcerta e perturba as nebulosas construções políticas do social-reformismo. O qual, sabendo porém não ter crédito entre os operários, recorre à calúnia e à insinuação. Aquele diz-nos: «O que é que querem os comunistas das oposições se estão de fora, se tudo esperam da classe operária, do assalto final, etc.? Porque é que desacreditam as oposições com propostas e perguntas, que as oposições conhecem mas que só poderão receber uma solução quando as oposições tiverem vencido?» E disto se conclui que os comunistas, por coerência, deveriam fazer o favor de não perguntar nada às oposições. Conhecemos, por experiência, o valor destes argumentos.

Antes de mais, um esclarecimento sobre o significado da proposição de que os comunistas esperam tudo da classe operária. Decerto que é assim. Só a classe operária possui a força e a capacidade para guiar a luta contra o fascismo. Isto não exclui que a classe operária deva utilizar todas as ranhuras que se manifestam no muro adversário e que na luta contra a ditadura armada do capitalismo possa e deva encontrar aliados. Os operários russos, ao fazerem a revolução e ao defendê-la dos assaltos capitalistas, aliaram-se aos camponeses e desta aliança fizeram a base do poder soviético.

A política externa da classe operária russa, organizada como classe dominante, em relação aos Estados capitalistas inimigos é toda ela dirigida a explorar os antagonismos e as diversas contradições internas a favor da revolução mundial.

O nosso «*classismo*... de marca fascista», como pretende a *Giustizia* (¹), baseia-se na experiência de um grande Estado proletário dirigido pela primeira vez na história da classe operária, como é o exemplo da Rússia soviética, onde todos conhecem os imensos privilégios de que goza o capitalismo. Admitir, portanto, que a classe operária deve utilizar todas as ranhuras que se manifestam na muralha adversária e não recusar qualquer aliado para a derrubar, significa, antes de mais, reconhecer dois factos: *que é preciso derrubar esta muralha e que para a derrubar é necessário que a classe operária tenha a direcção da luta.*

Ora o que fazem os nossos acusadores? Aceitam a primeira parte mas esquecem a segunda. Isto é, admite-es a necessidade do método, mas este é empregado não para dar à classe operária a sua liberdade mas para pôr as forças da classe operária ao serviço do seu próprio adversário. Brevemente: deve lutar-se contra o fascismo. *A unidade de frente contra o fascismo deve criar-se nas classes exploradas e deve alcançar-se sob a direcção da classe operária.* Só as classes exploradas têm realmente interesse em lutar contra o fascismo, porque são as que lhe suportam o peso. Com isto entende-se desacreditar o trabalho das oposições? Fazemos trabalho útil ao fascismo desacreditando as oposições? Nem sequer destas acusações, que são extremamente insulsas, nos podemos preocupar. Se alguém trabalhou e trabalha para o fascismo não se deve decerto encontrar entre os comunistas. Um pouco de honestidade, admitindo que se possa falar de honestidade com os nossos adversários e com os adversários da classe operária, bastaria para aconselhar maior prudência no emprego de certas frases.

(¹) G. replica a uma nota polémica aparecida em *La Giustizia*, de 21 de Agosto, precisamente intitulada *A hora da coerência*, em que se afirmava: «Quem faz diariamente o trabalho de separar o corpo de Matteotti das oposições é o Partido Comunista, em nome de um sectarismo que não tem nem pés nem cabeça e ao qual Matteotti nunca acreditou.» *La Giustizia* escrevia ainda: «Não se compreende como a folha comunista, enquanto nega, em nome do tal classismo intransigente, qualquer dinamismo às oposições, lhes afivele depois tantas tarefas, uma atrás da outra, como se não fosse segura de que pelas vias da liberdade burguesa nada se alcança» e concluía assim: «Entretanto que faça o pior que pode às oposições. Também isto é classismo, de refinadíssima marca... fascista.»

Quem deu os seus ministros ao Governo de Mussolini? Os populares sabem-no e sabem-no também os amigos de Amendola e de Di Cesarò. Quem iludiu as massas, fazendo acreditar na possibilidade que Mussolini «normalizasse» o fascismo? Tão depressa se esqueceram os escritores de *Giustizia*, que reprovam aos comunistas o facto de não serem coerentes, os discursos de D'Aragona na Assembleia e as veleidades ministeriais dos vários Baldesi, desejosos de «feluche» (*) no ministério de Mussolini [2].

Os comunistas são os únicos que podem falar sobre a urna de Matteotti sem terem necessidade de corar. Nunca assinaram qualquer «pacto de pacificação» com os fascistas, como os sociais-reformistas e maximalistas devem recordar. Dizemos isto porque os escritores de *Giustizia* mais uma vez gostam de fazer-nos aparecer entre os que se podem confundir com os colegas de Dumini e companhia [3]. Não temos necessidade de evocar Spartaco Lavagnini, Berruti, Pietro Ferrero, e outras dezenas de nossos assassinados, não temos necessidade de recordar os anos de cárcere distribuídos aos comunistas militantes nem recordar o regime excepcional a que são submetidos, pelo fascismo, todos os comunistas para justificar a nossa indignação perante a estúpida insinuação atirada pelos maus pastores do social-reformismo de que nós favorecemos, conscientes ou não, o fascismo, A história destes anos fala claro. Não temos necessidade de rectificar nada para sermos coerentes com as necessidades de luta de classe operária. Combatemos as oposiões?

Não sabemos se assim se deve definir o facto de lhes solicitarmos que, se querem lutar verdadeiramente contra o fascismo, devem mostrar não ter em desconfiança, acima de tudo, a classe operária, circunstância da qual deriva indirectamente a sua força e prestígio. Nós pedimos que a classe operária tenha a direcção da luta, porque só ela tem a capacidade da vitória. E isso só se pode obter com a luta de todos

(*) Chapéu com borla, usado pelos fascistas.

[2] G. refere-se às sondagens e às negociações conduzidas por Mussolini com a CGL para fazer entrar no seu primeiro gabinete, depois da marcha sobre Roma, de 28 de Outubro de 1922, Gino Baldesi como representante da Confederação; negociações que faliram pela oposição da direita liberal e monárquica.

[3] Os assassinos de Matteotti.

os dias. A vitória final é o resultado dos nossos esforços para a conseguir.

Não faz sentido dizer: «Dar-vos-emos isto quando vencermos.» É preciso, acima de tudo, lutar por aquilo que se quer. A nossa exigência de liberdade para os presos políticos, de liberdade para as organizações operárias, de ajuda aos camponeses pobres são apenas a plataforma da acção que se deve conduzir contra o fascismo. São simples objectivos para a acção, para voltar a dar às classes trabalhadoras força e confiança na sua capacidade de luta. Se isto quer dizer desacreditar as oposições, então temos razão em pensar que estas gostam do silêncio para não serem obrigadas à luta contra o fascismo.

O DESTINO DE MATTEOTTI (*)

Existe uma crise da sociedade italiana, uma crise que deriva dos próprios factores em que esta sociedade é constituída e dos seus irredutíveis contrastes; existe uma crise que a guerra acelerou, aprofundou, tornou insuperável. De um lado, há um Estado que não governo porque lhe falta a adesão das grandes massas e falta-lhe uma classe dirigente que seja capaz de conquistar esta adesão; do outro, há uma massa de milhões de trabalhadores, os quais foram lentamente despertando para a vida política, os quais pedem para tomar nela uma parte activa, os quais querem tornar-se a base de um «Estado» novo em que se encarne a sua vontade. Há, de um lado, um sistema económico que já não consegue satisfazer as necessidades elementares da enorme maioria da população porque é construído para satisfazer os interesses particulares e exclusivistas de algumas categorias privilegiadas: há, do outro, centenas de milhar de trabalhadores, os quais não podem viver se este sistema não é modificado pela base.

Há quarenta anos que a sociedade italiana em vão está procurando sair destes dilemas.

Mas o modo de sair deles é um só. É que as centenas de milhar de trabalhadores, que a grande maioria da população trabalhadora italiana sejam guiadas para superar o contraste, despedaçando os quadros da ordem política e económica actual e substituindo-a por uma ordem nova de coisas, na qual os interesses e as vontades de quem trabalha e produz

---

(*) Assinado, Antonio Gramsci, *Lo Stato Operaio*, 1-9-1924.

encontrem satisfação e expressão completas. O despertar dos operários e dos camponeses de Itália iniciado, sob a guia de animosos pioneiros, há algumas dezenas de anos, deixava esperar que esta estrada estivesse para ser observada e seguida, sem hesitação e sem incoerências, até ao fim.

Também Giacomo Matteotti foi, se não pela idade mas pela escola política a que pertence, um destes pioneiros. Foi daqueles a quem o proletariado italiano pedia para ser guiado a fim de criar em si próprio a própria economia, o próprio Estado, o próprio destino, foi daqueles de quem dependeu a solução, a única possível solução, da crise italiana. Recordar como a orientação se foi, na prática, diminuindo e o movimento se foi esgotando em si próprio, deixando aberta a via ao triunfo descarado dos seus mais orgulhosos inimigos, é supérfluo, talvez, recordar hoje, a não ser para iluminar a contradição interna insanável, que viciava, a partir dos fundamentos, a concepção política e histórica destes primeiros chefes da desforra dos operários e dos camponeses de Itália, que condenava a sua acção a um insucesso trágico, pavoroso. O despertar para a vida civil, para as reivindicações económicas e para a luta política, das dezenas e centenas de milhar de camponeses e operários é coisa vã, se não se conclui com a indicação dos meios e das vias pelas quais as forças despertadas das massas trabalhadoras poderão atingir uma concreta e completa afirmação de si. Os pioneiros do movimento de desforra dos trabalhadores italianos não souberam atingir esta conclusão. A sua acção, enquanto fazia cair os eixos de um sistema económico, não previa a criação de um sistema diverso, no qual os limites do primeiro fossem para sempre superados e abatidos. Iniciava uma série de conquistas e não pensava na sua defesa. Dava a uma classe consciência de si e dos seus destinos e não lhe dava a organização de combate sem a qual estes destinos nunca se poderão realizar. Punha as premissas de uma revolução, de um Estado novo. Desencadeava a rebelião e não sabia guiá-la para a vitória. Partia de um desejo generoso de redenção total e esgotava-se miseramente no nada de uma acção sem saída, de uma política sem perspectiva, de uma revolta condenada, passado o primeiro instante de surpresa e de confusão dos adversários, a ser sufocada no sangue e no terror da desforra reaccionária.

O sacrifício heróico de Giacomo Matteotti é para nós a última expressão, a mais evidente, a mais trágica e elevada,

desta contradição interna de que todo o movimento operário italiano sofreu anos e anos. Mas se o ímpeto de desforra e os esforços tenazes do passado puderam ser vãos, se pôde cair pavorosamente, em três anos, o edifício afadigadamente construído peça por peça, não deve e não pode ser vão este sacrifício supremo em que se resume toda a lição de um passado de dores e de erros.

Ontem, enquanto os restos de Giacomo Matteotti desciam ao túmulo e o pensamento estava com o ritual triste, de todas as partes de Itália, todos os trabalhadores das oficinas e do campo, escravos do Polesine e do Ferrarese moviam-se em multidão para estarem presentes pessoalmente, os camponeses e os operários que não desesperam ainda da sua redenção — ontem, comemorando Matteotti, um grupo de operários reformistas inscrevia-se no Partido Comunista de Itália. E nós sentimos que neste acto há alguma coisa que despedaça o círculo vicioso dos esforços vãos e dos sacrifícios inúteis, que supera as contradições para sempre, que indica ao proletariado italiano que lição se deve extrair da morte do pioneiro caído nas suas próprias pisadas, sem ter um caminho aberto diante de si.

As sementes lançadas por quem trabalhou para o despertar da classe trabalhadora italiana não se podem perder.

Uma classe que despertou da escravidão não pode renunciar a combater pela sua redenção. A crise da sociedade italiana que, com este despertar, se agudizou até à exasperação, não se supera com o terror; só se concluirá com o advento ao poder dos camponeses e dos operários, com o fim do poder das castas privilegiadas, com a construção de uma nova economia, com a fundação de um novo Estado. Mas para isto ocorre que se crie uma organização de combate, à qual os melhores elementos da classe trabalhadora adiram com entusiasmo e convicção, à volta da qual as grandes massas confluam confiantes e seguras. É necessária uma organização na qual tome carne e figura uma vontade clara de luta, de aplicação e todos os meios requeridos pela luta, sem os quais nunca uma vitória total se verificará. Uma organização que seja revolucionária não só nas palavras e nas aspirações genéricas mas na sua estrutura, no seu modo de trabalhar, nos seus fins imediatos e a longo prazo. Uma organização em que o propósito de desforra e de libertação das massas se torne alguma coisa de concreto e definido, se torne

capacidade e trabalho político ordenado, metódico, seguro, não só capacidae de conquista imediata e parcial mas de defesa de cada conquista realizada e de passagem a conquistas cada vez mais altas e àquela que tudo lhe deve garantir, a conquista do poder, a destruição do Estado dos burgueses e dos parasitas, a sua substituição por um Estado de camponeses e de operários.

Estas coisas foram compreendidas pelos operários reformistas que, recordando o seu chefe caído, pediram para entrar no nosso Partido.

O sacrifício de Matteotti — dizem eles aos seus camaradas — celebra-se trabalhando para a criação do único instrumento pelo qual a ideia de que era movido, a ideia da redenção completa dos trabalhadores, possa ser actuada e realizada: o partido de classe dos operários, o partido da revolução proletária.

O sacrifício de Matteotti é celebrado no único modo digno e profundo pelos militantes que se apertam nas fileiras do Partido e da Internacional Comunista, preparando-se para todas as lutas de amanhã. Só por eles a classe operária cessará de ser «peregrina do nada», cessará a passagem de desilusão em desilusão, de derrota em derrota, de sacrifício em sacrifício, para querer resolver o contraditório problema de criar um mundo novo sem destruir este velho mundo que nos oprime, só por eles a classe operária se tornará livre e senhora dos seus próprios destinos.

A CRISE ITALIANA (*)

A crise radical do regime capitalista, iniciada em Itália, assim como em todo o mundo, com a guerra, não foi resolvida pelo fascismo. O fascismo, com o seu método repressivo de governo, tinha tornado difíceis, ou melhor, quase totalmente impedido as manifestações políticas da crise geral capitalista; não assinalou, porém, uma paragem desta e muito menos uma subida e um desenvolvimento da economia nacional. Diz-se geralmente, e também nós comunistas costumamos afirmá-lo, que a actual situação italiana é caracterizada pela ruína das classes médias: isto é verdade mas deve ser compreendido em todo o seu significado. A ruína das classes médias é deletéria porque o sistema capitalista não se desenvolve, pelo contrário, sofre uma restrição: esta não é um fenómeno em si, que possa ser examinado e para cujas consequências se possa prever independentemente das condições gerais da economia capitalista; é a própria crise do regime capitalista que já não consegue e não conseguirá satisfazer as exigências vitais do povo italiano, que não consegue assegurar à grande massa dos italianos o pão e a casa. Que a crise das classes médias esteja hoje em primeiro plano é só um facto político contingente, é só a forma do período que justamente por isso chamamos «fascista». Porquê? Porque o fascismo surgiu e se desenvolveu no terreno desta crise na sua fase incipiente, porque o fascismo lutou contra o proletariado e chegou ao poder explorando e organizando a incons-

(*) Assinado, Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo*, 1-9-1924.

ciência e o carneirismo da pequena burguesia bêbeda de ódio contra a classe operária que, com a força da sua organização, conseguia atenuar os contragolpes da crise capitalista a seu respeito.

Porque o fascismo se esgota e morre justamente porque não cumpriu nenhuma das suas promessas, não satisfez nenhuma esperança, não suavizou nenhuma miséria. Enfraqueceu o ímpeto revolucionário do proletariado, desagregou os sindicatos de classe, diminuiu os salários e aumentou os horários; mas isto não bastava para assegurar uma vitalidade, mesmo pequena, do sistema capitalista; era necessário, por isso, também um abaixamento do nível das classes médias, a espoliação e a pilhagem da economia pequeno-burguesa e, portanto, a sufocação de todas as liberdades e não só das liberdades proletárias e, portanto, não só a luta contra os partidos operários mas também, e especialmente, numa fase determinada, contra todos os partidos políticos não fascistas, contra todas as associações não directamente controladas pelo fascismo oficial. Porque é que, em Itália, a crise das classes médias teve consequências mais radicais do que nos outros países e fez nascer o fascismo, levando-o ao poder? Porque entre nós, dado o escasso desenvolvimento da indústria e dado o carácter regional da própria indústria, não só a pequena burguesia é muito numerosa mas ela é também a única classe «territorialmente» nacional: a crise capitalista tinha assumido nos anos a seguir à guerra também a forma aguda de uma ruína do Estado unitário e tinha, portanto, favorecido o renascer de uma ideologia confusamente patriótica e não havia outra solução senão a fascista, depois que em 1920 a classe operária tinha falido a sua tarefa de criar, com os seus meios, um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana.

O regime fascista morre porque não só não conseguiu parar mas contribuiu, pelo contrário, para acelerar a crise das classes médias, iniciada depois da guerra. O aspecto económico desta crise consiste na ruína da pequena e média empresa: o número das falências multiplicou-se rapidamente nestes dois anos. O monopólio do crédito, o regime fiscal e a legislação dos arrendamentos esmagaram a pequena empresa comercial e industrial: uma verdadeira e própria passagem de riqueza verificou-se da pequena e média para a grande burguesia sem desenvolvimento do aparelho de produção; o pequeno produtor nem sequer se tornou proletário, é apenas um esfomeado permanente, um desesperado sem previsões para o futuro. A aplicação da violência fascista para obrigar a poupança a investir os seus capitais numa determinada direcção não deu muitos frutos para os pequenos industriais: quando teve sucesso, fez apenas saltar os efeitos da crise de uma classe para outra, alargando o descontentamento e a desconfiança já grandes entre a poupança, dado o monopólio existente no campo bancário, agravado pela táctica dos golpes de mão a que recorreram os grandes empreendedores na angústia geral para obterem crédito.

No campo, o processo da crise está mais estritamente ligado com a política fiscal do Estado fascista. De 1920 até hoje, o balanço médio de uma família de rendeiros ou de pequenos proprietários foi agravado por um passivo de cerca de 7000 liras por aumentos de impostos, pioramento das condições contratuais, etc. De modo típico se manifesta a crise da pequena empresa na Itália setentrional e central. No Mezzogiorno intervêm novos factores, dos quais o principal é a ausência da emigração e o consequente aumento da pressão demográfica; a isto se junta uma diminuição da superfície cultivada e, portanto, da colheita. A colheita de trigo foi, o ano passado, de 68 milhões de quintais em toda a Itália, isto é, à escala nacional foi superior à média mas foi inferior à média no Mezzogiorno. Este ano a colheita foi inferior à média em toda a Itália, faliu completamente no Mezzogiorno. As consequências de uma tal situação não se manifestaram ainda de modo violento porque existiam no Mezzogiorno condições de economia atrasadas, as quais impedem que a crise se revele imediatamente de modo profundo, como acontece nos países de capitalismo avançado; todavia, já se verificaram na Sardenha episódios graves de descontentamento popular, determinado pelas dificuldades económicas.

A crise geral do sistema capitalista não foi, portanto, parada pelo regime fascista. No regime fascista, diminuíram as possibilidade de existência do povo italiano. Verificou-se uma restrição do aparelho produtivo precisamente ao mesmo tempo em que aumentava a pressão demográfica pelas dificuldades da emigração transoceânica. O aparelho industrial só pôde salvar-se da completa ruína por um abaixamento

do nível de vida da classe operária, pressionada pela diminuição dos salários, pelo aumento do dia de trabalho, pelo aumento dos preços: isto determinou uma emigração de operários qualificados, isto é, um empobrecimento das forças produtivas humanas que eram uma das maiores riquezas nacionais. As classes médias, que tinham posto no regime fascista todas as suas esperanças, foram arrastadas pela crise geral, ou melhor, tornaram-se precisamente a expressão da crise capitalista neste período.

Estes elementos, rapidamente considerados, servem apenas para recordar todo o alcance da situação actual que não tem em si própria nenhuma virtude de saneamento económico. A crise económica italiana só pode ser resolvida pelo proletariado. Só inserindo-se numa revolução europeia e mundial, o povo italiano pode reconquistar a capacidade de fazer valer as suas forças produtivas humanas e voltar a desenvolver o aparelho nacional de produção. O fascismo só retardou a revolução proletária, não a tornou impossível: contribuiu até para alargar e aprofundar o terreno da revolução proletária, que depois da experiência fascista será verdadeiramente popular.

A desagregação social e política do regime fascista teve a sua primeira manifestação de massas nas eleições de 6 de Abril. O fascismo foi posto nitidamente em minoria na zona industrial italiana, isto é, onde reside a força económica e política que domina a nação e o Estado. As eleições de 6 de Abril, tendo mostrado como era só aparente a estabilidade do regime, encorajaram as massas, determinaram um certo movimento no seu interior, assinalaram o início daquela onda democrática que culminou nos dias imediatamente sucessivos ao assassínio de Matteotti e que ainda hoje caracteriza a situação. As oposições tinham conquistado, depois das eleições, uma importância política enorme; a agitação por elas conduzida nos jornais e no Parlamento, para discutir e negar a legitimidade do governo fascista, operava potentemente para dissolver todos os organismos do Estado controlados e dominados pelo fascismo, repercutia-se no interior do próprio Partido Nacional Fascista, fragmentava a maioria parlamentar. Por isso a inaudita campanha de ameaças contra as oposições e o assassínio do deputado unitário. A onda de desdém suscitada pelo delito surpreendeu o Partido fascista que estremeceu de pânico e se perdeu: os três documentos escritos naquele minuto angustioso por Finzi, Filippelli e Cesario Rossi e dados a conhecer às oposições [1], demonstram como as próprias cúpulas do Partido tinham perdido a confiança e acumulavam erros sobre erros: a partir daquele momento o regime fascista entrou em agonia; é sustido ainda pelas chamadas forças apoiadoras, mas é sustido tal como a corda sustém o enforcado.

O delito Matteotti deu a prova provada de que o Partido fascista nunca conseguirá tornar-se num normal partido de governo, que Mussolini só possui do estadista e do ditador algumas pitorescas poses exteriores: ele não é um elemento da vida nacional, é um fenómeno de folclore nacional destinado a passar à história mais na ordem das diversas máscaras provincianas italianas do que na ordem dos Cromwell, dos Bolívar, dos Garibaldi.

A onda popular antifascista provocada pelo delito Matteotti encontrou uma forma política na retirada da sede parlamentar dos partidos de oposição. A assembleia das oposições tornou-se, de facto, um centro político nacional à volta do qual se organizou a maioria do país: a crise deflagrada no campo sentimental e moral conquistou, assim, um destacado carácter institucional; um Estado foi criado no Estado, um governo antifascista contra o governo fascista. O Partido fascista foi impotente para travar a situação: a crise tinha-o investido em cheio, devastando as fileiras da sua organização; a primeira tentativa de mobilização da Milícia Nacional faliu em cheio, respondendo ao apelo só 20 por cento; em Roma, só 800 milicianos se apresentaram nos quartéis. A mobilização teve resultados relevantes só em poucas províncias agrárias, como Grosseto e Perugia, permitindo assim que caíssem em Roma algumas legiões decididas a enfrentar uma luta sangrenta.

As oposições são ainda o fulcro do movimento popular antifascista; representam politicamente a onda de democracia que é característica da fase actual da crise social italiana. Para as oposições se tinha orientado, no início, também a

[1] São os «memoriais» escritos pelos principais indiciados como mandatários ou cúmplices do assassínio.

opinião da grande maioria do proletariado. Era nosso dever, como comunistas, procurar impedir que um tal estado de coisas se consolidasse permanentemente. por isso o nosso grupo parlamentar entrou para o *comité* das oposições, aceitando e pondo em relevo o carácter essencial que a crise política assumia com a existência de dois poderes, de dois Parlamentos. Se tivessem querido cumprir o seu dever, tal como era indicado pelas massas em movimento, as oposições deveriam dar uma forma política definida ao estado de coisas objectivamente existente, *mas* recusaram-se. Teria sido necessário lançar um apelo ao proletariado, que é o único capaz de substanciar um regime democrata, teria sido necessário aprofundar o movimento expontâneo de greves que se andava delineando. As oposições tiveram medo de serem superadas por uma possível insurreição operária: por isso não quiseram sair do terreno puramente parlamentar nas questões políticas e do terreno do processo pelo assassínio de Matteotti na campanha para manter desperta a agitação no país. Os comunistas, que não podiam aceitar uma desconfiança de princípio contra a acção proletária, que não podiam aceitar a forma em bloco dos partidos, dada pelo *comité* das oposições, foram postos à prova.

A nossa participação no *comité*, num primeiro momento, e a nossa saída depois, teve como consequência:

1) Permitiu-nos superar a fase mais aguda da crise sem perder o contacto com as grandes massas trabalhadoras; permanecendo isolado, o nosso Partido teria sido superado pela onda democrática;

2) Despedaçámos o monopólio da opinião pública que as oposições ameaçavam instaurar: uma parte cada vez maior da classe trabalhadora vai convencendo-se que o bloco das oposições representa um semifascismo que quer reformar, suavizando-a, a ditadura fascista, sem fazer perder ao sistema capitalista nenhum dos benefícios que o terror e o ilegalismo lhe asseguraram nos últimos anos, com o abaixamento do nível de vida do povo italiano.

A situação objectiva, dois meses passados, não mudou. Existem ainda, de facto, dois governos no país que lutam um contra o outro para discutir as forças reais da organização estatal burguesa. O êxito da luta dependerá dos reflexos que a crise geral exercer no interno do Partido Nacional Fascista,

da atitude definitiva dos partidos que constituem o bloco das oposições, da acção do proletariado revolucionário guiado pelo nosso Partido.

Em que consiste a crise do fascismo? Para a compreender diz-se que ocorre primeiro definir a essência dos fascismo, mas a verdade é que não existe uma essência do fascismo no próprio fascismo. A essência do fascismo era dada nos anos 22 e 23 por um determinado sistema das relações de força existentes na sociedade italiana: hoje este sistema mudou profundamente e a «essência» evaporou-se um tanto. O facto característico do fascismo consiste em ter conseguido constituir uma organização de massas da pequena burguesia. É a primeira vez na história que isto se verifica. A originalidade do fascismo consiste em ter encontrado a forma adequada de organização para uma classe social que foi sempre incapaz de ter uma estrutura e uma ideologia unitária: esta forma de organização é o exército em campo. A Milícia é, portanto, todo o eixo do Partido Nacional Fascista: não se pode dissolver a Milícia sem dissolver também todo o partido. Não existe um partido fascista que mude em qualidade a quantidade, que seja um aparelho de selecção política de uma classe ou de um grupo: existe apenas um agregado mecânico indiferenciado e indiferenciável do ponto de vista das capacidades intelectuais e políticas, que vive apenas porque conquistou na guerra civil um fortíssimo espírito de corpo, grosseiramente identificado com a ideologia nacional. Fora do terreno da organização militar, o fascismo não deu e não pode dar nada, e até neste terreno o que pode dar é muito relativo.

Assim composto pelas circunstâncias, o fascismo não é capaz de conseguir nenhuma das suas premissas ideológicas. O fascismo diz querer conquistar hoje o Estado; ao mesmo tempo diz querer tornar-se um fenómeno prevalentemente rural. Como as duas afirmações possam estar juntas, é difícil compreender. Para conquistar o Estado, ocorre ser capaz de substituir a classe dominante nas funções que têm uma importância essencial para o governo da sociedade. Em Itália, como em todos os países capitalistas, conquistar o Estado significa, acima de tudo, conquistar a fábrica, significa ter a capacidade de superar os capitalistas no governo das forças produtivas do país. Isto pode ser feito pela classe operária,

não pode ser feito pela pequena burguesia que não tem nenhuma função essencial no campo produtivo, que na fábrica, como categoria industrial, exerce uma função prevalentemente policial, não produtiva. A pequena burguesia só pode conquistar o Estado aliando-se à classe operária, aceitando o programa da classe operária: sistema soviético em lugar de Parlamento na organização estatal, comunismo e não capitalismo na organização da economia nacional e internacional.

A fórmula «conquista do Estado» é vazia de sentido na boca dos fascistas ou tem um único significado: excogitação de um mecanismo eleitoral que dê sempre a maioria parlamentar aos fascistas e a todo o custo. A verdade é que toda a ideologia fascista é um brinquedo para os Balilla. É uma improvisação diletante que, no passado, com a situação favorável, podia iludir os gregários mas hoje está destinada a cair no ridículo junto dos próprios fascistas. Resíduo activo de fascismo é apenas o espírito militar de corpo, cimentado pelo perigo de desencadeamento de vingança popular: a crise política da pequena burguesia, a passagem da grande maioria desta classe para a bandeira das oposições e a falência das medidas gerais anunciadas pelos chefes fascistas podem reduzir notavelmente a eficiência militar do fascismo, não podem anulá-la.

O sistema das forças democráticas antifascistas extrai a sua maior força da existência do *comité* parlamentar das oposições que conseguiu impor uma certa disciplina a toda uma gama de partidos que vai do maximalista ao popular. Que maximalistas e populares obedeçam a uma mesma disciplina e trabalhem no mesmo plano programático, eis o traço mais característico da situação. Este facto torna lento e fatigante o processo de desenvolvimento dos acontecimentos e determina a táctica do complexo das oposições, táctica de expectativa, de lentas manobras envolventes, de paciente esmigalhar de todas as posições do governo fascista. Os maximalistas, com a sua participação no *comité* e com a aceitação da disciplina comum, garantem a passividade do proletariado, asseguram à burguesia ainda existente entre fascismo e democracia que uma acção autónoma da classe operária só será possível muito mais tarde, quando o novo governo for já constituído e reforçado, quando um novo governo estiver em condições de esmagar uma insurreição das massas desiludidas, quer do fascismo quer do antifascismo democrático. A presença dos populares garante uma solução intermédia e fascista-popular como a de Outubro de 1922, que se tornaria muito provável, porque imposta pelo Vaticano, no caso de uma saída dos maximalistas do bloco e de uma sua aliança connosco.

O esforço maior dos partidos intermédios (reformistas e constitucionais), ajudados pelos populares de esquerda, foi dirigido até agora com este objectivo: manter na mesma estrutura os dois extremos. O espírito servil dos maximalistas adaptou-se à parte do parvo na comédia: os maximalistas aceitaram valer nas oposições quanto o Partido dos camponeses ou os grupos de *Revolução Liberal*.

As maiores forças são levadas às oposições pelos populares e pelos reformistas que têm largo séguito nas cidades e no campo. A influência destes dois partidos é integrada pelos constitucionais «amendolianos» que trazem ao bloco a adesão de largos estratos do exército, do movimento dos combatentes, da corte. A divisão do trabalho de agitação verifica-se entre os vários partidos segundo a sua tradição e a sua tarefa social. Os constitucionais, uma vez que a táctica do bloco tende a isolar o fascismo, têm a direcção política do movimento. Os populares conduzem a campanha moral com base no processo e nas suas concatenações com o regime fascista, com a corrupção e com a criminalidade florescidas à volta do regime. Os reformistas resumem estas duas posições e não dão nas vistas para fazer esquecer o seu passado demagógico, para fazer acreditar que as redimiram e que são unha com carne com Amendola e com o senador Albertini.

O comportamento compacto e unitário das oposições registou sucessos notáveis: sem dúvida que é um sucesso ter provocado a crise do «apoio externo», isto é, ter obrigado os liberais a diferenciarem-se activamente do fascismo e a pôr-lhe condições. Isto já teve repercussões, e mais terá a seguir, no interno do próprio fascismo e criou um dualismo entre o Partido fascista e a organização central do movimento dos combatentes. Mas mudou ainda mais para a direita o ponto de equilíbrio do bloco das oposições, isto é, acentuou o carácter conservador do antifascismo: os maximalistas não se deram conta disso, os maximalistas estão dis-

postos a ser o exército de cor (*), não só de Amendola e de Albertini mas também de Salandra e da Cadorna.

Como se resolverá este dualismo de poderes? Verificar-se-á um compromisso entre o fascismo e as oposições? E se o compromisso não for possível, teremos uma luta armada?

O compromisso não é de excluir absolutamente; é, porém, muito improvável. A crise que atravessa o país não é um fenómeno superficial, sanável com pequenas medidas e pequenos expedientes: é a crise histórica da sociedade capitalista italiana cujo sistema económico se mostra insuficiente para as necessidades da população. Todas as relações são exasperadas: grandes massas da população esperam coisa diferente do que um pequeno compromisso. Se isto se verificasse, significaria o suicídio dos maiores partidos democráticos; como problema principal da vida nacional pôr-se-ia imediatamente a insurreição armada com fins mais radicais. O fascismo, pela natureza da sua organização, não suporta colaboradores com paridade de direito, quer apenas servos acorrentados: não pode existir uma assembleia representativa em regime fascista, cada assembleia torna-se imediatamente um bivaque de «manipoli» (**) ou a antecâmara de um prostíbulo para oficiais subalternos avinhados. A crónica quitidiana regista, por isso, só um suceder de episódios políticos que denotam a desagregação do sistema fascista, a separação lenta mas inexorável do sistema fascista de todas as forças periféricas.

Terá lugar, portanto, um choque armado? Uma luta em grande estilo será evitada, quer pelas oposições quer pelo fascismo. Sucederá o fenómeno inverso ao de Outubro de 1922: então a marcha sobre Roma foi a parada coreográfica de um processo molecular pelo qual as forças reais do Estado burguês (exército, magistratura, polícia, jornais, Vaticano, maçonaria, corte, etc.), se tinham passado para a parte do fascismo. Se o fascismo quisesse resistir, seria destruído numa longa guerra civil na qual não poderiam deixar de tomar parte o proletariado e os camponeses. Oposições e fascismo não

(*) Trata-se dos soldados de cor (etíopes) alinhados pela Itália na guerra da Etiópia. — *(N. do T.)*

(**) «Manipolo»: pelotão da milícia fascista. — *(N. do T.)*

desejam e evitarão sistematicamente que uma luta a sério se realize. O fascismo tenderá, pelo contrário, a conservar uma base de organização armada pronta a entrar em campo mal se perfile uma nova onda revolucionária, o que está longe de desagradar aos Amendola e aos Albertini e também aos Turati e aos Treves.

O drama terá lugar em data fixa, com toda a probabilidade está predisposto para o dia em que deverá reabrir a Câmara dos deputados. À coreografia militarista de Outubro de 1922 sucederá uma mais sonora coreografia democrática. Se as oposições não reentrarem no Parlamento e os fascistas, como vão dizendo, convocarem a maioria como Constituinte fascista, teremos uma reunião das oposições e uma aparência de luta entre as duas assembleias.

É possível, porém, que a solução se verifique na própria sede parlamentar, onde as oposições entrarão no caso muito provável de uma cisão da maioria pela qual o governo de Mussolini seja posto nitidamente em minoria. Teremos, neste caso, a formação de um governo provisório de generais, senadores e ex-presidentes do Conselho, a dissolução da Câmara e o estado de sítio.

O terreno sobre o qual a crise se desenvolverá continuará a ser o processo do assassínio Matteotti. Teremos então frases agudamente dramáticas a propósito, quando forem tornados públicos os três documentos de Finzi, de Filippelli, de Rossi e as mais altas personalidades do regime forem arrastadas pela paixão popular. Todas as forças reais do Estado, e especialmente as forças armadas, à volta das quais já se começa a discutir, deverão colocar-se definitivamente de um lado ou do outro, impondo a solução já delineada e acordada.

Qual deve ser o comportamento político e a táctica do nosso Partido na situação actual? A situação é «democrática» porque as grandes massas trabalhadoras estão desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indistinto. Qualquer que possa ser, por isso, o desenvolvimento imediato da crise, nós só podemos prever uma melhoria na posição política da classe operária, não uma sua luta vitoriosa pelo poder. A tarefa essencial do nosso Partido consiste na conquista da maioria da classe trabalhadora, a fase que atravessamos não é a da luta directa pelo poder mas uma fase preparatória, de transição para a luta pelo poder, em suma, uma fase de agitação, de propaganda, de organização. Isto

naturalmente não exclui que se possam verificar lutas cruentas e que o nosso Partido não deva preparar-se imediatamente e estar pronto para enfrentá-las, muito pelo contrário: mas estas lutas devem também ser vistas no quadro da fase de transição, como elementos de propaganda e de agitação para a conquista da maioria. Se existem no nosso Partido grupos e tendências que queiram, por fanatismo, forçar a situação, ocorrerá lutar contra eles em nome de todo o Partido, dos interesses vitais e permanentes da revolução proletária italiana. A crise Matteotti ofereceu-nos muitas lições a este propósito. Ensinou-nos que as massas, depois de três anos de terror e de opressão, se tornaram muito prudentes e não querem dar um passo mais comprido do que a perna. Esta prudência chama-se reformismo, chama-se maximalismo, chama-se «bloco das oposições». Está certamente destinada a desaparecer e até num período de tempo não longo: mas entretanto existe e só pode ser superada se, gradualmente, em cada ocasião, em cada momento, embora marchando em frente, não perdermos o contacto com o conjunto da classe trabalhadora. Assim devemos lutar contra todas as tendências de direita que pretendessem um compromisso com as oposições, que tentassem impedir os desenvolvimentos revolucionários da nossa táctica e o trabalho de preparação para a fase sucessiva.

A primeira tarefa do nosso Partido consiste em apetrechar-se de modo a tornar-se idóneo para a sua missão histórica. Em cada fábrica e em cada aldeia deve existir uma célula comunista que represente o Partido e a Internacional, que saiba trabalhar politicamente, que tenha iniciativa. É preciso, por isso, lutar contra uma certa passividade que existe ainda nas nossas linhas, contra a tendência para estreitar as fileiras do Partido. Devemos, pelo contrário, tornarmo-nos num grande partido, devemos procurar atrair às nossas organizações o maior número possível de operários e camponeses revolucionários, para os educar para a luta, para formar organizadores e dirigentes de massas, para os elevar politicamente. O Estado operário e camponês só pode ser construído se a revolução dispuser de muitos elementos qualificados politicamente: a luta pelo revolução só pode ser conduzida vitoriosamente se as grandes massas estiverem em todas as suas formações locais, enquadradas e guiadas por camaradas honestos e capazes. De outro modo volta-se deveras, como gritam os reaccionários, a 1919-20, isto é, aos anos de impotência proletária, aos anos da demagogia maximalista, aos anos da derrota das classes trabalhadoras. E, nós comunistas, não queremos tornar a 1919-20.

Um grande trabalho deve ser executado pelo Partido no campo sindical. Sem grandes organizações sindicais não se sai da democracia parlamentar. Os reformistas podem querer pequenos sindicatos, só podem tentar formar corporações de operários qualificados. Nós, comunistas, queremos o contrário dos reformistas e devemos lutar para reorganizar as grandes massas. Decerto que é preciso pôr o problema concretamente e não só como forma. As massas abandonaram o sindicato porque a Confederação Geral do Trabalho, embora tenha uma grande eficiência política (é, nada menos, do que o Partido unitário), não se interessa pelos interesses vitais das massas. Não podemos propor-nos a criação de um novo organismo que tenha por objectivo suprir a ausência da Confederação; podemos, porém, e devemos propor-nos o problema de desenvolver, através das células de fábrica e de aldeia, uma real actividade. O Partido Comunista representa a totalidade dos interesses e das aspirações da classe trabalhadora: não somos um puro partido parlamentar. O nosso Partido desenvolve, portanto, uma verdadeira e própria acção sindical, põe-se à cabeça das massas mesmo nas pequenas lutas quotidianas para o salário, para a jornada de trabalho, para a disciplina industrial, para a casa, para o pão. As nossas células devem impelir as Comissões Internas para que se incorporem no seu funcionamento todas as actividades proletárias. Ocorre por isso suscitar um largo movimento nas fábricas que possa desenvolver-se até dar lugar a uma organização de *comités* proletários de cidade, eleitos directamente pelas massas, os quais se tornem, na crise social que se perfila, a defesa dos interesses gerais de todo o povo trabalhador. Esta acção real na fábrica e na aldeia revalorizará o sindicato, voltando a dar-lhe um conteúdo e uma eficiência se paralelamente se verificar o regresso à organização de todos os elementos de vanguarda, para a luta contra os dirigentes actuais, reformistas e maximalistas. Quem se afasta dos sindicatos é hoje um aliado dos reformistas, não um militante revolucionário: poderá usar uma fraseologia anarquizante, não mudará uma linha das férreas condições em que se desenvolve a luta real.

À medida em que o nosso Partido, no seu conjunto, isto é, toda a massa dos inscritos, conseguir desenvolver a sua tarefa essencial de conquista da maioria dos trabalhadores e de transformação molecular das bases do Estado democrático será a medida dos nossos progressos no caminho da revolução e consentirá a passagem a uma fase sucessiva de desenvolvimento. Todo o Partido, em todos os seus organismos mas especialmente com a Imprensa deve trabalhar unitariamente para obter o máximo rendimento do trabalho de cada um. Hoje estamos alinhados na luta geral contra o regime fascista. Às estultas campanhas dos jornais das oposições respondemos mostrando a nossa real vontade de abater, não só o fascismo de Mussolini e Farinacci mas também o semifascismo de Amendola, Sturzo e Turati. Para obter isto ocorre reorganizar as grandes massas e passar a ser um grande partido, o único partido no qual a população trabalhadora veja a expressão da sua vontade política, a defesa dos seus interesses imediatos e permanentes na história.

A QUEDA DO FASCISMO (*)

Primeiro: há um problema político contingente, como se derruba o ministério presidido por Benito Mussolini. As oposições burguesas, as quais puseram este problema no modo mais restrito possível, pensando ter assim uma tarefa mais fácil a desobrigar, estão-se debatendo, a partir do mês de Junho, num beco sem saída. Pensar, de facto, reduzir a crise do ministério Mussolini a uma vulgar crise ministerial é coisa absurda. Antes de mais, há a Milícia que só obedece a Mussolini e o põe absolutamente fora do terreno de uma manobra política normal. Para superar o obstáculo da Milícia, lutou-se por muitos meses mas num terreno inadequado. Trabalhou-se o exército, descobriu-se o rei. Mas no fim voltou-se ao ponto de partida. Mussolini não se vai embora. Mesmo dado que com a Milícia se podem fazer as contas sem gastar muito, mal a questão da eliminação de Mussolini do governo for posta de modo concreto, um problema não só mais grave mas de carácter ainda mais decisivo se apresenta: quem se ocupará do processo Matteotti? Um governo de Mussolini não pode autorizar o processo Matteotti. Os motivos são conhecidos. Mas Mussolini não pode sequer ir-se embora e não se irá até estar seguro de que o processo não se fará, nem por ele nem por ninguém. Também aqui os motivos são conhecidos de todos. Não organizar o processo (e não organizar o processo significa libertar, cedo ou tarde

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*», 15-11-1924, rubrica «Cronache politiche».

e talvez mais cedo que tarde, os actuais imputados) significa, porém, ir ao encontro de uma insurreição da opinião pública, significa pôr o governo à mercê de qualquer chantagista e passador de documentos reservados e ficarmos rígidos sobre o fio de uma espada. Não organizar o processo significa deixar uma ferida sempre aberta, com a possibilidade de uma «oposição moral» bem mais importante e eficaz, em determinadas ocasiões, do que qualquer oposição política. Ora que a burguesia, em «cada» sua fracção, esteja disposta a não falar mais nem do delito nem do processo, com a condição de dar estabilidade ao seu regime, é coisa que não se põe em dúvida. Pelo contrário, diz-se que o tema já foi desenvolvido em reunião das oposições. Mas é igualmente verdade que a campanha sobre o delito e para o processo não pode ser deixada em herança a grupos antiburgueses, por exemplo a um partido proletário. Abafar as coisas não significaria, de facto, obter que 39 milhões de italianos se esqueçam. Nenhuma novidade, pois, por vias normais. A política do fascismo e da burguesia reaccionária embaraçou-se — no dia em que a opinião pública se insurge unanimemente pelo delito Matteotti e Mussolini foi arrastado por esta insurreição até executar alguns movimentos que deviam ter e terão consequências incalculáveis — num obstáculo irremovível. Por alguma coisa de semelhante e de muito menos grave, no tempo do processo Dreyfus, a sociedade e o Estado francês foram levados ao limite de uma revolução. Estava porém em jogo, diz-se, alguma coisa de mais profundo do que uma questão moral, estava em jogo um problema de rotação de classes e categorias sociais no governo. Mas também em Itália, e com as devidas agravantes, é assim.

E vamos, pois, ao segundo aspecto do problema, ao problema substancial, não do ministério Mussolini, ou da Milícia, ou do processo e coisas semelhantes, mas do regime de que a burguesia se serviu para despedaçar as forças do movimento proletário. Este segundo aspecto é, para todos nós, o essencial, mas está indivisivelmente ligado ao primeiro. Mais ainda, todos os dilemas, incertezas e dificuldades que tornam impossível a previsão de uma solução de carácter limitado, como têm em mente as oposições e todos os burgueses, são um sintoma de contrastes substanciais profundíssimos. Na base de tudo está o próprio problema do fascismo, movimento que

a burguesia considerava simples «instrumento» de reacção nas suas mãos e que, pelo contrário, uma vez evocado e desencadeado, é pior do que o diabo e não se deixa dominar mas avança por sua conta. O assassínio de Matteotti, do ponto de vista da defesa do regime, foi um profundíssimo erro. O «assunto» do processo, que ninguém consegue liquidar de modo honesto, é uma ferida tal no flanco do regime que nenhum movimento revolucionário, em Junho de 1924, seria capaz de abrir. De resto, não é mais do que a expressão e a consequência directa da tendência do fascismo em não se apresentar como simples «instrumento» da burguesia mas em proceder, na série das opressões, das violências, dos delitos, segundo uma sua lógica interna, que acaba por não ter em conta a conservação do regime actual.

E é este último ponto o que nós devemos examinar e julgar mais atentamente, para ter um fio condutor na resolução do problema que estamos a discutir. A tendência do fascismo, que procurámos caracterizar, despedaça a alternativa normal de períodos de reacção e períodos de «democracia» de modo que à primeira vista pode parecer favorável à conservação de uma linha reaccionária e a uma mais rígida defesa do regime capitalista mas, na realidade, pode resolver-se no contrário. Existem, de facto, elementos que influem na situação de modo decididamente contrário a qualquer plano de conservação do regime burguês e da ordem capitalista. Existe a crise económica, existe a dificuldade das grandes massas, existe a exasperação provocada pela compressão fascista e policial. Existe uma tal situação que, enquanto os centros políticos da burguesia não conseguem concluir as suas manobras de salvação, torna cada vez mais possível a intervenção no campo das forças da classe trabalhadora e o dilema fascismo-democracia tende a converter-se no outro: fascismo-insurreição proletária.

O facto pode ser traduzido também em termos muito concretos. Em Junho, imediatamente depois do delito Matteotti, o golpe sofrido pelo regime foi tão forte que uma intervenção imediata de uma força revolucionária ter-lhe-ia posto em perigo a sorte. A intervenção não foi possível porque, na maioria, as massas eram: ou incapazes de se moverem ou então orientadas para soluções intermédias, sob a influência dos democratas e dos sociais-democratas. Seis me-

ses de incerteza e de crise sem possibilidade de saída aceleraram inexoravelmente o processo de separação das massas dos grupos burgueses, de adesão ao partido e às teses revolucionárias. A liquidação completa da posição das oposições, que cada dia parece mais certa, dará a este processo um impulso definitivo: então, também perante as massas, o problema da queda do fascismo se apresentará nos seus verdadeiros termos.